

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
COORDENAÇÃO DE LICENCIATURA EM ESTUDOS AFRICANOS
LICENCIATURA EM ESTUDOS AFRICANOS**

LUIZ CARLOS NOLETO CHAVES

**LUTA DE CLASSES E SOCIALISMO EM ÁFRICA NA
VISÃO DE KWAME NKRUMAH**

**SÃO LUÍS - MA
2020**

LUIZ CARLOS NOLETO CHAVES

**LUTA DE CLASSES E SOCIALISMO EM ÁFRICA NA
VISÃO DE KWAME NKRUMAH**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de Licenciatura em
Estudos Africanos, da Universidade
Federal do Maranhão (UFMA).

Orientador: Prof. Me. Rosenverck Estrela
Santos

**SÃO LUÍS - MA
2020**

TERMO DE APROVAÇÃO

LUTA DE CLASSES E SOCIALISMO EM ÁFRICA NA VISÃO DE KWAME NKRUMAH

por

LUIZ CARLOS NOLETO CHAVES

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi apresentado no dia 11 de dezembro de 2020 como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-brasileiros. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Prof. Me. Rosenverck Estrela Santos
Prof. Orientador

Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz
Membro titular

Viviane de Oliveira Barbosa
Membro titular

- O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do Curso -

Dedico este trabalho (in memoriam) a Vovó Santa, Vovó Jove, Vovó Maria e Mãe Osmarina Noletto, representando minha linhagem materna, e a Vovô Bena, Vovô Zeca Chaves, Vovô Vicente Duarte Noletto e Pai Chaves, representando minha linhagem paterna. Todos são responsáveis por correr em minhas veias sangue africano, indígena e português. A todos eu saúdo e agradeço pela minha existência.

AGRADECIMENTOS

Possivelmente nestes parágrafos não estarão todas as pessoas que fizeram parte desta importante fase de minha vida. Assim, já peço desculpas àquelas que não perfilarem nesta lista, mas elas podem estar certas de que fazem parte do meu pensamento e têm a minha gratidão.

Agradeço ao meu orientador Prof. Me. Rosenverck Estrela Santos, pela sabedoria com que me guiou nesta trajetória.

As Professoras Pollyanna Gouveia Mendonca Muniz e Viviane de Oliveira Barbosa que prontamente aceitaram meu convite para enriquecer este trabalho com suas considerações.

Agradeço a Luciana Carla Duailibe pela sua paciência e excelência no trabalho de revisão textual à luz das normas que a definem.

Aos meus colegas de sala, que na interação em sala de aula e fora dela foram importantes nos meus estudos.

À Secretaria do Curso, pela cooperação.

Gostaria de deixar registrado também o meu reconhecimento à minha família, pois acredito que sem o seu apoio deles seria muito difícil vencer esse desafio.

Gostaria de agradecer aos trabalhadores anônimos que contribuíram e contribuem com sua mais-valia para que eu pudesse concluir mais uma graduação de forma gratuita e com qualidade.

Enfim, a todos que, de alguma forma, colaboraram para a realização desta pesquisa.

"Eu não sou Africano por ter nascido em África, mas porque a África nasceu em mim".

(Kwame Nkrumah)

RESUMO

O presente trabalho, referenciado em revisão bibliográfica, tem a proposta de apresentar o conceito de Luta de Classes e Socialismo em África na Visão de Kwame Nkrumah, a partir de algumas obras do próprio autor e de outros autores que escreveram sobre o líder ganês. Constam neste estudo referências a obras como *Neocolonialismo – Último Estagio do Capitalismo*, *A Luta de Classes em África*, *O Socialismo Africano Revisitado* todos do referido autor, além de vários artigos e dissertações sobre o mesmo e temas tratados na pena de diversos autores. No referido trabalho, apresentaremos a importância de Kwame Nkrumah no processo de Libertação do continente africano e sua influência no movimento da negritude e do pan-africanismo. Tal trabalho contribui bastante para professores e estudantes na expansão do pensamento africano em salas de aulas. Destacaremos, ainda, a importância deste intelectual ganês para a esquerda socialista e revolucionária, o qual se tornou um dos militantes e intelectuais mais destacados a propor o socialismo para o continente africano, sem abrir mão do corte racial.

Palavras-chave: África. Socialismo. Classes Sociais. Capitalismo. Colônia.

ABSTRACT

The literature review referenced in the present essay seeks to address the concept of class struggle in Africa in the view of Kwame Nkrumah, based on some volumes written by the author himself and also by others who penned about the Ghanaian leader. This compendium cites some of Nkrumah's books, such as "Neo-Colonialism: The Last Stage of Imperialism", "Class Struggle In Africa" and "African Socialism Revisited"; in addition to several articles and dissertations on Nkrumah and on the same themes he dealt with. This paper will also highlight the importance of Kwame Nkrumah through the liberation process of the African continent and his influence on black movements and Pan-Africanism, as well as the significance of this Ghanaian philosopher for the social and revolutionary left-wing party, who became one of the most prominent militants and intellectuals to propose socialism for the African continent while not ignoring racial matters. This study will contribute a lot to teachers and students in the expansion of African thought in classrooms.

Keywords: Africa; Socialism; Social classes; Imperialism; Colony.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
NKRUMAH E A RESISTÊNCIA EM ÁFRICA.....	14
2.1 Influência da Negritude e do Pan-Africanismo em Nkrumah.....	17
2.2 A influência do Marxismo no pensamento de Nkrumah.....	27
2.3 A importância de Nkrumah no Processo de Libertação Nacional.....	34
3. O SOCIALISMO AFRICANO EM DEBATE.....	53
3.1 Do socialismo utópico ao socialismo científico no Ocidente europeu.....	55
3.2 A independência dos países africanos: socialismo ou capitalismo?.....	59
4 LUTA DE CLASSES NA VISÃO DE NKRUMAH	64
4. 1 O socialismo no continente africano: a luta de classes em debate.....	65
4.2 Socialismo africano ou científico? um dilema para Nkrumah.....	86
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS.....	98

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos quinhentos anos, no Brasil, a história vem sendo contada pelos vencedores. Mesmo em se tratando da Europa, ela não descreve o papel dos oprimidos. Os livros de História retratam os heróis dos vencedores e suas narrativas escondem as visões dos vencidos. Quando esta narrativa vem para o Brasil, além de invisibilizar de maneira geral a história dos(as) negros(as) e povos tradicionais que construíram este país, eles aparecem em nossos livros, em especial os livros didáticos de forma negativa e/ou distorcida.

Com o advento da Lei 10.639/2003, vimos ser apontadas novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana. De acordo com esta lei federal, os professores devem observar em sala de aula e nos currículos a cultura afro-brasileira como constituinte e formadora da sociedade brasileira. Aqui as populações devem ser consideradas não como coadjuvantes, mas como sujeitos históricos, valorizando-se, portanto, o pensamento e as ideias de importantes intelectuais negros(as) e indígenas brasileiros(as), a cultura (música, culinária, dança) e as religiões de matrizes africanas e dos povos originários.

No entanto, a Lei 10639/2003, que já fora uma conquista importante para narrar a história dos oprimidos, ainda se achava incompleta, pois deixara de lado os povos originários que constituem o tripé da formação do povo brasileiro, que são as populações originárias, a população africana e seus descendentes e os europeus. Para solucionar essa lacuna, cinco anos, depois foi sancionada a Lei 11.645/2008, com a finalidade de incluir o ensino da cultura e história indígena no currículo oficial da rede de ensino. Ambas alteraram a Lei 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

A professora Júnia Sales, em artigo publicado e debatido ainda na graduação, aponta o cenário de criação da lei, conhecida como “Alforria Curricular”. Este cenário tem quatro pontos: ação afirmativa, ações políticas do movimento negro, consultas a conselhos e indivíduos e a crítica ao ensino de história centrada em ideias eurocêntricas. Também afirma que ela é produto da criação da LDB, ainda no ano de 1996:

O advento da Lei nº 10.639/2003 se deu em meio a um intenso debate social amplificado pela mídia, que expressava os primeiros impactos da implantação de programas de ação afirmativa em algumas universidades brasileiras [...] Essa regulamentação, tida por alguns como uma espécie de “alforria curricular” (ARAÚJO; CARDOSO, 2003), resultou da ação política histórica de grupos ligados a movimentos sociais e, em 2004, de uma consulta feita pelo

Conselho Nacional de Educação, para a avaliação das questões objeto das “Diretrizes”, a “grupos do Movimento Negro, a militantes individualmente, aos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, a professores que vêm desenvolvendo trabalhos que abordam a questão racial, a pais de alunos, enfim, a cidadãos empenhados com a construção de uma sociedade justa, independentemente de seu pertencimento racial [...] A publicação da Lei nº 10.639/2003 ocorreu num contexto educacional mais abrangente, marca do pelas transformações advindas da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394, de 1996, em que se afirmaram modificações educacionais importantes, como a flexibilização curricular, a consciência do valor da inclusão e da diversidade na educação, e a reafirmação da autonomia docente. [...] A lei atende enfim, também à sua maneira, ao enfrentamento da antiga crítica a um ensino de história centrado em narrativas etnocêntricas, em que a história e a cultura afro-brasileiras via de regra compareciam – quando compareciam – de forma estereotipada (SALES, 2007, p. 22).

Na esteira de conquistas advindas da promulgação e edição de novas Leis que alteraram a Lei de Diretrizes e Bases nº. 9.394, de 1996, foi possível implantar o primeiro curso de Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-brasileiros na Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Este trabalho de conclusão de curso, na modalidade Monografia, é parte dessa conquista. Em matéria publicada no site da Universidade Federal do Maranhão (2019), verifica-se que o curso de Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-brasileiros foi reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) com a nota 4 (quatro), em uma escala de 1 a 5, o equivalente ao conceito “Muito Bom”. Na citada matéria, a coordenadora da Licenciatura, Profa. Dra. Kátia Régis, destaca a “importância do curso como ferramenta na luta contra o racismo e pela igualdade étnico-racial.” Diz ela:

O reconhecimento pelo MEC mostrou um dos resultados da luta da população negra para garantir o acesso ao conhecimento consistente acerca da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nos currículos das Instituições de Ensino Superior (IES). Os avaliadores enfatizaram a excelência do Projeto Político-Pedagógico do curso, a organização didático-pedagógica, a atuação da coordenação e dos docentes, a internacionalização, a inovação e a interdisciplinaridade obtida por meio de ações coletivas em torno dos eixos interdisciplinares (UFMA, online, 2019).

Ao adentrar no curso de Licenciatura em Estudos Africanos da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, no ano de 2017, já havia concluído em 2004, na mesma Universidade, a graduação em Ciências Econômicas. Entre os vários motivos para fazer um novo curso superior, além de gostar de História, residia na vontade de encontrar economistas ou intelectuais marxistas africanos que, para minha surpresa, têm muitos. No curso tive a oportunidade de debater textos das obras de Amílcar Cabral e, alertado pelo saudoso Prof. Dr. Luiz Alves Ferreira, mestre e ativista do movimento negro do Brasil,

Professor do Departamento de Patologia da Universidade Federal do Maranhão, conhecido como professor Luizão, interessei-me mais ainda pelo líder revolucionário de Guiné Bissau e Cabo Verde.

Por ocasião da viagem à cidade de Praia (2018), em Cabo Verde, minha admiração pelo libertador de Guiné Bissau e Cabo Verde aumentou, pois a visita ampliou minha compreensão sobre sua prática enquanto marxista e revolucionário. No entanto, somente quando me deparei com as obras de Kwame Nkrumah e li sobre sua trajetória intelectual é que encontrei “o fio condutor” do meu trabalho monográfico. Nkrumah apresenta visão semelhante à de Amílcar Cabral e, acima de tudo, era filósofo e economista.

É neste contexto que a importância deste trabalho monográfico se revela, pois tem como objetivo central levar para o conhecimento da população negra reflexões sobre a existência de uma intelectualidade oriunda do Continente Africano, mais precisamente de Ghana, e que contribuiu enormemente, tanto teórica como prática, para a libertação e unidade dos povos do continente africano.

Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar o papel de Kwame Nkrumah na história do movimento revolucionário que destruiu com a dominação colonial europeia sobre o continente africano. A partir daí, pretendemos apresentar a influência da Negritude e do Pan-Africanismo em Nkrumah; identificar a influência do Marxismo no pensamento do líder revolucionário africano; descrever o papel exercido por Nkrumah no Processo de Libertação Nacional e discutir a transição do socialismo utópico para o socialismo científico no Ocidente Europeu, debatendo a disjuntiva do socialismo ou capitalismo no processo de independência dos países africanos. Assim sendo, apresentaremos de forma geral a visão de Nkrumah sobre o Socialismo no Continente Africano no contexto da luta de classes e qual socialismo seguir: o africano ou o científico?

O debate sobre o papel do marxismo e, em particular, do socialismo no seio do movimento de libertação nacional sempre gerou e ainda gera muitas controvérsias. Foi uma constante tanto no movimento pan-africano como no movimento da negritude. Para além disso, existe um desconhecimento abissal dentro da esquerda brasileira sobre os intelectuais negros que publicaram obras sobre a economia e filosofia numa visão marxista. A visão eurocêntrica sobre a história da intelectualidade marxista no Brasil é uma constante. As publicações sempre estão fazendo referência a Karl Marx, Lenine,

Trotsky, Engels ou quando se afasta desses estudiosos, a aproximação vai em direção ao italiano Antônio Gramsci.

Por essa razão, é importante que seja conhecido o papel relevante de Nkrumah e de outros intelectuais negros que apareceram ao longo deste trabalho, para que todos vejam que existe produção, além dos intelectuais europeus. Para os futuros professores também serão conhecidas narrativas sobre o movimento pan-africano e da negritude e como eles se conectaram com o marxismo para impulsionar os processos de libertação nacional no continente africano.

Ressaltamos que, na busca da construção dessa monografia, os métodos de pesquisa, assim como os instrumentos utilizados para a coleta de dados, foram escolhidos e organizados de acordo com o propósito do estudo. Segundo Minayo (1993), a pesquisa é uma atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade, constituindo-se em uma atitude e prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. “É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados”. (MINAYO, 2001, p.23). A metodologia, segundo esta autora, consistiria no “caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”, que inclui, além das concepções teóricas da abordagem, as técnicas que possibilitam construir a realidade, aliada, ainda, à criatividade do pesquisador. (MINAYO, 2001, p. 16).

O estudo em questão foi elaborado com base em pesquisa bibliográfica sobre o tema estudado, bem como em pesquisas de jornais, revistas e textos disponíveis na internet sobre a temática, indispensáveis para a coleta de dados. A abordagem metodológica escolhida, ou seja, a “forma de pensar sobre a realidade social e de estudá-la” (STRAUSS; CORBIN, 2008, p.17), foi conduzida pela perspectiva qualitativa, uma vez que esta é capaz de produzir resultados não alcançados através de processos estatísticos ou de outros meios de quantificação.

Nesse tipo de pesquisa, a análise é conduzida de forma predominantemente interpretativa, abordagem muito comum quando se estuda uma diversidade de fenômenos que são difíceis de extrair ou de descobrir por meio de métodos de pesquisa mais convencionais (STRAUSS; CORBIN, 2008, p. 24).

A pesquisa qualitativa, segundo os autores, diz respeito àquela que produz resultados que não seriam alcançados por quantificação, como os obtidos por procedimentos estatísticos, por exemplo, e podem se referir aos estudos realizados com uma infinidade de objetos ou sujeitos, como a vida das pessoas, suas experiências,

emoções, funcionamento das organizações, fenômenos jurídicos e culturais, etc. No entanto, o foco da análise sempre será interpretativo, mesmo que sejam quantificados dados para a pesquisa (STRAUSS; CORBIN, 2008, p. 23).

Compartilhando essa visão, Minayo (2001) aponta que a pesquisa qualitativa deve responder a questões muito particulares e, no âmbito das Ciências Sociais, se preocupa com nível real e não pode ser quantificado, “ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2001, p. 22-23). Isto é especialmente importante na área de ciências sociais, onde os estudos estão fundamentados na relação entre o tipo da experiência vivida, a compreensão desta experiência, seu reconhecimento em escala ampla.

Ainda que se recorra à quantificação de dados, o estudo é guiado pela abordagem qualitativa, visto que analisar o fenômeno da luta de classes em Kwame Nkrumah significa trabalhar não só com resultados quantificáveis, mas interpretar o que há para além da aparente realidade, suas expressões e implicações, bem como a contribuição dos ideais difundidos pelo líder ganês na sociedade em que viveu.

Ao pretender estudar a origem e a importância do pensamento desse líder, este trabalho tem início com a apresentação de quem é Kwame Nkrumah, sua história de vida, sua relação com o Pan-africanismo, com o Movimento da Negritude e também com o Marxismo. Além disso, vamos apresentar a importância do líder ganês no processo de Libertação Nacional no Continente Africano e, em particular, na Costa do Ouro, atual Gana. Tudo isso estará presente no primeiro capítulo, logo depois das questões introdutórias.

No segundo capítulo, debateremos o socialismo em África, mas antes vamos descrever a trajetória do socialismo desde suas fases mais iniciais até chegar no socialismo científico, sob a perspectiva europeia. Em seguida, ainda no segundo capítulo, explanaremos como o socialismo e o capitalismo transitaram no debate sobre a independência dos países africanos e qual opção foi majoritária pelo menos na fase inicial do processo de descolonização.

No último capítulo, apresentamos a visão de Kwame Nkrumah sobre a luta de classes em África na perspectiva do socialismo científico e como o líder ganês se transmutou do socialismo africano para o científico, resolvendo um dilema subjetivo tão caro para sua permanência em Gana.

2. NKRUMAH E A RESISTÊNCIA EM ÁFRICA

É praticamente inexistente um trabalho de graduação, pós-graduação ou livros que retratem a história dos pensadores africanos, principalmente nos séculos XX e XXI, em que Nkrumah não se faça presente. Leia-se sobre pan-africanismo, negritude, libertação nacional no continente africano, sobre pensadores africanos que escreveram e debateram sobre o marxismo e que levantaram a bandeira do socialismo, lá estará o líder ganês.

Tal fenômeno já nos dá uma dimensão da importância histórica de Nkrumah para o Continente Africano e para o mundo, mas vamos detalhar com mais relevância a importância de seu papel na historiografia mundial. Durante todo o trabalho monográfico isso se comprovará, mas neste capítulo específico vamos descrever em três etapas as considerações iniciais sobre a relevância de Nkrumah. Na primeira será apresentada a “Influência da Negritude e do Pan-Africanismo em Nkrumah, na segunda será abordada “A “Influência do Marxismo no pensamento de Nkrumah” e, por último, “A Importância de Nkrumah no Processo de Libertação Nacional. ”

Vários informes contraditórios envolvem o nascimento de Kwame Nkrumah. Primeiro o dia da semana, sexta-feira. Por isso seu primeiro nome Nwia Kofi (em Gana, os nomes das crianças têm que vir indicando o dia da semana em que nasceu, no caso, Kofi significa nascido na sexta-feira). Mais tarde ele descobre que nasceu no sábado e o Kofi é substituído por Kwame. O segundo informe confuso é sobre o ano. Paiva (2019), em sua tese de doutorado, nos diz que para sua mãe ele nasceu em 1912 e que nem mesmo Nkrumah tinha certeza do dia exato em que havia nascido. Quem eliminou a dúvida de Nkrumah foi o sacerdote que o batizou na Igreja Católica, no dia 21 de setembro de 1909. Ele explica por que Nkrumah pode ter aceito a data informada pelo sacerdote e não a data presumida por sua mãe:

Quando adquiriu mais consciência dos dias e horas que se passam, pondo umidade nas paredes e cabelos brancos nos homens, fez sua própria investigação, concluindo que haveria de ter sido em 18 de setembro de 1909. No entanto, o que deveria ter prioridade como marco inicial de uma vida? O primeiro ar inalado? A Primeira memória? O primeiro passo? Em seu caso, o marco inicial foi dado tendo por base, curiosamente, um navio da força colonial - o Bakana, embarcação da British and African Steam Navigation Company. O navio teria encalhado, segundo ele, na costa do seu país natal em uma época próxima a do seu nascimento. Baseando-se no dia do evento, que teria se dado em torno do ano de 1909, ele elucidou a data em questão. (PAIVA, 2019, P.121)

O terceiro informe confuso tem a ver com tempo que ele levou para sair do ventre de sua mãe. Segundo J. Benibengor Blay (1973, P. 11), quando escreveu “O Legado de

Kwame Nkrumah”, ele teria ficado onze meses na barriga de sua mãe e uma anciã profetizou que quando isso ocorre é porque a criança será um homem sábio. O autor acrescenta ainda que as pessoas incomodadas com a demora no parto procuram o médico, no entanto, a mãe estava sendo assistida pela parteira da aldeia e ela respondera “tudo está bem: a criança será um grande chefe e nós todos devemos ter em conta que um chefe não deve ser incomodado”. A necessidade de descrever esses informes sobre o nascimento de Nkrumah é para demonstrar, quem sabe, a possibilidade de vermos o imponderável nos processos históricos.

Acreditemos ou não no imponderável, uma coisa é certa: a anciã tinha razão, Nkrumah tornou-se um sábio. Essa sabedoria o levou a ser um expoente intelectual no mundo e, em particular, no processo de libertação nacional.

Nas palavras de Devés-Valdés (2008, p.101): “A melhor época do pensamento africano é a de meados do século XX”, em que se destacam militantes e intelectuais do porte de Léopold Senghor, Jomo Kenyatta, Julius Nyerere, Amílcar Cabral e o próprio Nkrumah. Junto a alguns desses pensadores e ativistas políticos, Nkrumah organizou o V Congresso Pan-Africano, em 1945, que não apenas foi decisivo para articulação de uma rede de pensadores e militantes africanos, como também foi fundamental para a intensificação da propaganda e agitação em torno da independência e transformação da realidade africana, em contraposição à dominação colonial e neocolonial da Europa (DEVÉS-VALDÉS, 2008; SCHERER, 2016).

Um elemento fundamental da atuação de Nkrumah foi a organização do pensamento e do movimento Pan-africanista no período histórico em que viveu. É certo que o Pan-africanismo não foi um pensamento e nem um movimento homogêneo e com ideias únicas, muito pelo contrário, tratou-se de formas de pensamento e movimentos diversos que expressaram suas conjunturas históricas e as relações que os principais intelectuais e militantes diaspóricos ou africanos tiveram com a realidade. Os autores, inclusive, buscam classificá-lo em fases, gerações e categorias diferentes, visando dar conta da complexidade.

Kwame Nkrumah, segundo Devés-Valdés (2008), teria pertencido à terceira geração do pensamento pan-africanista e possibilitado a emergência de uma quarta geração. A terceira geração iria propor sem tergiversações a independência dos países do continente africano do jugo colonial e seus principais expoentes foram Nkrumah e George Padmore. Já a quarta geração, com destaque central para Kwame Nkrumah, teria justamente postulado a necessidade da unidade africana para combater o Neocolonialismo

e construir o socialismo africano como alternativa, tanto ao capitalismo, como também ao stalinismo da União Soviética.

Barbosa (2012), em suas reflexões, classifica a primeira geração de Pan-Africanismo dentro de um período formador (1870-1920); a segunda geração, formada a partir de 1920, estaria dividida em duas perspectivas. a) pan-africanismo cultural; e b) pan-africanismo histórico. Essa segunda geração, em sua perspectiva histórica, buscava:

[...] incorporar a importância do escravismo e das relações étnico-raciais nas discussões de época sobre a formação e reprodução do capital, que envolviam diversos intelectuais ligados ao marxismo, desde fins do século XIX. Isso porque, na medida em que se pudesse comprovar a importância do escravismo e da classificação racial para o desenvolvimento do capitalismo, poder-se-ia incluir a discussão sobre as questões étnico-raciais sobre o negro no debate marxista de então. Algo que, segundo Padmore e outros, apesar de ter sido incorporada pela ótica anticolonialista de Lenin na 3ª. Internacional estaria sendo secundarizada na política da Frente Única, comandada por Stalin na década de 1930 [...] (BARBOSA, 2012, p. 144-145).

Essas ideias influenciariam sobremaneira Kwame Nkrumah que, se tornando o maior líder pan-africano do pós Segunda Guerra Mundial e recuperando o pensamento de Frantz Fanon, entendeu que a descolonização do continente africano não era algo que se findava com a independência, mas tinha que ter continuidade na luta contra a nova forma de dominação: o Neocolonialismo. Nesse caso, já se tratava de “[...] uma aproximação com as tendências marxistas e com a experiência concreta de países pós-coloniais ligados ao chamado Socialismo Africano” (BARBOSA, 2012, p.147).

Como destaca Scherer (2016) na obra *O Pensamento Africano no século XX*, organizada por José Rivair Macedo, Nkrumah foi um militante e intelectual da causa da emancipação e união dos povos africanos e seus Estados recém-fundados. Especificamente, o capítulo escrito por Scherer (2016) trata das contribuições de Kwame Nkrumah em torno de dois conceitos muito caros para ele: *Neocolonialismo* e *Pan-africanismo*.

Kwame foi autor de várias obras, dentre as quais, segundo Scherer (2016), destacam-se *A África deve se unir* (1963), *Neocolonialismo: último estágio do imperialismo* (1965), *Consciencismo: filosofia e ideologia para a descolonização* (1964) e *Luta de Classes na África* (1970). Como atuação política, Kwame Nkrumah foi primeiro-ministro de Gana entre 1957 e 1960, tendo sido eleito Presidente nos anos de 1960 e 1966 e só deixou este cargo pela imposição das armas, fruto de um golpe militar, quando estava em comitiva oficial no Vietnã. Este importante intelectual ganês estudou,

entre os anos de 1935 e 1945, Sociologia, Educação e Teologia na Universidade da Pensilvânia e na Lincoln University, nos Estados Unidos da América.

Em 1947, depois de intensa militância na Europa, retornou ao seu país de origem, à época chamada de Costa do Ouro, e lá fundou um partido político em 1949 denominado *Convention People's Party* (CPP), em português: Partido da Convenção do Povo. Sendo um dos principais expoentes do Pan-Africanismo, já descrito anteriormente como um movimento político que deu suporte a vários processos de Libertação Nacional na África, Kwame Nkrumah tornou-se um dos principais líderes da independência dos países africanos. Em poucas palavras, está justificada a importância histórica de Nkrumah, mas vamos prosseguir reforçando o que foi explanado até aqui.

2.1 Influências da Negritude e do Pan-Africanismo em Nkrumah

Kwame Nkrumah desde cedo despontou como um grande leitor e irrequieto. Das diversas leituras realizadas sobre sua vida e obra, todos são unânimes em afirmar que ele é destacadamente o principal nome do pan-africanismo revolucionário contemporâneo. No entanto, ao longo da pesquisa, verifica-se que o líder ganês foi ao mesmo tempo influenciado e influenciador do Pan-Africanismo.

Entres vários trabalhos publicados sobre Nkrumah encontra-se o de Felipe Paiva. Este autor discorre acerca dos principais intelectuais africanos e da diáspora que formataram o caminho intelectual do líder ganês. Paiva (2018, p. 3) diz em seu livro “Aprendendo a Voar: James Aggrey e os Anos de Formação de Kwame Nkrumah” que o líder ganês “bebeu de diversas fontes para formular seu pensamento. São conhecidas suas dívidas para como cristianismo, o marxismo e também para com diversos intelectuais negros da primeira metade do século XX”.

O autor narra no referido trabalho os principais intelectuais africanos e da diáspora que formataram o caminho intelectual do líder ganês. Paiva (2018, p. 3) diz em seu livro “Aprendendo a Voar: James Aggrey e os Anos de Formação de Kwame Nkrumah” que o pensador “bebeu de diversas fontes para formular seu pensamento. São conhecidas suas dívidas para com o cristianismo, o marxismo e também para com diversos intelectuais negros da primeira metade do século XX.”

Portanto, é importante destacar como ocorreu e quais foram os principais influenciadores de Nkrumah e de que forma ele influenciou o Pan-africanismo e, em seguida, como se deu sua relação com o movimento da negritude.

Segundo Paiva (2018, p. 3) o primeiro a despertar o intelecto do jovem Nkrumah e que pode ser considerado o seu primeiro Mestre foi seu professor dos tempos de estudante secundarista James Aggrey. Paiva, inclusive, afirma que o dom da oratória de Nkrumah vem do referido Mestre:

Aggrey merece o título de mestre de Nkrumah, pois o aprendizado nesse caso se deu menos pela leitura e mais no contato face a face, no encontro cotidiano, na alocução e na resposta instantânea do aluno a questões levantadas inadvertidamente por seu preceptor. A relação entre ambos comprova, portanto, que “o ideal da verdade viva é um ideal da oralidade”, conforme assegurou George Steiner. Não tendo Aggrey escrito nenhuma obra comparável, em volume, à dos demais influenciadores (PAIVA, 2018, p. 03).

Paiva destaca que o próprio Nkrumah reconhece que foi James Aggrey o primeiro a formar sua consciência nacionalista. Pode-se dizer, segundo Paiva (2018), que “se na galeria do pan-africanismo os retratos de Marcus Garvey e W. E. B. Du Bois aparecem em lugar de destaque, o busto de Aggrey está ao fundo, encoberto pela poeira do esquecimento.” (PAIVA, 2018, p. 03).

A ida de Nkrumah aos Estados Unidos da América (EUA) em 1935 para iniciar seus estudos avançados possivelmente adveio da influência de James Aggrey, pois o seu Mestre fizera o mesmo percurso no passado. Segundo Paiva (2018, p. 08), Aggrey “chegou aos EUA em 1898 e por lá ficaria pelos próximos vinte anos de sua vida, estudando e lecionando. Adquiriu formação em medicina e distinções em estudos clássicos e teologia.” O mestre de Nkrumah, em suas duas décadas de vivência nos EUA, conviveu com uma produção intelectual negra intensa e teve contato com ideias radicais em nascimento que, no futuro, foram fundamentais para a consolidação do pan-africanismo.

James Aggrey, conforme se vê em Paiva (2018), pode ser considerado como precursor das fontes Religiosa e Educacional. Nkrumah de início vai seguir seu primeiro mestre, para tempos depois ser um dos expoentes da corrente Socialista. Outro que contribuiu muito na trajetória de Nkrumah – que o mesmo lamentou nunca ter conhecido – foi Marcus Garvey.

Os dois principais influenciadores de Nkrumah, considerando o corte africano e da diáspora, James Aggrey e Marcus Garvey tinham visões opostas sobre o problema racial. James Aggrey, segundo Paiva (2018, p. 09) era defensor da harmonia racial, pois sempre repetia que “Você nunca pode vencer o preconceito atacando-o frontalmente, porque há mera emoção em sua raiz.” Sua ideia era sintetizada na metáfora do piano:

“Você pode tocar uma melodia somente com as teclas brancas, e você pode tocar uma melodia só com as teclas negras, mas para ser harmônico você deve usar ambas – as brancas e as negras”. Por essa postura:

Aggrey passou a ser conhecido na época como o intérprete do pensamento birracial – “bi-racial school of thought”, nos exatos termos utilizados em 1928 pelo *The New York Age*, proeminente periódico negro que assim resumia a proposta de Aggrey: “o grupo birracial é o mais forte expoente do orgulho cívico e da melhoria social. Eles têm orgulho próprio e procuram relações amigáveis com outras raças de seu ambiente imediato”. Nisso Aggrey e os seus acólitos estariam criando uma “solidariedade de grupo” por meio de “métodos ordenados e pacíficos” (PAIVA, 2018, p. 10).

Paiva (2018, p.10) explica que do lado oposto a James Aggrey estava Marcus Garvey. Diz que o mesmo jornal que exaltava a posição harmônica de James Aggrey classificava Marcus Garvey como representante de um grupo “ultraconservador” que advogava que “as raças negras podem aterrar onde bem entendem”. Paiva é mais preciso sobre o pan-africanismo dos garveistas:

O pan-africanismo do jamaicano Marcus Garvey estava baseado não só no paradigma da raça (compasso que Aggrey também acompanhava), mas também na defesa de um lugar para cada uma delas. A África seria o lugar da raça negra, a nação dos negros. Para ela deveriam rumar os negros e negras do mundo a fim de constituir uma nação independente. Em suas próprias palavras: “acreditamos na liberdade de África para o povo Negro do mundo, e pelo princípio da Europa para os europeus e da Ásia para os asiáticos; nós ainda exigimos África para os africanos em casa e no exterior. (PAIVA, 2018, p. 10).

Em outro artigo, intitulado “O mestre subterrâneo: as afinidades eletivas entre Marcus Garvey e Kwame Nkrumah”, Paiva (2018, p. 88) relata que, em sua temporada estudantil, Nkrumah teve contato com os escritos de Marcus Garvey. Isso está registrado:

Em sua autobiografia, Kwame Nkrumah é bastante claro a respeito do papel que a obra de Marcus Garvey ocupa em seu panteão pessoal. Segundo seu relato, quando foi estudante universitário nos Estados Unidos, leu e/ou conheceu um número expressivo de autores e militantes que lhe impressionaram: de Herskovits a Cyril James, de Hegel a Marx, de Lênin a Mazzini. Mas foi com a leitura de *Philosophy and Opinions of Marcus Garvey*, publicado originalmente em 1923, que o jovem militante Kwame mais se entusiasmou, sendo essa brochura peça fundamental no definitivo engajamento de Nkrumah no ideário da libertação e unidade africana. Do mesmo modo, Nkrumah para sempre se ressentiria de nunca ter tido a oportunidade de conhecer o mestre querido: “Desgraçadamente nunca pude conhecer Garvey” (PAIVA, 2018, p. 88).

Retomando ao artigo de Paiva (2018, p. 15) “Aprendendo a Voar: James Aggrey e os Anos de Formação de Kwame Nkrumah”, ele nos diz que o jovem Nkrumah, ainda em Gana, acompanhava esse debate entre seus dois principais indutores intelectuais e conseguia identificar o que os separava. Segundo Paiva, Nkrumah, apesar de reconhecer que seu mestre era defensor de uma África para os africanos, não acordava com a ideia

de harmonia racial de Aggrey, pois Nkrumah entendia “que essa harmonia só poderia existir quando a raça negra fosse tratada como igual à raça branca” e que “só um povo livre e independente, com um governo livre e independente, pode reclamar igualdade racial com outro povo. Neste sentido, ele advogava mais da posição de Marcus Garvey de uma África para os africanos, mas sem a conotação puramente racial. Paiva explica como Nkrumah, na sua fase madura, se diferenciava de Garvey:

Nkrumah diferencia em sua obra madura o “nacionalismo negro” e o “nacionalismo africano”. Ainda que estabeleça essa diferença, ele nunca chegou, de fato, a perfazer uma conceituação diferencial de ambos os fenômenos. Se limitou apenas a dizer que Garvey e os seus defendiam o “nacionalismo negro” enquanto ele, Nkrumah, tinha por bandeira o “nacionalismo africano. [...] Escreveu Nkrumah que, após o congresso pan-africano realizado em Manchester em 1945, evento no qual ele tomou parte diretamente, a ideologia pan-africana deixava de ser definitivamente “um movimento bastante nebuloso, vagamente intencionado no nacionalismo negro, o movimento pan-africanos convertera em uma expressão do nacionalismo africano”. Assim acontecia, pois a maioria dos participantes do congresso era “procedentes da África (PAIVA, 2018, p. 18).

Paiva (2018), em artigo já citado anteriormente, intitulado “O mestre subterrâneo: as afinidades eletivas entre Marcus Garvey e Kwame Nkrumah”, explica com mais nitidez a diferença entre ele e o Jamaicano: “Em lugar de um movimento bastante nebuloso, vagamente intencionado no nacionalismo negro, o movimento pan-africano se convertera em uma expressão do nacionalismo africano”. O fato da maioria daquele congresso serem de “procedentes da África”, diferente do que ocorrera em congressos anteriores, foi fundamental para essa mudança de postura. (PAIVA, 2018, p. 92).

O afastamento entre Nkrumah e Garvey fica claro, segundo Paiva (2018, p. 92) no Congresso Pan-Africano de 1945, “quando os africanos começaram finalmente a protagonizar o pan-africanismo, o movimento tomara uma forma mais precisa. O adjetivo nebuloso para descrever o nacionalismo negro é peça fundamental para compreender o lugar que Garvey (bem como Du Bois) ocupa nesta obra de Nkrumah”.

Em termos objetivos, tudo leva a crer que, para Nkrumah, houve uma inflexão profunda em 1945 e teria sido tal inflexão que teria levado o pan-africanismo a se configurar expressão do nacionalismo africano, sendo a obra dos pais fundadores, Garvey incluso, nebulosa. Nessa altura, Nkrumah via a ideologia garveyana como difusa e seus tons argumentativos teoricamente pobres, pois, ao contrário do pós-1945, estaria nela ausente um método a ser empregado na libertação africana e em sua posterior unidade. (PAIVA, 2018, p. 92)

Uma das justificativas para esse rompimento de Nkrumah com o pensamento garveísta, segundo Paiva (2018, p. 96), residia na negação da máxima do Jamaicano de África para os negros, em termos exclusivamente cromático-raciais. Para o líder ganês, isso “colocaria em risco todo e qualquer apoio estratégico e intelectual que poderia

receber dos pan-africanistas árabes norte-africanos, e colocaria também em risco a relação amistosa que mantinha com quase todos eles, especialmente com o egípcio Gamal Abdel Nasser”. A segunda justificativa está na sua estratégia de alargamento da ideologia pan-africana. Neste sentido, abrir mão dos aliados, os vizinhos do Norte do Continente Africano, não lhe parecia ser de bom grado. A última justificativa, segundo Paiva, dava-se pelo fato de que:

[...]ao contrário de Garvey, Nkrumah nascera e vivera na África. Tinha dentro de si não só o sentimento de solidariedade racial fruto da opressão indizível à qual as negras e negros do mundo estavam (e estão) sujeitos. Tinha também o sentimento de pertencimento a uma terra distinta, a um chão de traços e contornos próprios. Ao contrário de Garvey, seu pertencimento ao lugar era direto. Sua cidadania africana poderia ser reclamada pelo critério comum do pertencimento territorial, do nascimento no chão natal, não ficando dependente de um vínculo estabelecido a posteriori – a descendência, e, conseqüentemente, o critério da cor, como no caso de Garvey. (PAIVA, 2018, p. 96).

Uma das críticas que vai sofrer Nkrumah mais à frente é de ter retomado as teses de Garvey de uma unidade africana baseada apenas na questão racial. Paiva (2018, p. 98) explica que após ter sofrido o golpe militar em 1966, Nkrumah, ao publicar o panfleto *The spectre of Black Power*, “argumenta que a luta dos negros da diáspora e dos africanos é “essencialmente a mesma, uma luta de morte contra a opressão, o racismo e a exploração”. No entanto, o faz numa visão socialista e “ao contrário de seu antecessor, Garvey, Nkrumah coloca a questão em termos explicitamente socialistas e marxistas.” Dessa forma, “o poder negro ganha contornos de movimento de vanguarda, e num tom claramente leninista”. Paiva entende que colocado dessa forma, não se pode conceber que Nkrumah tenha negado a sua máxima de África para os africanos e não apenas para os negros. Agindo assim, ele mantém “o elo entre a luta pan-africana para a unidade no continente africano com todos que se esforcem para estabelecer uma sociedade socialista”. Paiva conclui seu artigo afirmando:

É possível, senão provável, que o malogro da revolução africana e a agudização da luta afro-americana o tenha levado a pôr mais ênfase teórica na causa dos negros e negras algures, contribuindo para uma mudança de contornos na definição da identidade africana. Culminando, ao fim e ao cabo, em um retorno a Garvey. Retorno esse mediado por novos conceitos e novas influências intelectuais. (PAIVA, 2018, p. 101).

Verificou-se até aqui que o rompimento de Nkrumah com seus mestres africanos e da diáspora gira em torno das questões marxistas. Neste particular, Lenine ganha um importância diferencial, pois ele ficará até o final de sua vida “fiel” ao pensamento do mestre russo. Isso será demonstrado em capítulo próprio mais adiante. Agora cabe demonstrar como Nkrumah se posicionou no debate sobre a Negritude.

Entende-se que o impacto do movimento da Negritude como elemento indutor no pensamento do Kwame Nkrumah não teve a mesma dimensão que o do Pan-Africanismo. Primeiro porque aquele movimento só veio a eclodir depois que o pan-africanismo estava em marcha. Segundo porque, pelo seu caráter fundante inicial, está restrito à esfera cultural e da subjetividade. Um elemento importante a considerar, que pode ser relevante no Negritude em relação ao desenvolvimento intelectual de Nkrumah, está no seu caráter de negar a assimilação. Esta negação é crucial para quem deseja combater de fato o colonialismo e também o neocolonialismo.

Da mesma forma que o Pan-Africanismo, o movimento da Negritude nasceu fora da África. Petrônio Domingues, Professor de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Doutorando do Programa de História Social História Social-USP, publicou em 2005 um artigo intitulado “Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. ” Para este autor, o movimento da negritude nasce fora da África, mais precisamente nos Estados Unidos, e depois de passar pelas Antilhas finalmente chega a Europa. No entanto, foi na França que tal movimento “adquiriu corpo e foi sistematizado. Depois, o movimento expandiu-se por toda a África negra e as Américas (inclusive o Brasil), tendo sua mensagem, assim, alcançado os negros da diáspora. (DOMINGUES, 2005, p. 2)

Do dito anteriormente, vimos que enquanto o movimento pan-africanista tem origem na Inglaterra, o da negritude inicia-se nos EUA e vai ter forte impulso na França. No entanto, Domingues (2005, p. 26) destaca que “o afro-americano W. E. B. Du Bois (1868-1963) é considerado o patrono do pan-africanismo, [...] Pelo fato de [...] ser uma das primeiras lideranças a adotar com veemência um discurso de orgulho racial e de volta às origens negras, é considerado, da mesma maneira, o pai simbólico do movimento da negritude, mesmo que se considere que tal termo só será conhecido anos mais tarde. O livro de Du Bois *Almas Negras* exerceu forte ascendência sobre os escritores negros estadunidenses.” Verifica-se, assim, via Domingues, que o movimento da Negritude, no conteúdo, pode não ser tão original como se propaga.

O autor afirma que a obra literária de Du Bois vai influenciar o movimento artístico e literário nascido nos EUA, conhecido como Renascimento Negro ou Novo Negro, em português;

Por volta de 1920 surgiu no bairro negro de Nova Iorque, o Harlem, nos Estados Unidos, um movimento literário e artístico denominado *New Negro* (ou "Negro Renaissance"), cuja proposta cultural era "exorcizar" os estereótipos e

preconceitos disseminados contra o negro no imaginário social. Ao contrário de se lamentarem pela sua condição racial, os ativistas do movimento enalteciam a cor do povo negro em suas obras. Dentre os escritores que se destacaram, os que mais adquiriram notoriedade foram Langston Hughes, Claude Mackay e Richard Wright. Já nas ilhas do Caribe, e em particular em Cuba, foi articulado o movimento denominado *negrismo cubano*, tendo como principal expoente o poeta negro Nicolás Guillén. No Haiti, Jean Price-Mars fomentou em conjunto com outros intelectuais, o movimento *indigenista* de reabilitação da herança cultural africana, valorizando as línguas crioulas e a religião *vodu*. Contrário à ocupação norte-americana na ilha, esse líder negro encampou a resistência anticolonial e promoveu um trabalho de conscientização sobre a história africana. Segundo Nascimento, Price-Mars "precursor e mestre da liderança negra independentista da luta nacional africana contribuiu muito para a formação do importante movimento da negritude". Aimé Césaire vai mais longe, preconizando que "o Haiti foi o país em que a negritude se ergueu pela primeira vez" (DOMINGUES, 2005, p. 27).

Pela citação anterior, denota-se que os precursores deste movimento estavam nos EUA. No entanto, Domingues (2005, p. 27) esclarece que “em Paris, no período entre guerras, um grupo de estudantes negros oriundos dos países colonizados (Antilhas e África) iniciou um processo de mobilização cultural.” Tais estudantes no contato com as universidades europeias, em particular as de Paris e Londres, verificaram que “a civilização ocidental não era um modelo universal e absoluto tal como era ensinado na colônia.” A partir daí foram despertados para uma nova consciência racial e, por extensão, a luta em favor do resgate da identidade cultural do povo negro. Isso foi materializado na revista intitulada *Légitime Défense*, publicada em junho de 1932 por estudantes negros.

O periódico pode ser considerado, segundo Domingues, como um manifesto inicial do movimento Negritude na Europa. “A revista denunciava a opressão racial e a política de dominação cultural colonialista. O alvo do ataque também era “o mundo capitalista, cristão e burguês”. (Domingues, 2005 p. 25). Verifica-se, pelas palavras de Domingues, que o movimento Negritude, ao criticar o colonialismo e aqueles a quem ele estava a serviço, o modo burguês e cristão de produção, já estava dando sinais de que ia avançar além da questão racial e cultural. Tal extensão ideológica fica mais claro, segundo o autor, anos depois:

Dois anos depois, em 1934, os estudantes negros em Paris lançam a revista *L'étudiant Noir* (o Estudante Negro). Léon Damas proclamava: "não somos mais estudantes martinicanos, senegaleses ou malgaches, somos cada um de nós e todos nós, um estudante negro". Daí o título da revista. Contrapondo-se a política assimilacionista das potências europeias retomaram a bandeira a favor da liberdade criadora do negro e condenaram o modelo cultural ocidental. Como instrumentos ideológicos de libertação, advogavam o comunismo, o surrealismo e a volta às raízes africanas. A revista teve importância fundamental na difusão do movimento. Organizando reuniões, exposições, assembleias, publicando artigos e poemas em outras revistas, esse grupo conseguiu progressivamente transmitir uma imagem positiva da civilização africana. Deste período adquiriram notoriedade os três diretores da revista: Aimé Césaire (Martinica) -

que foi o criador da palavra *negritude* - Léon Damas (Guiana Francesa) e Léopold Sédar Senghor (Senegal). (DOMINGUES, 2005, p. 28).

Notamos, pelo mencionado anterior, que agora a defesa do comunismo estava bem posta pelos estudantes. Esclarecer o caráter comunista e, portanto, marxista do movimento, apesar de não ser central no seu nascimento, é importante para compreendermos que esta aproximação vai possibilitar também rupturas.

Se considerarmos o sentido original da palavra *negritude*, percebe-se que ela veio a ser cunhada pela primeira em 1939, com o objetivo claro de positivar o termo *negro*. Dessa forma, fica fácil entender as dificuldades que este movimento terá ao se aproximar do marxismo:

A palavra *négritude* em francês deriva de *nègre*, termo que no início do século XX tinha um caráter pejorativo, utilizado normalmente para ofender ou desqualificar o negro, em contraposição a *noir*, outra palavra para designar negro, mas que tinha um sentido respeitoso. A intenção do movimento foi justamente inverter o sentido da palavra *negritude* ao pólo oposto, impingindo-lhe uma conotação positiva de afirmação e orgulho racial. Nessa perspectiva, a tática foi de desmobilizar o inimigo em um de seus principais instrumentos de dominação racial: a linguagem. O próprio Aimé Césaire assinalava que o movimento da *negritude* representou uma revolução na linguagem e na literatura. [...] O termo *negritude* apareceu com esse nome, pela primeira vez, em 1939, no poema *Cahier d'un Retour au Pays Natal* ("Caderno de um regresso ao país natal"), escrito pelo antilhano Césaire e editado por Volontés. (DOMINGUES, 2005, p. 28 - 29).

Segundo Petrônio (2005, p.30) para Aimé Césaire o termo *negritude* é um ato do indivíduo se assumir enquanto negro e “ser consciente de uma identidade, história e cultura específica. ”, em três aspectos: identidade, fidelidade e solidariedade. Assim, segundo Petrônio, identidade significa ter orgulho da condição racial e se expressa quando você grita forte: sou negro! “A fidelidade é a relação de vínculo indelével com a terra-mãe, com a herança ancestral africana. A solidariedade é o sentimento que une, involuntariamente, todos os "irmãos de cor" do mundo; é o sentimento de solidariedade e de preservação de uma identidade comum.” (DOMINGUES, 2005, p. 30).

Um expoente importante deste movimento que mais tarde vai se distanciar do marxismo, inclusive vindo a receber severas críticas de Nkrumah, conforme será demonstrado mais à frente, será o poeta senegalês Léopold Sédar Senghor. No entanto, já no início, o movimento da *Negritude* recebe severas críticas mesmo entre aqueles que viam o movimento apenas como expressão cultural. Domingues explica tal fato ao afirmar que:

Existe uma "alma negra" inerente à estrutura psicológica do africano. A "alma negra" teria uma natureza emotiva em detrimento da racionalidade do branco.

Trata-se de um conceito de negritude essencialista em que "a emoção é negra como a razão é grega". Enquanto a civilização européia seria fundamentalmente materialista, os valores negro africanos estariam fundados na vida, na emoção e no amor. Para Senghor, estes atributos constituíam um privilégio do negro. O perigo dessa acepção é que reforça o preconceito, segundo o qual a raça negra é incapaz de atingir certos níveis de inteligência e de promover autonomamente o desenvolvimento de uma nação, ou seja, a raça negra seria incapaz de alcançar determinado estágio do conhecimento científico e tecnológico, posto que sua natureza fosse, essencialmente, munida de valores espirituais. (DOMINGUES, 2005, p. 6).

Como se vê, Léopold Sédar Senghor já mostrava, desde o início do movimento Negritude, que não criara, de fato, sua identidade negra mantendo-se preso às ideologias eurocêntricas. Talvez por isso, quando presidente do Senegal, seu governo não fora diferente das gestões coloniais:

Léopold Senghor, após a conquista da independência do Senegal em 1960, assumiu o poder desse país africano. Seu governo foi uma frustração geral, pois a ideologia da negritude foi totalmente capitulada à dominação das metrópoles capitalistas ocidentais de outrora. A defesa oficial dos "valores africanos" tornaram-se discursos vazios e reacionários no quadro de ausência de uma melhoria na qualidade de vida do povo senegalês e da continuação das estruturas socioeconômicas marcadas pelas desigualdades. Senghor foi incapaz de entender que o principal inimigo a ser atacado, naquele instante, não era a "raça branca", mas as contradições de classe (a concentração de poder, renda e prestígio na mão de uma elite) de um lado, e o subdesenvolvimento econômico da África e suas consequentes mazelas sociais (o desemprego, analfabetismo, a fome e marginalização) de outro. Em nome de uma mística ideológica, a negritude, ele passou seus três mandatos subordinado aos interesses políticos das potências colonizadoras de antanho. (DOMINGUES, 2005, p. 11).

Nas diversas leituras realizadas, verifica-se que Senghor não estava sozinho neste pensamento. A presença de um pensamento pequeno-burguês no movimento da Negritude era expressiva. Domingues (2005, p. 08) explica que “quando ganhou força na França, o movimento Negritude representava a ideologia de uma elite Negra letrada, na medida em que congregava os estudantes oriundos de famílias “remediadas” dos países colonizados (Antilhas e África).” Tal discurso, de volta às origens, não ecoa entre as massas africanas. Elas permaneciam em sua maioria analfabetas e preservando os valores da cultura tradicional. Este tipo de discurso da Negritude no Continente Africano só sensibilizava a elite colonial negra, que adotara o espírito do colonizador e se beneficiava do seu mundo material. Petrônio nos diz onde estava localizada essa pequena burguesia:

No transcurso da colonização, surgiu uma pequena-burguesia negra: camada social de africanos constituída de funcionários da colônia, trabalhadores especializados em diversos ramos da indústria, empregados do comércio, profissionais liberais e um número -ainda que diminuto - de proprietários urbanos e rurais. A elite negra situava-se socialmente entre as massas trabalhadoras africanas e a minoria de brancos, representantes da metrópole. Apesar do contato com as massas camponesas e culturas tradicionais africanas, aquela pequena-burguesia negra aspirava ter um nível de vida equivalente ao dos

brancos. Para tanto, incorporavam os hábitos, roupas, língua e arquitetura do colonizador. As negras em alguns casos alisavam os cabelos e buscavam clarear a pele. Porém, os negros da África e da diáspora que haviam assimilado o *branqueamento* não conseguiam fugir do drama da marginalização. Vestidos à moda europeia, “de terno, óculos, relógio e caneta no bolso do paletó, fazendo um esforço enorme para pronunciar adequadamente as línguas metropolitanas”, não deixavam de ser discriminados. No plano social, continuavam sendo negros e, conseqüentemente, tratados como inferiores. (DOMINGUES, 2005, p. 8)

Nkrumah (1970, p. 27) faz sua crítica mais forte contra a teoria da negritude em uma passagem da sua obra *Luta de Classes em África*. Ele afirma que a burguesia africana adotou servilmente ideologias da burguesia europeia para criar mitos que foram desenvolvidos num contexto africano e elucubram com perfeição a mentalidade burguesa africana. Tudo isso se encaixa, segundo o líder ganês, dentro da pretendida teoria da “negritude”. Tal pseudoteoria aspira conciliar a classe média africana com a ideologia burguesa francesa. É uma “concepção contrarrevolucionária, irracional e racista, imbuída dos valores ocidentais, reflete bem a confusão que reina no espírito de certos intelectuais africanos de expressão francesa; e faz, além disso, uma descrição errônea da personalidade africana.” (NKRUMAH, 1970, p. 27).

As críticas a essa corrente pequeno-burguesa dentro do movimento da negritude fazem sentido se considerarmos que entre seus vários objetivos estava o combate à assimilação. Domingues (2005, p. 9) cita que um dos expoentes do movimento, Frantz Fanon, costumava dizer que “o evoluído de repente se descobre rejeitado por uma civilização que ele, no entanto, assimilou”. Apesar da existência desta corrente pequeno-burguesa dentro do movimento em tela, o pensamento marxista foi dominante.

Eduardo David T. Ndombele, Doutor em Linguística e professor do Departamento de Letras Modernas- ISCED-Uíge (Angola) publicou um artigo intitulado “Negritude: Contributo para o Resgate da Identidade Cultural em África” e deixa claro, em uma das passagens do texto, a importância do pensamento marxista:

As três escritas por autores negros e marxistas: *Peles negras, máscaras brancas* (1952), obra do psiquiatra, filósofo e ensaísta da Martinica, Frantz Fanon; *Nações negras e cultura* (1954), do sábio multifacetado senegalês, historiador, antropólogo, físico nuclear, linguista e político pan-africanista CheikhAnta Diop; e *Discurso sobre o colonialismo* (1955), do poeta, político e ensaísta, também martinicano e co-fundador do movimento da Negritude, Aimé Césaire. Ao longo dos anos, a editora também trabalhou na busca do conhecimento da civilização negra através de congressos, festivais, associações, conferências, seminários etc, como o Primeiro Congresso de Intelectuais e Artistas Negros em 1956 (Paris), e o Primeiro Festival Mundial de Artes Negras, em 1966 (Dakar). Tudo isso foi possível graças ao trabalho de homens e mulheres cujo espírito pode ser resumido, talvez, nestas palavras de Diop: “A palavra negro

designa menos uma cor do que um conjunto de experiências e de valores próprios à civilização dos povos chamados negro-africanos. (NDOMBELE, 2015, p. 61).

Como se verificou, Kwame Nkrumah não se tornou líder político africano e presidente de Gana entre 1960 e 1966, um dos principais ativistas pela descolonização da África, dissociado de embasamento teórico sobre a questão racial. Foi ativo, tanto no movimento pan-africanista quanto no da negritude. No entanto, sua maior firmeza ideológica, que vai acompanhá-lo pelo resto de sua vida teórico-prática e contribuir para seus acertos e também seus erros, foi o pensamento marxista. É dele que trataremos a seguir.

2.2. A influência do Marxismo no pensamento de Nkrumah

Márcio Paim, Mestre em Estudos Africanos pelo Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia CEAO/UFBA escreve o artigo “Pan-africanismo: tendências políticas, Nkrumah e a crítica do livro *Na Casa de Meu Pai*”. De forma resumida, Paim (2014, p. 88) explica o objetivo de seu escrito: “contribuir para a ampliação de informações sistematizadas sobre a narrativa e a evolução da ideologia pan-africana a partir de uma breve retrospectiva histórica de seu surgimento e da formação de suas variadas tendências, desconstruindo a ideia de “uniformidade ideológica”. Vou partir dele para entendermos como Nkrumah vai se encontrar com as teses marxistas e, em particular, com o leninismo.

Na citada obra de Márcio Paim (2014, p.88) ele descreve as variadas fases do pan-africanismo. Nos alerta para o entendimento semântico da palavra, que apesar de expressar uma relação estreita com o continente africano, é originária dos países de colonização inglesa e por negros que já faziam parte da diáspora. Outra observação importante que Márcio Paim destaca é quanto às duas perspectivas ideológicas do Movimento Pan-Africano: projeto de libertação e de integração.

O binômio (libertação e integração) que marca a estratégia do Movimento Pan-africano não existe desde a sua origem. Márcio Paim (2014, p. 88) observa que ele nasce como “oposição ao tráfico escravista¹ nas Américas, Ásia e Europa”. Resumia-se apenas à libertação dos africanos escravizados e também à liberdade e à igualdade das populações africanas fora do continente africano. Tinha um caráter de solidariedade e era “restrita às

¹Segundo o Professor e Doutor aposentado pela USP, Kabengele Munanga, em uma visita à Universidade Federal do Maranhão no ano de 2020, nos explicou que o termo “tráfico escravista” deve ser negado e substituído por tráficos de humanos. Neste trabalho, o termo discordante será usado, quando necessário, para ser fiel a autores que ainda o utilizam.

populações de ascendência africana das Antilhas Britânicas e dos Estados Unidos. “Isso, segundo Márcio Paim, se confirma na denominação atribuída à primeira reunião Pan-Africana, onde a expressão “Pan-Africanismo” não existia. Foi identificada como a “Conferência dos povos de cor”. Nesse sentido, assim expressa Paim:

A primeira “conferência dos povos de cor”, pensada por Henry Silvester Williams em 1890, devido aos entraves burocráticos, só pôde acontecer dez anos depois, em 1900 na Inglaterra. Henry Silvester Williams (1869-1911) graduou-se em direito, indo trabalhar na África do Sul. Especializou-se em questões agrárias no fórum inglês, onde teve a possibilidade de estabelecer estreitas relações com as populações do oeste africano de colonização inglesa, tornando-se uma espécie de conselheiro jurídico. Antes de viajar para a África do Sul, Williams foi responsável pela fundação da Associação Africana para Promoção e Proteção dos Interesses de todas as Pessoas de Ascendência Africana. Como conselheiro, Silvester Williams aconselhou chefes Bantus na África meridional, os quais suas terras eram alvo do interesse dos colonizadores bôers. Da mesma forma, auxiliou no aconselhamento dos chefes Fantis, cujas terras originais os ingleses objetivavam transformar em propriedade da coroa britânica. (PAIM, 2014, p. 89).

O termo Pan-Africanismo só se fará presente no ano de 1900, segundo Márcio Paim (2014, p. 89). Na voz de William Bugart Du Bois “a reunião de Londres foi importante porque “Colocou pela primeira vez em moda a palavra “pan-africanismo”. Feitas essas considerações iniciais, Paim passa a descrever as demais correntes dentro do Pan-Africanismo e seus respectivos expoentes.

O referido autor classifica Du Bois como representante do Pan-africanismo educacional, Booker T. Washington como representante do Pan-africanismo econômico, Edward Wilmot Blyden e Alexander Crummel do Pan-africanismo religioso, Marcus Garvey responsável pela universalização e radicalização da unidade pan-africana, mas ao mesmo tempo foi o difusor do Rastafarianismo² dentro da vertente do pan-africanismo religioso e, por último, George Padmore e Kwame Nkrumah como representantes do Pan-africanismo socialista. Não é objeto deste trabalho, no entanto, descrever tais correntes. Elas aparecem aqui para identificarmos em que corrente Nkrumah vai se destacar e daí entendermos a ligação dele com o marxismo e em particular com o líder russo Lenine, além de explicitar uma linha do tempo de tais corrente e de seus expoentes. Sendo assim, apresentaremos alguns autores que confirmam a presença do marxismo na vida, obra e atitudes de Nkrumah ou, em outras palavras, a teoria e prática marxista do líder ganês.

Paim (2014, p. 102) nos apresenta um dos primeiros influenciadores das ideias socialistas de Nkrumah antes do contato com as obras de Marx em geral e de Lenine em

² A religião rastafári tem sua origem após a dispersão do movimento garveísta, em 1940. Sua nomenclatura (ras, que significa príncipe) tem a finalidade de homenagear Tafari Makonen que, após a sua coroação em 1932, recebeu o título de primeiro imperador da Etiópia Hailé Selassié. (PAIM, 2014, p. 99).

particular. Trata-se de Malcolm Ivan Meredith Nurse que nasceu em Tacariga, Trinidad e Tobago (1902-1959) e usava o pseudônimo de George Padmore. Quando da sua estadia nos Estados Unidos, Padmore, além de se identificar com a ideologia comunista, chegou a residir em Moscou e lá administrou o Departamento Comunista de Propaganda e Organização do Povo Negro.

Tempos depois, segundo Paim (2014, p. 102), Padmore vai romper com a orientação comunista soviética por vários motivos. Em destaque, a formulação da política russa que definiu Inglaterra e França como “imperialismos democráticos”, “a percepção por Padmore da não realização de “ações específicas de combate ao racismo e ao preconceito racial em favor das populações africanas” por uma grande parte dos “intelectuais marxistas, sendo aliados do movimento negro internacional”. E por último:

Outra decepção de Padmore foi compreender que o neocolonialismo, principal obstáculo no caminho da libertação dos países africanos, era secundarizado pela política externa russa, sendo utilizado como “massa de manobra” em favor dos seus interesses econômicos e dos interesses de alianças políticas fugazes. Nesse contexto, Padmore escreve uma profunda crítica – Pan-africanism or communism – perguntando qual seria a melhor estratégia ideológica a ser adotada para a rápida descolonização do continente africano. Essa condenação assinala o rompimento definitivo de Padmore com o partido comunista soviético, transferindo-se para Londres, onde passou a viver de escritos jornalísticos, não ganhando o suficiente para levar adiante as ações políticas, as quais tinha iniciado dentro do partido comunista soviético. (PAIM, 2014, p. 103).

Como vimos, Padmore, mesmo tendo rompido *a posteriori* com a orientação comunista do stalinismo, não deixou de atuar com aqueles que mantiveram relação estreita com o pensamento socialista. Paim (2014, p. 104) relata o contato de Nkrumah com Padmore nos Estados Unidos antes de o mesmo dirigir-se para a Inglaterra. Segundo ele, quando chegou a Londres em 1945, Nkrumah reencontra Padmore, onde juntos passam a compor a comissão organizadora do V Congresso Pan-africano. Além de Padmore, Paim (2014) aponta que “Nkrumah lançou as bases de sua militância socialista ao entrar em contato com os marxistas C.L.R. James (Trinidad e Tobago), o exilado russo Raya Dunayevskaya e o sino-americano Grace Lee Boggs, que eram membros de um grupo de intelectuais trotskistas baseados nos Estados Unidos”. Esses contatos para Nkrumah, no entendimento de Paim, representaram o apogeu da maturidade política do pensamento pan-africano, assim como o nacionalismo. Marcio confirma que:

Dessa reunião saíam as diretrizes que nortearam as independências do continente africano com a Costa do Ouro (atual Gana) através de Nkrumah ampliando a ideia Garveista da construção dos Estados Unidos da África,

inserindo o socialismo como um novo componente e constituindo um “novo” projeto de construção dos Estados Unidos da África Socialista, como concluiu Nkrumah em seu livro *a luta de classe em África*. Naquele contexto, o dirigente africano explicitou o espaço de protagonismo ocupado pelos revolucionários do mundo negro na descolonização e na concretização do projeto mencionado, bem como as condições para a satisfação dos africanos em âmbito mundial, assim (PAIM, 2014, p. 105).

Como se verificou, antes mesmo de retornar a Costa do Ouro, Nkrumah já tinha bastante contato com a literatura e prática socialista. No entanto, quando analisamos a ação prática de Nkrumah ao seu território original, aliado à leitura das obras originais de Lenine, é que percebemos a influência do marxismo sobre o líder ganês e por que ele vai ser considerado uma das maiores referências do Pan-Africanismo.

Vamos nos valer do artigo de Felipe Paiva (2017), intitulado “Ecos africanos de outubro: Kwame Nkrumah e a sombra de Lênin” para explicitarmos melhor essa influência. Paiva (2017) nos diz que, em sua autobiografia, o intelectual ganês Kwame Nkrumah afirma “que a revolução de outubro contribuiu para seu despertar político, devido à marca que deixou na história, onde as ideias de ‘solidariedade, liberdade e independência’ ganharam relevo na prática política.” Depois, Nkrumah arremata que as “[...] obras de Marx e Lênin o “impressionaram particularmente, já que estava convencido de que sua filosofia podia resolver estes problemas: a questão colonial e a libertação nacional” (PAIVA, 2017, p.167).

No entanto, Kwame vai além de seguir Lenin. De acordo com PAIVA (2017), em algumas obras de ganês, ele chega a atualizar ou complementar as ideias do líder russo, demonstrando uma ampla compreensão do conceito de Imperialismo. Já em seu primeiro escrito, *Towards Colonial Freedom* (1945), ele argumenta que o imperialismo impõe consequências dramáticas para a vida dos colonizados. Seu início ocorre “com o aparecimento dos missionários e antropólogos”, seguidos de perto pelos administradores coloniais. Enquanto os primeiros “imploram para o sujeito colonial depositar seus tesouros no Céu [...] os comerciantes, concessionários e administradores adquirem seus minerais e recursos da terra” (PAIVA, 2017, p. 167).

Esta assimilação e defesa do socialismo em Nkrumah vai permanecer até os últimos dias da sua vida. Paiva no diz que a clareza sobre a existência de duas classes sociais com interesses diferentes no contexto mundial da sociedade o acompanhou e foi expressa no outro extremo de sua vida, já perto da morte. O líder ganês escreveria, em seu último ensaio teórico – *Class Struggle in Africa* (1970) – que “Fascismo,

imperialismo, colonialismo e neocolonialismo são expressões do pensamento burguês”, enquanto que “socialismo e comunismo são ideologias da classe trabalhadora” (PAIVA, 2017, p. 168). Porém, é nas mais importantes obras de Nkrumah que vivenciamos com maior clareza a presença das ideias socialistas. Para Paiva:

“[...] Nkrumah produziu as obras pelas quais ficaria mais conhecido. Primeiro seu manifesto pan-africano, *Africa Must Unite* (1963); seguido de seu *Consciencism* (1964); fechando com seu *Neocolonialism* (1965). Em graus muito distintos, essas obras revelam o amadurecimento da influência leninista na obra nkrumaniana. Logo na abertura de seu manifesto pan-africano, o autor ganês escreve que quando se iniciou a partilha da África nos finais do século XIX, “as colônias se converteram em um apêndice necessário do capitalismo europeu, que então havia alcançado a fase de monopólio industrial e financeiro”, e por isso precisava expandir-se territorialmente com domínios onde “inverter capitais, fontes de matéria prima, mercados e pontos estratégicos para a defesa imperial”. Nesse processo, nos “arrebatarem nossas terras, nossas vidas, nossos recursos e nossa dignidade [...], nos deixaram sem nada mais que nosso ressentimento” (PAIVA, 2017, p. 168).

Vimos pela citação anterior que Nkrumah já tinha uma clareza do conceito do imperialismo desenvolvido por Lenine em sua obra “*Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*”. A compreensão teórica sobre o leninismo vai se expressar na prática quando Nkrumah rompe com sua antiga organização burguesa que existia na Costa do Ouro e funda um partido com características próximas ao Partido Bolchevique russo. Paiva (2017) diz que isso fica claro quando ele produz *Africa Must Unite*:

Se, na introdução de *Africa Must Unite*, ele tanto anuncia uma obra posterior quanto revela sua face leninista, o elemento teórico a ser agora instrumentalizado é a vanguarda, outra peça fundamental do pensamento de Lênin. De acordo com Nkrumah, “A história dos logros da humanidade revela que quando surge um grupo de intelectuais conscientes em um povo subjugado, estes se convertem na vanguarda da luta contra o regime estrangeiro”. Desse modo, haveria, segundo ele, “uma relação direta entre isto e o fato de que as potências imperiais não possibilitam o incremento adequado de instalações educativas em suas colônias” (PAIVA, 2017, p. 168).

De acordo com o estudioso, Nkrumah demonstra de forma mais explícita, na obra em questão, o seu entendimento sobre o papel de um partido ligado aos interesses da Classe Trabalhadora quando afirma “em uma palavra: queremos simplesmente indicar que só um partido guiado por uma teoria de vanguarda pode desempenhar o papel de combate de vanguarda”. Diz Paiva:

Resumidamente, nesse escrito Lênin separa o movimento espontâneo das massas operárias, marcado pela oposição limitada, sindicalista ou ainda “trade-unionista”; do movimento consciente da intelectualidade socialista (socialdemocrata). Em um trecho que se tornou exemplar, o líder da revolução de outubro afirma que “os operários nem sequer podiam ter consciência socialdemocrata. Esta só podia ser introduzida de fora. A história de todos os países testemunha que a classe operária, exclusivamente com suas próprias

forças, só é capaz de desenvolver uma consciência trade-unionista” (Lênin, 1986a, p. 101). No esquema leninista os intelectuais possuem um papel importante enquanto mediadores e educadores das massas operárias. Sua função seria introjetar seiva insurgente na flora proletária, visto que a “consciência política de classe não pode ser levada ao operário senão do exterior”. Guiando o movimento e se colocando como ponta de lança da teoria e ação política, essa intelectualidade deveria estar reunida à sombra de uma organização que evitasse a dispersão e aglutinasse o capital humano à disposição, levando a cabo a agitação política sob diferentes formas. Tal seria o partido político, que reuniria “num todo indivisível, a ofensiva do povo contra o governo” (PAIVA, 2017, p. 169).

Essa compreensão teórica sobre partido de vanguarda não se comprovou na prática, pois existem relatos de que o Partido Vanguardista de Nkrumah (Partido da Convenção do Povo - PCP) transformou-se em retaguarda do povo ganês. Neste ponto, Kwame é bastante criticado, chegando mesmo a ser acusado de autoritário:

O papel vanguardista do partido e de sua alta cúpula – seus dirigentes, homens de confiança de Nkrumah – não se restringia somente a guiar “o povo” para a correta direção, mas também suportar o peso de tal responsabilidade. Nas próprias palavras do então chefe de Estado ganês: “em alguns aspectos é como o trabalho de Sísifo, contudo, em lugar de empurrar uma pedra montanha acima, nossa tarefa é empurrar um povo inteiro”. Numa inversão interessante, e aparentemente acidental, o partido, ou ao menos seu núcleo duro, é agora retaguarda, na frente vai a população, empurrada. Como no Lênin de Que fazer?, também em Nkrumah a consciência é algo que se adquire externamente: a “principal tarefa dos líderes de Gana consiste em fazer com que o povo tome consciência da imperiosa necessidade de realizar o máximo esforço à serviço do progresso do país e de si mesmo”. Na abertura desse caminho, nenhum obstáculo deveria ser poupado, incluindo eventuais valores e costumes tradicionais acalentados pela maior parte da população que contrariasse a agenda do partido (PAIVA, 2017, p. 170).

Segundo Paiva, Nkrumah vai transformar o Partido da Convenção do Povo em um comitê militar quando “via a si mesmo e ao comitê central do partido como o corpo de elite de um exército anticolonial” (PAIVA, 2017, p.171) e o papel que competia à população era o de combatentes aguerridos, mas sem divisas ou medalhas. Nkrumah expressava dessa forma o seu gabinete governamental: “meu gabinete, meu estado maior, estava formado por membros do partido, e na parte inferior estavam os soldados rasos de nosso exército: o povo” (Nkrumah, 2007, p. 114). Esse tom discursivo prenuncia uma certa escalada autoritária do líder ganês enquanto chefe de Estado, algo que o afastou progressivamente da população ganesa comum, seus “soldados rasos” (PAIVA, 2017, p. 171).

Segundo Paiva, verificaram-se, tal qual no período do Bolchevismo Russo, vários expurgos. Discordamos em parte do entendimento de Paiva, por compreender que esse processo pôde ser verificado no período stalinista. Ele assim expressa:

Esse tom discursivo prenuncia uma certa escalada autoritária do líder ganês enquanto chefe de Estado, algo que o afastou progressivamente da população ganesa comum, seus “soldados rasos” (BINEY, 2011, p. 170, 204). No mesmo diapasão, seu partido, o Partido da Convenção do Povo (PCP), conheceu desde sua ida ao poder, em 1957, inúmeros expurgos, ocorridos com a anuência de Nkrumah, quando não planejados por ele próprio. As expulsões foram tantas que pouco antes do golpe de Estado de 1966, que lhe tomou o poder, contavam-se somente três políticos do outrora núcleo duro do partido à época da independência, respectivamente Kofi Baako, Krobo Edusei e N. A. Welbeck (APTER, 1966, p. 362). Em suas próprias palavras: “inclusive um sistema baseado na justiça social e em uma constituição democrática pode necessitar do apoio, durante o período que segue à independência, de medidas de emergência de tipo totalitário” (NKRUMAH, 1962, p. 15). O período de transição, no entanto, foi longo o suficiente para fortalecer o corpo militar que lhe tomou o poder em 1966. A já rarefeita democracia ganesa se limitaria ainda mais a partir de então. (PAIVA, 2017, p. 171).

Pelo artigo de Paiva (2017) e outras leituras sobre Nkrumah e suas obras, verifica-se que a maior proximidade ou confirmação do líder ganês com o leninismo se expressa no seu livro em que discorre sobre o conceito de Neocolonialismo. Paiva afirma que Nkrumah parte da “ideia de imperialismo advinda de Lênin, mas também repete o próprio título da obra de seu professor soviético – Imperialismo, fase superior do capitalismo. Repete a mesma arquitetura frasal leniniana no título de sua obra. O “neocolonialismo” seria o “último estágio do imperialismo”. (PAIVA, 2017, p. 171).

Dessa forma, Paiva conclui que ao mencionar o líder russo na abertura da citada obra, “o ganês se coloca firmemente não apenas como mais um autor que, eventualmente, lança mão de um léxico leninista, mas como continuador consciente da obra de seu antecessor.” (PAIVA, 2017, p. 171).

Outro estudioso do pensamento de Nkrumah que comprova também a assimilação e defesa do socialismo por Nkrumah é Fabrício Cardoso de Mello. Em seu artigo “Socialismo, Modernidade e Identidade Regional em Mariátégui, Senghor e Nkrumah, ele diz o quanto a ideia do socialismo era inseparável do projeto pan-africanista em Nkrumah:

O socialismo de Nkrumah tem raiz em seu projeto de emancipação continental na forma de uma união pan-africana. Durante o processo de independência da Costa do Ouro, ele funda o Convention People’s Party (CPP), em 1949, para se opor à política de libertação gradualista da colônia de outras organizações. Com o lema “autogoverno já”, Nkrumah enxergava a necessidade de tornar o CPP um partido de massas, junto a qual deveria exercer o papel de orientador na libertação. A influência das teses de Lênin sobre a centralidade do partido na organização socialista é presente ao longo de todo o livro *Africa Must Unite* (1963), em que Nkrumah apresenta o programa de construção nacional de Gana – independente em 1957 – e afirma a necessidade do socialismo para uma futura integração de todos os Estados africanos. (MELLO, 2016, p.3)

O que diferencia enormemente o modo de produção capitalista do modelo socialista no campo da economia é a forma de produção de bens econômicos e quem controla os meios de produzi-los. No capitalismo, o indivíduo é livre para produzir em qualquer quantidade e o que desejar, no socialismo isso depende da orientação estatal. Ou seja, enquanto no capitalismo a economia não tem planejamento, no socialismo existe a chamada “economia planificada”. No capitalismo, os meios de produção pertencem ao indivíduo, no socialismo ao coletivo, o Estado. Outra diferença fundante entre capitalismo e socialismo está na apropriação do que é produzido. Enquanto no capitalismo os bens produzidos ficam nas mãos do indivíduo, no socialismo ficam em poder do Estado, são coletivos.

Pelos escritos de Mello e em várias obras do de Nkrumah percebe-se que ele defendia os meios de produção nas mãos do povo. Em sua obra intitulada *África Must Unite*, encontramos um panorama de sua luta anticolonial, partindo da análise da independência de Gana até seu projeto de união continental. Nela, Nkrumah narra como o Partido da Convenção do Povo (CPP) estava promovendo a planificação da economia nacional e assumindo a responsabilidade de, a longo prazo, transferir para “as mãos do povo os principais meios de produção e distribuição” (MELLO,2016, p.5).

Verificou-se, até aqui, que as ideias do pan-africanismo, negritude e do socialismo são bases fundantes das ações de Nkrumah. Isto se evidenciou em suas ações práticas governamentais, no seu papel de difusor das ideias e atuações durante o processo de Libertação Nacional, do qual foi um vetor importante.

2. 3 A importância de Nkrumah no processo de libertação nacional

Ao decidir escrever um capítulo sobre a importância de Nkrumah no processo de libertação nacional nos países do Continente Africano, me deparei com uma questão: qual o papel do indivíduo em processos coletivos? Esse questionamento tem um sentido, pois os movimentos de descolonização são produtos de vários autores e teorias anteriores. O pan-africanismo, o movimento negritude e o socialismo estão carregados de sujeitos sociais de várias vertentes. Caberia, então, apresentar Nkrumah como um elemento importante e destacado neste processo? Valendo-me de várias leituras, afirmo que a resposta é sim.

Em artigo publicado com o título “O papel do indivíduo na história”, Nildo Silva Viana, Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e Professor da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG), nos diz que “[...] o papel do indivíduo na história é uma antiga discussão que tem como objetivo explicar a influência que o indivíduo exerce no processo histórico. Tais indivíduos, normalmente chamados de “grandes homens” (2013, p. 118), os “gênios”, os “heróis”, os “rebeldes”, participam nos processos históricos cumprindo um papel determinante na história e outros um papel relevante, importante. Para ele:

O indivíduo é uma unidade da espécie humana e, por conseguinte, compartilha com todos os demais indivíduos da espécie algumas características comuns. Ou seja, ele é uma manifestação da essência ou natureza humana. O primeiro elemento a ser percebido é que todo ser humano possui necessidades básicas, tal como a alimentação. Para satisfazer essas necessidades, ele se associa com outros seres humanos e, através da cooperação, realiza o trabalho, elemento essencial para a satisfação das suas necessidades. A associação e o trabalho se tornam, para o ser humano, necessidades. Assim, o indivíduo da espécie humana é um ser ativo e social que se transforma com as mudanças das relações sociais, criando novas necessidades. (VIANA, 2013, p.119).

O fato de o indivíduo ser uma unidade no universo da humanidade, para Viana (2013), não implica dizer que ele atua sozinho, pois “o indivíduo da espécie humana é um indivíduo social.” No entanto, os indivíduos agem de diferentes formas em sociedades diferentes. Ou seja, o indivíduo é determinado socialmente. Por outro lado:

Enquanto indivíduo concreto, ele é síntese de múltiplas determinações. Essas determinações promovem a diferenciação dos indivíduos e de grupos de indivíduos. O indivíduo da sociedade escravista difere radicalmente do de uma sociedade feudal. Mas no interior da sociedade feudal, os indivíduos diferem entre si, dependendo da classe social a qual pertencem, a região em que habita etc. Assim, um indivíduo da espécie humana possui também uma singularidade, devido ao fato de somente ele viver determinadas relações sociais e ser marcado por todas as consequências derivadas disso. (VIANA, 2013, p. 119).

O autor explica que reconhecer a singularidade do indivíduo e compreendê-lo como um ser social não é novidade, “pois isso já foi repetido por diversas obras sociológicas e isso apenas ilustra que eles possuem aspectos semelhantes, mas também aspectos diferentes” (VIANA, 2013, P. 120). Porém, o papel do indivíduo na história vai além desses elementos básicos. A sua singularidade faz com que ele tenha pouco espaço para sua ação na sociedade e, por extensão, na história. Para o autor:

A grande questão é que o papel do indivíduo na história é mais ou menos influente dependendo de um conjunto de determinações, entre as quais, a qual classe pertence o indivíduo e que situação social de conflitos de classes está estabelecida e qual sua inserção nesse contexto; a qual fração da classe pertence;

quais são as forças sociais em ação e como ele se relaciona com elas, bem como diversas outras determinações. Mas o indivíduo, uma vez formado, possui uma autonomia relativa. O seu grau de autonomia depende da época, sociedade e posição desse indivíduo no seu interior. Assim, determinada forma de singularidade individual aumenta ou tende a aumentar a autonomia relativa do indivíduo, enquanto que outra forma tende a diminuir. Em determinadas sociedades, tal como as indígenas e pré-classistas, a formação social dos indivíduos tende a fazê-los com muito pouca autonomia. É por isso que alguns defendem a tese de que nessas sociedades não existiam “indivíduos” (VIANA, 2013, p. 120).

O autor está nos dizendo que a importância do papel do indivíduo nos processos sociais de transformação ou não da realidade depende da sua posição social de classe, o momento histórico em que ele vive e qual o seu grau de autonomia diante desse processo. Podemos entender da seguinte forma: qual a importância de Zumbi dos Palmares para o povo negro se ele estivesse do lado do escravizador e não dos escravizados, mesmo com todos seus atributos geniais de guerreiro? Ou que papel teriam na história dos oprimidos Frantz Fanon, Karl Marx, Engels, Nkrumah se suas canetas tivessem a serviço do dominador e não dos dominados? Ou de outra forma, que ação todos eles estariam praticando se vivessem o momento atual?

Embora as questões levantadas não sejam objeto deste modesto trabalho, podemos perceber que Viana (2013) está se valendo de Marx para afirmar que “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.” (VIANA, 2013, P. 128). Ele sintetiza seu pensamento sobre o papel do indivíduo:

a) o indivíduo é formado socialmente, é um ser social e determinado socialmente; b) esse indivíduo possui uma autonomia relativa e esta varia dependendo da época, da sociedade, do pertencimento de classe, das idiossincrasias derivadas de seu processo histórico de vida particular, e a sua consciência mais desenvolvida aumenta sua autonomia, porquanto amplia seu saber sobre suas determinações e pode inclusive ir contra algumas delas a partir disso; c) o significado do indivíduo na história aponta para uma posição de agente da história, mas que só tem um peso considerável quando expressa classes sociais e, em menor grau, outros grupos ou frações de classes, pois não expressando nenhuma das tendências existentes, sua ação e eficácia é praticamente nula, a não ser que as tendências mudem, o que significa, nesse caso, que ele apenas antecipava uma possibilidade menos evidente e forte que em certo momento se fortalece e assim ele ganha uma posição mais influente no curso dos acontecimentos; d) a ação individual no processo histórico também varia de acordo com a singularidade psíquica o indivíduo, suas habilidades, posição na sociedade, etc., sendo que determinados indivíduos podem exercer uma maior influência no curso dos acontecimentos do que outros, mas não fugindo da necessidade de sua ligação com as tendências, pois, caso contrário, pode apenas criar situação de crise localizada da qual ele é mais um sintoma ou mesmo que, em casos raros, não o seja, não poderá definir

qual tendência se realizará, isso será decidido por outros, expressando classes e forças sociais existentes e que podem reorganizar as relações no sentido de superar a crise, seja voltando à estabilidade, seja realizando a transformação radical. (VIANA, 2013, p.128).

A conclusão da análise de Viana (2013, p. 131) é clara ao afirmar que “o papel do indivíduo na história segundo a concepção materialista da história aponta para romper com as ideologias historiográficas dos “grandes homens”, dos “líderes”, nas quais os indivíduos aparecem como principais agentes da história.” Ele nega as ideologias metafísicas que pensam a história como produto de abstrações, a exemplo do “desenvolvimento das forças produtivas”, “sistema”, etc. Reconhece que são os indivíduos, ao se unirem em suas respectivas classes sociais, que produzem a história a partir de condições herdadas do passado. Dessa forma, “o significado do indivíduo na história é compreendido pela teoria da luta de classes”. Porém, ele também reconhece:

“a autonomia e a capacidade relativa de intervenção dos indivíduos e sua posição na hierarquia burocrática estatal, mas que isso não é uma determinação de grande importância, a não ser em casos que expressem necessidades sociais, classes sociais e devido sua singularidade psíquica. ” (VIANA, 2013, P. 131)

Feitas estas considerações, é que me sinto à vontade para reafirmar que Nkrumah teve uma importância fundamental no processo de descolonização no Continente Africano, sobre o qual trataremos de agora em diante.

O papel que cumpriu Nkrumah no processo de Libertação Nacional, mesmo que não fosse um dos dirigentes mais preparados do Pan-africanismo, intelectualmente falando, já o faz ser considerado como um expoente máximo na sua trajetória política, pois foi o primeiro a liderar um processo de descolonização em Africa. Estamos falando da antiga Costa do Ouro, depois rebatizada pelo próprio Nkrumah de “Ghana”, em homenagem ao antigo reino que fora no passado.

Antes de detalharmos como Nkrumah comandou sua luta em Gana, é preciso compreender a necessidade dos processos de descolonização. Com todas as divergências sobre o conteúdo entre diversos autores sobre o início da Partilha³ dos países do

³A partilha de um país ocorre quando várias potências estrangeiras se põem de acordo para colocá-lo, inteira ou parcialmente, sob sua soberania. Isso supõe, portanto, rivalidades e negociações entre os partilhantes e incapacidade de resistir por parte do dividido. Lembramos, por exemplo, as partilhas da Polônia no século XVIII ou o acordo de 23 de agosto de 1939, pelo qual Hitler e Stálin dispuseram da Polônia, dos Estados Bálticos e da Finlândia. (BRUNSCHWIG, 1974, p.3).

continente africano, uma coisa os unifica: essa partilha aprofundou as desigualdades econômicas no continente, além de impedir o seu desenvolvimento. Para alguns autores, o marco dessa partilha ocorreu na Conferência de Berlim. Henri Brunschwig, na sua obra intitulada “A partilha da África Negra”, relata em detalhes a Conferência ocorrida entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885:

A conferência foi aberta no sábado, 15 de novembro, às 14 horas, pelo Príncipe Bismarck, sentado à cabeceira de uma mesa de ferro. O grande mapa da África de Kiepert estava pendurado diante dele. Apareceu de novo na sessão de encerramento; as outras oito reuniões que se seguiram, sempre à tarde, entre 14 horas e trinta e 17 horas mais ou menos, foram presididas inicialmente pelo Conde de Hatzfeld, depois pelo conselheiro particular Busch: a Wilhelmstrasse regia a política mundial. Não é demais lembrar que a conferência de Berlim se inscreveu no quadro da história das relações internacionais. A África não era aí senão uma parada mais ou menos cobiçada nessa partida arbitrada por Bismarck, e a maioria das quatorze potências não julgaram útil enviar para aí seus melhores jogadores. Essas potências se fizeram simplesmente representar por seus embaixadores. Entre as que mandaram especialistas, os Estados Unidos desempenharam um papel importante: juntaram, com efeito, ao Ministro plenipotenciário Kasson, totalmente incompetente, seu predecessor Sanford, que apelou para Stanley como perito. Leopoldo II dispôs assim dos votos americanos somados aos dos belgas; ele preferiu em geral exprimir-se por intermédio dos americanos. (BRUNSCHWIG, 1974, p. 41).

O mesmo Brunschwig (1974, p.71), na obra citada anteriormente, em suas conclusões afirma que “A Partilha da África é um assunto delicado. A atualidade forjou o mito dos europeus, ávidos e sem escrúpulos, reunidos em torno do pano verde para trinchar o continente negro. As melhores inteligências falam, hoje em dia, da “divisão de Berlim” como se a colonização não tivesse começado bem antes de 1885.” Não é objeto deste trabalho, mas ao longo do curso verificou-se que há muitas controvérsias sobre o tema da partilha do Continente Africano. No entanto, não existiam divergências entre todos os lutadores africanos, sejam africanos autóctones ou da diáspora, de que era preciso acabar com o colonialismo e Nkrumah será peça fundamental entre esses lutadores.

O processo de descolonização do continente africano que possibilitou um amplo processo de libertação de nações do referido continente, bem como o aparecimento de vários líderes populares, tem a ver muito com o declínio do eurocentrismo. Muniz Ferreira, em seu artigo “A África contemporânea: dilemas e possibilidades” assim escreveu:

Uma das implicações históricas mais significativas da Segunda Grande Guerra (1939- 1945) foi o declínio da centralidade europeia no sistema de poder mundial. Até então, as potências do chamado “velho continente” haviam exercido uma duradoura supremacia sobre as demais regiões do mundo, principalmente nos aspectos econômico, político, diplomático e militar. Do topo de tal preeminência, os estados nacionais e os homens de negócio europeus submeteram, pela força e pelo logro, povos e civilizações; exportaram

mercadorias, capitais e as regras da economia de mercado e impuseram suas línguas, religiões, concepções de mundo e valores culturais. Como corolário de tais processos, o continente africano experimentou a escravidão e o colonialismo, a subordinação de seus sistemas tradicionais de organização social às leis da valorização do capital e testemunhou a constituição de ordenamentos políticos internacionais, nos quais desempenhava o simples papel de “área de influência” e “reserva estratégica” à disposição dos poderes coloniais. Fora assim desde os tempos do Tratado de Tordesilhas (1494), primeiro tratado internacional moderno, passando pelo sistema internacional da Convenção de Viena (1815-1817) — em cuja vigência padeceu a partilha territorial em benefício das nações europeias, pactuada na Conferência de Berlim (1884-1885) —, até à época da Liga das Nações (1919-1939), cujo objetivo de reordenar a vida internacional sobre os princípios da soberania nacional e da não-intervenção não contemplou as aspirações dos povos africanos e asiáticos à autodeterminação. (FERREIRA, 2013, p. 2).

Pela citação, verifica-se que o marco temporal dos processos de descolonização ou de libertação nacional é pós-segunda guerra mundial, mais precisamente 1945. Neste mesmo ano, confirma-nos Paiva (2019, p. 211), em sua tese de Doutorado, intitulada “A Biblioteca do Selvagem: Leitura e Revolução na África: os casos de Gamal Abdel Nasser e Kwame Nkrumah, aconteceu o V Congresso Pan-Africano no mês de outubro. “Contava com mais de 200 delegados de diferentes partes do mundo, da África e da diáspora africana.” Considerado o patriarca do pan-africanismo, W. E. B. Du Bois, estava presente. Além dele estava Kwame Nkrumah que, juntos, foram os Secretários de Organização do mais importante congresso do pós Segunda Guerra Mundial.

O Congresso de Manchester, ainda segundo Paiva (2019), foi caracterizado pela repulsa ao reformismo e ao capitalismo e pela afirmação da doutrina do socialismo. Nele, “o pan-africanismo encontrou sua verdadeira função na práxis política: a de conferir o substrato ideológico da libertação continental, fornecendo um léxico político próprio para a independência africana.” Suas resoluções não deixam dúvidas sobre a influência dos socialistas e marxistas (PAIVA, 2019, p. 213), sejam elas, dentre outras:

1. A emancipação e total independência dos africanos e dos outros grupos raciais submetidos à dominação das potências europeias;
2. A revogação imediata de todas as leis raciais e outras leis discriminatórias;
3. A liberdade de expressão, de associação e de reunião, bem como a liberdade de imprensa;
4. A abolição do trabalho forçado e a igualdade de salários para um trabalho equivalente;
5. O direito ao voto e à elegibilidade para todo homem ou mulher;
6. O acesso de todos os cidadãos à assistência médica, à seguridade social e à educação. (PAIVA, 2019, p. 213).

Ao se transitar pelas obras de Nkrumah, fica clara a sua influência nestas resoluções citadas no parágrafo anterior. Com o término do congresso em 1945, segundo Paiva (2019, p. 213), dois anos depois, estando Nkrumah com 36 anos de idade, recebe uma carta de Ako Adjei, militante político da Costa do Ouro, para retornar “à sua terra

natal para ajudar na luta nacionalista.” Foi oferecido a ele o cargo de Secretário Geral da Convenção da Costa do Ouro Unida, então a maior organização política nacionalista do país. De volta à sua terra natal, ele estava preparado “para pôr em prática definitivamente tudo o que aprendera, colocando à prova todos os seus princípios já solidamente estabelecidos: o pan-africanismo, o socialismo, o ímpeto anticolonial e o nacionalismo.” Eu acrescentaria também a sua Negritude, ainda que com as reticências que ele tinha daquele movimento.

Antes de desenvolver as ações de Nkrumah na Costa do Ouro, faz-se um parêntese para explicar quem era, naquele momento, aquela colônia inglesa. A terra natal de Kwame Nkrumah, Gana, o País do Ouro, assim como os impérios que o sucederam, localizava-se no Sudão Ocidental. Esse foi o primeiro grande Estado africano ao norte do Equador. Localizava-se aproximadamente entre os atuais estados de Mali e Mauritânia e possui o ouro como sua principal fonte de riqueza. Logo virou objeto da cobiça por parte dos árabes, que o trocavam por tecidos, cobre e sal, entre outros artigos. Além das trocas comerciais, Gana era um campo fértil para a expansão do islamismo, religião adotada por vários dirigentes, convertidos pela fé ou por interesses comerciais.

O termo “Ghana” era um título utilizado pelo chefe do reino e significava “senhor da guerra”. Como tal, o governante recebia tributação pela extração e pelo comércio do minério. Gana era um Estado tributário, ou seja, cobrava tributos sobre as mercadorias que passavam por seu território. Sua capital chamava-se Kumbi Saleh. Para proteger seus domínios, havia um poderoso exército que impunha um controle das rotas comerciais, o que lhes permitia vultosos ganhos.

Jorge Euzébio Assumpção (2008, p. 34), em artigo publicado no livro organizado por José Rivair Macedo, intitulado “Desvendando a história da África”, diz que para Mário Maestrio o modo de produção utilizado por essas comunidades do Sudão Ocidental era o de linhagem ou doméstico, organizado em torno de comunidades familiares ou aldeias. A posse da terra era coletiva, podia ser explorada coletiva ou individualmente. Além da mineração, exercitavam a caça, a pesca e a coleta. Possuíam uma incipiente divisão do trabalho: pastores, ferreiros, mercadores e outras profissões semiespecializadas.

Antes de ser Costa do Ouro, Gana sofreu uma considerável influência islâmica, principalmente por parte de seu grupo governante urbano, pois, ao que parece, existia certa desigualdade social entre os habitantes da Capital e os moradores rurais. Enquanto a capital do reino era descrita como uma grande cidade, com casas reais construídas de

pedras, cercadas por muralhas, as moradias destinadas aos componentes não-governantes ou comerciantes eram cabanas de barro com tetos redondos. Destaque também é dado aos negociantes arabizados que viviam à parte, em outra cidade um pouco afastada, com “bazares, plantações irrigadas e nada menos de que 12 mesquitas em plena atividade cultural e religiosa”. O primeiro grande Estado tributário sudanês irá sucumbir no século XIII, diante de uma força maior, o reino de Mali.

Dito isso, voltemos ao papel de Nkrumah como líder do Processo de Libertação em Costa do Ouro. Vimos que a ele foi concedido o cargo de Secretário Geral da Convenção da Costa do Ouro Unida. Pouco tempo depois, ele percebera os limites daquela organização pra levar até o fim as bases programáticas do V Congresso Pan-Africano.

Como leninista que era, Nkrumah sabia que uma organização pequeno-burguesa, por mais anticolonialista que fosse, não seria consequente para o pós libertação em Gana ou em qualquer país do Continente Africano. Pensando assim, ele cria o Partido da Convenção do Povo (PCP) para ser o sujeito social dirigente ao lado da classe trabalhadora nesse processo de ruptura contra o colonizador inglês e seus apoiadores internos.

Nkrumah, em sua obra impulsionadora deste trabalho monográfico, intitulada “A Luta de Classes em África”, dedica três capítulos que expressam muito bem os riscos da aliança com a burguesia autóctone em Gana. Os capítulos são: “Golpe de Estado no Continente Africano, Burguesia e Proletariado.” É importante esclarecer que tal livro foi escrito em 1970, época em que Nkrumah já se encontra no exílio. Ao que tudo indica, é possível que, mesmo tendo a clareza teórica sobre o tema, não tenha, de início, atuado separado da burguesia africana, pois em momento posterior foi fechando mais o seu governo e em seguida sofreu um golpe militar.

Para Nkrumah (1970, p. 71), estes elementos da pequena burguesia, em grande parte, rompem com os revolucionários à medida que se inicia a aplicação das propostas socialistas. Ao sentirem que o ímpeto do socialista ameaça seus interesses, eles se aliam aos militares na promoção de Golpes de Estado para impedir que o poder popular e socialista avance. Ele exemplifica melhor a partir do exemplo do Gabão:

Estes golpes de Estado têm o apoio da enorme máquina neocolonialista. Porque, a fim de protegerem os seus interesses, os imperialistas e os neocolonialistas apoiavam a classe privilegiada durante a época colonial. A burguesia indígena e o neocolonialismo têm interesses comuns na manutenção da sua supremacia e

das estruturas do Estado colonial. A burguesia burocrática, em particular, é a “menina querida” dos governos neocolonialistas. São numerosos os Estados africanos que despendem somas enormes — a torto e a direito — com a sua burocracia. O Gabão, por exemplo, cuja população é inferior a 500 000 habitantes, possui um parlamento de 65 membros, recebendo cada um 165 000 francos por ano, enquanto que o salário anual do operário médio não ultrapassa os 700 francos. No Daomé, 60% do rendimento anual são consagrados aos salários dos funcionários do governo. (NKRUMAH, 1970, p. 71).

Nkrumah, sabendo que não podia contar até o final com a burguesia, pois ela é uma sustentação dos monopólios internacionais para a continuidade da pilhagem em África e um dique para conter os planos da revolução africana, vai de encontro ao proletariado, pois para ele é o único “que pretende a libertação total e a socialização do continente africano, contribuindo assim para o progresso da causa da revolução socialista mundial.” (NKRUMAH, 1970, p. 75).

Mas o que seria para Nkrumah (1970, p. 64) essa burguesia africana e como foi construída? Dizia ele que ela é, junto com o capitalismo, a expressão do colonialismo, o imperialismo e o neocolonialismo e que a mesma foi construída pelo colonialismo ao destruir a função do chefe tribal. A função do chefe tribal na tradição africana era sagrada, mas não o chefe, e este era controlado por um conselho de anciãos e as terras não o pertenciam. Com a chegada do colonizador, tudo se inverteu. Os chefes agora são “administradores indiretos”, às vezes são remunerados e tornam-se, assim, “agentes locais do colonialismo.” Isso não era o bastante. Nkrumah diz que às vezes os chefes originais eram até trocados, e que essa troca agora acontecia seguindo a lógica do colonizador e não mais da tradição. Ao alterar a infraestrutura quando destruiu o feudalismo, o colonialismo formou uma nova superestrutura social.

Essa burguesia africana recém-criada pelo imperialismo deseja ter uma autonomia relativa, segundo Nkrumah, e se move contra o imperialismo, pois queriam ter a chance de serem empreendedores comerciais e isso era atributo apenas dos estrangeiros. Com o avanço dos movimentos de libertação nacional no pós Segunda Guerra, o imperialismo abre espaço para a burguesia africana também e assim “os imperialistas viram-se obrigados a integrar a burguesia africana nas esferas donde tinha anteriormente estado excluída. Nessa altura passou a haver um número muito maior de africanos na administração e nas companhias estrangeiras.” (NKRUMAH, 1970, p. 65). Agora temos uma nova elite africana para servir aos interesses do capitalismo internacional e, como consequência, “medidas repressivas abateram-se sobre os partidos progressistas e sindicatos; os colonialistas entraram em guerra contra os povos de Madagáscar, dos

Camarões e da Argélia.” (NKRUMAH, 1970, p. 65). Foi nessa altura que se lançaram as bases do neocolonialismo.

O imperialismo depois de permitir a entrada de uma pequena fração da burguesia na direção de negócios comerciais em países do continente africano será obrigado a ampliar as concessões. Isso vai ocorrer, segundo Nkrumah, após o aparecimento de partidos de cunho trabalhista:

Acontece que o imperialismo encoraja os movimentos de libertação, e isso nas regiões coloniais onde a exploração capitalista atingiu um estágio em que a influência de um partido trabalhista ameaça os interesses do capitalismo internacional. Ao dar independência aos partidos burgueses, as forças indígenas reacionárias ficam em posição de poder, cimentando então a sua aliança com a burguesia internacional. As lutas de libertação conhecem quase sempre duas tendências: uma, verdadeiramente a favor não só de uma libertação nacional mas sobretudo da instauração do socialismo; enquanto que outra – que conta com o apoio do imperialismo – tem por objetivo a conservação das estruturas capitalistas. (NKRUMAH, 1970, p. 67).

Outra fração da burguesia que Nkrumah (1970, p. 67) aponta pelo menos em Gana é a burguesia rural. São os grandes proprietários e plantadores de cacau. Por não ter uma consciência de classe definida, o ganês afirma que fica difícil “medir a extensão da sua força e do seu poderio em relação às massas, cuja crescente resistência constitui uma ameaça à sua situação privilegiada.” Em vários momentos houve aliança entre o proletariado urbano e rural com a burguesia nacional nos processos de libertação nacional, mas logo essas alianças são abolidas, pois, conquistada a independência, as contradições reaparecem quando da implementação das políticas econômicas e sociais dos novos governos. Dessa forma, diz Nkrumah:

Não é possível dar-se uma fusão das classes após a independência: o governo é, nessa altura, de uma ou outra tendência. Certos teóricos sustentam que, a fim de derrubar a ordem burguesa, o proletariado e a pequena classe média deveriam formar uma coligação, conquistando assim para a sua causa o campesinato. Mas parecem ignorar este facto: no que diz respeito a interesses económicos, a pequena classe média colocar-se-á sempre ao lado da burguesia para defender as estruturas capitalistas. Apenas a união do proletariado com as massas camponesas poderá conduzir a estruturas autenticamente socialistas. Em conflitos que impliquem interesses políticos e económicos, estes últimos levam sempre a melhor. (NKRUMAH, 1970, p. 68).

De acordo com Sousa (2008), o líder do processo de Libertação Nacional em Guiné Bissau e Cabo Verde, Amílcar Cabral, mesmo convergindo das teses de Nkrumah sobre o conceito de Classe em África, não estava convencido. Julião Soares Sousa (2008, p. 163) narra que quando Amílcar Cabral esteve em Milão (1964), ao analisar a estrutura social da Guiné de modo a ter uma ideia objetiva sobre a contribuição que os diferentes grupos étnicos (individual ou coletivamente considerados) podiam dar à luta de libertação

nacional contra a dominação estrangeira, chegou à conclusão de que era impossível a “uma só camada social” fazer “a luta contra o colonialismo”, pois esta exigia “a realização efetiva da unidade nacional”. Isto é, a união de todas as “classes” e/ou de todas as etnias que compunham o mosaico étnico da Guiné. Cabral adotou mesmo o conceito de “classe-nação” (caro a Lenin e a Stalin) representando não só a união das “classes” existentes na Guiné (pequena burguesia, o lumpemproletariado, os assalariados e os camponeses), mas todas as etnias. Era uma vasta frente social.

O líder do PAIGC era da opinião que a dominação colonial era de uma classe (a portuguesa) sobre uma “nação” considerada no seu conjunto como uma “classe”. Na ausência da “classe operária”, a pequena burguesia revolucionária, entendida como a “classe de vanguarda” por Amílcar Cabral, fora, sem dúvida, a grande artífice pela integração das várias categorias sociais. Ela afigurava-se como a única classe que estava realmente em condições de consciencializar, de mobilizar e de dirigir as restantes “classes”, mas também de herdar todo o aparato do Estado colonial por alturas da independência. Todavia, a ruptura ou o regresso à História – isto é, a Revolução – só se consumaria com o seu “suicídio” enquanto classe.

Com já visto anteriormente, a tese de Nkrumah (1970, p. 68) vai no caminho oposto. Ele afirma que a burguesia africana é refém da mesma ideologia da burguesia internacional. Proteger a propriedade privada é sua meta, pois o sucesso para ela se mede pela fortuna, pela aquisição de bens individuais e a conquista de um estatuto social.

Para o líder ganês, as burguesias africanas, ao adotarem ideologias similares às das burguesias europeias e das colônias existentes nas Américas, acabam por resumir “a vida política, [...] às rivalidades entre os diversos grupos proprietários.” (NKRUMAH, 1970, p. 68). Esse é um elemento propulsor para os seguidos de golpes de Estado em estados africanos. É uma luta pelo Poder entre dois grupos capitalistas e não podemos considerar, por esse motivo, de luta de classes.

Mesmo tendo criado o Partido da Convenção do Povo para ter mais autonomia em relação à burguesia de Gana no processo de Libertação, Nkrumah reconhece as contradições que essa burguesia desempenha no contexto da luta de classe em relação ao imperialismo. A princípio este papel – de pêndulo social – não difere do que ela desempenha na América Latina. Ele reconhece que alguns dos integrantes da pequena burguesia “[...] são capazes de se dissociarem dos seus meios de origem e da ideologia

própria a esses meios” (NKRUMAH, 1970, p. 71). Neste sentido, diz o líder ganês, podem ser admitidos nas fileiras da revolução socialista.

Coerente com sua posição, mesmo a obra sendo escrita muito tempo depois de ter sofrido o golpe, é o que leva a aliar-se com o proletariado inglês e não com a burguesia autóctone na luta contra o colonialismo inglês na antiga Costa do Ouro. Na obra base do trabalho monográfico ele expõe sua ideia de proletariado.

Nkrumah (1970, p. 76) afirma a existência de um proletariado moderno em África, mas que não desempenhava naquele momento um papel importante na luta revolucionária. No entanto, reconhecia que eram uma base social fundamental para a construção do socialismo em África e no contexto da luta operária internacional. Este proletariado vem desde a implantação do colonialismo e do capitalismo e também é uma base social importante para o surgimento dos partidos comunistas:

O aparecimento da classe operária em África está ligado à implantação do colonialismo e do capitalismo. Na maior parte dos países africanos, o proletariado está pouco desenvolvido, devido à fraca industrialização. No entanto, nos países economicamente mais desenvolvidos, tais como o Egito e a África do Sul, existe uma poderosa classe operária. Foi nestes países que apareceram, durante os anos vinte deste século, os primeiros partidos comunistas africanos, que eram compostos por trabalhadores, camponeses e intelectuais. Na mesma época nasceram os partidos comunistas na Argélia, Marrocos e Tunísia, ligados ao Partido Comunista Francês. (NKRUMAH, 1970, p. 76).

Destaca em seguida que apesar dos trabalhadores assalariados em África no ano de 1962 serem pouco numerosos (10 milhões) em relação aos trabalhadores asiáticos (100 milhões), eles representam com suas potencialidades e solidariedade uma força importante para os movimentos proletários do mundo inteiro. Segundo Nkrumah, os trabalhadores no continente africano cumpriram um papel um importante papel nas lutas de libertação nacional. Na construção de várias greves eles perturbaram a vida econômica e a administração colonial. Com várias greves gerais no Quênia, na Nigéria, no Gana e na Guiné antes da independência. Ele afirma que “a greve dos mineiros do Rand, em 1946, e as greves que afetaram a indústria do sisal, de 1957 a 1959, no Tanganica são exemplos clássicos. Graças a todas estas greves, e outras ainda mais eficazes, os trabalhadores adquirem uma consciência de massa, que se tornou, de certo modo, uma consciência de classe. (NKRUMAH, 1970, p. 77)

No enfrentamento às classes dominantes, é importante a consciência de classe. Este fator é fundamental para que as massas de trabalhadores e camponeses venham para

a luta revolucionária. Em Estados Africanos, segundo Nkrumah (1970, p. 78), três fatores contribuem para o retardo da tomada de consciência: “a ausência de uma indústria em grande escala, a ausência de qualificação profissional e o fraco nível de educação.” Ainda sobre o baixo nível de consciência, ele nos diz que isso dificulta para a classe trabalhadora identificar o seu alvo:

Sob a dominação colonial, a luta dos operários era essencialmente dirigida contra a exploração estrangeira. Neste aspecto, era mais uma luta anticolonial do que uma luta de classes. E tinha até um certo cunho racista. O aspecto sócio racial da luta dos trabalhadores africanos persiste ainda na época neocolonialista, tentando fazer esquecer aos trabalhadores a existência da burguesia indígena exploradora. O ataque dos operários é dirigido contra os europeus, libaneses, indianos e outros, esquecendo-se do explorador indígena reacionário. (NKRUMAH, 1970, p. 78)

O líder ganês Nkrumah (1970, p. 79) nos diz que os capitalistas se utilizam da alta de imigrantes para esconder sua política reacionária. Com isso “[...] os trabalhadores africanos imigrantes são acusados pelos seus próprios companheiros de trabalho e pelo governo, que toma então medidas para restringir a emigração, limita as oportunidades de contrato e expulsa determinadas categorias.” Em visita, no ano de 2018, pudemos constatar isso em uma feira (conhecida como Sucupira) em Praia Capita, em Cabo Verde. Lá os Mandjaco, como são conhecidos os imigrantes que vem da Costa Ocidental Africana, são muito discriminados pelos cabo-verdianos. Desta forma, vemos que o narrado por Nkrumah ainda permanece uma realidade.

Para Nkrumah (1970, p. 79) o problema da imigração, além de servir de entrave para a unidade dos trabalhadores contra o imperialismo e o atraso no despertar da consciência de classe, ainda servia para “...criar uma atmosfera de tensão geral, fazendo assim despertar velhas querelas étnicas e nacionais”. O proletariado africano, no entender de Nkrumah, deveria se “unir aos imigrantes para fazer pressão sobre o governo” e não apoiar o partido do governo contra os estrangeiros. O líder ganês é categórico: “a revolução socialista africana rejeita o argumento segundo o qual o proletariado não africano é um obstáculo ao progresso econômico; opõe-se igualmente às calúnias e às medidas de expulsão que os imigrantes sofrem.”. E completa que “em África não se deveria nunca utilizar o termo «estrangeiro», porque todos são africanos. Não são os trabalhadores imigrantes que é preciso combater, mas a balcanização nascida das fronteiras artificiais traçadas pelo imperialismo.” Para ele, “o proletariado imigrante das cidades pode tornar-se um elemento determinante para o alastrar do socialismo. (NKRUMAH, 1970, p. 79).

Houve um considerável crescimento do setor urbano em África devido ao êxodo rural, segundo Nkrumah (1970, p. 80). Na obra ele apresenta em números como isso ocorrera em Acra, cidade de Gana. Em 1936, Acra tinha uma população de trinta e oito mil habitantes; em 1960, vinte e quatro anos depois, já havia mais de trezentos mil (300.000) habitantes. Ele nos diz como fica dividida a estrutura social das cidades africanas:

A burguesia, que reagrupa as profissões liberais, os intelectuais, a burocracia, o exército, o mundo de negócios, as elites políticas e de dirigentes, o professorado, o clero, os comerciantes, os chefes de serviços ministeriais; [...] A classe operária, que compreende o conjunto dos pequenos comerciantes, operários, vendedeiras e trabalhadores imigrados; [...] O grupo dito «marginal», que agrupa os mendigos, as prostitutas e todos os que constituem o lumpen-proletariado. [...] Agrupar-se-ão nesta última categoria todos os jovens que, vindos de famílias pequeno-burguesas, deixaram o seu mundo rural para virem para as cidades, não à procura de emprego, mas para viverem a expensas da família. Esses constituem um elemento importante da luta de libertação, porque têm laços a um tempo rurais e urbanos, permitindo-lhes tornarem-se quadros revolucionários eficazes. (NKRUMAH, 1970, p. 81).

Depois de traçar um quadro geral do problema da imigração e do crescimento urbano, Nkrumah (1970, p. 82), passa a descrever o movimento sindical do continente africano. Diz que no pós Segunda Guerra Mundial houve um desenvolvimento importante desta ferramenta social para a luta dos trabalhadores. Os sindicatos, segundo o líder ganês, foram peças ativas em muitos Estados africanos nos processos de luta pela libertação nacional. Fizeram greves, boicotes e outras formas de luta e isso trouxe uma oposição muito forte do imperialismo contra a ação sindical, fazendo “[...] vacilar o poder dos dirigentes sindicalistas pela introdução de políticas reformistas e de um socialismo de direita”. Mesmo assim, não barraram o crescimento das organizações sindicais:

Em maio de 1961, por iniciativa dos sindicatos do Ghana, do Mali, a Conferência Sindical Pan-Africana reuniu-se em Casablanca. 45 organizações sindicais e 38 países estiveram aí representados. Aí foram lançadas as bases da União Sindical Pan-Africana (USP) segundo os princípios da solidariedade proletária e do internacionalismo. Em Janeiro de 1962, no seguimento de uma conferência realizada em Dakar, foi fundada uma organização sindical, a Central Sindical Pan-Africana (CSP), na presença de delegados das organizações africanas ligadas à Confederação Internacional de Sindicatos Livres e de oito organizações sindicais independentes. Na Carta da Confederação dos Sindicatos Africanos não foi feita nenhuma alusão aos monopólios estrangeiros ou ao internacionalismo proletário. (NKRUMAH, 1970, p. 83).

Percebe-se pelo dito anteriormente que o movimento pan-africano buscava ampliar suas fronteiras e com coerência. Deixou de ser aquele movimento limitado dos seus primórdios do século vinte com seu caráter apenas religioso. Nkrumah sabia que este

movimento tinha que chegar às massas e com uma vertente socialista. Para ele, o movimento sindical no continente africano deveria ser organizado à escala do pan-africanismo” se seguir os princípios do socialismo para desenvolver-se no contexto da luta dos trabalhadores africanos. Essa deve ser a razão para a criação de uma União Sindical Pan-Africana em “todo o continente africano. Sendo diferente das uniões sindicais de outros países, trabalhará, no entanto, com elas ao nível internacional.” (NKRUMAH, 1970, p. 83).

Nkrumah (1970, p. 83) sabia que o crescimento da classe operaria só ocorreria, conforme afirmara Marx, concomitantemente com a industrialização. Ele reconhecia que naquele momento “...a indústria africana é das menos desenvolvidas do mundo. Embora seja responsável por 1/7 das matérias brutas, produz apenas a quinquagésima parte dos produtos manufaturados. ” As raízes desta baixa industrialização eram, a seu ver, uma “...herança do imperialismo e do colonialismo e da exploração da África pelos monopólios capitalistas estrangeiros,” mas que continuava com uma nova plataforma de exploração chamada neocolonialismo. Esta nova categoria econômica criada por ele para o continente africano e a América latina foi muito bem desenvolvida em sua obra “Neocolonialismo – Último Estágio do Imperialismo”.

Antes de prosseguir, é importante registrar como, na prática, se deu a relação de Nkrumah com o movimento sindical. Existem várias acusações de atitudes autoritárias em relação ao movimento sindical praticadas pelo líder ganês, das quais encontramos várias comprovações em artigos. Felipe Paiva explica as ações negativas de Nkrumah em relação ao movimento dos trabalhadores, que o levou ao poder como fruto da perigosa simbiose entre partido e estado, tão comum à época para os socialistas de esquerda:

Nesse período, nos primeiros dias da tomada de aparelho de Estado, momento em que a imaginação política caminha desimpedida, Nkrumah procurou rejuvenescer o seu partido, organizando-o em termos explícitos de revolução social e de socialismo africano. Além do papel de chefe de Estado, ele acabou por acumular a função de Secretário Geral do Partido da Convenção Popular (CCP). A direção de órgãos que pretensamente representavam esferas da sociedade civil, como os sindicatos e conselho nacional de agricultores, passava para as mãos da comitativa nacional do partido. Estado e partido entravam, assim, em uma perigosa simbiose. (PAIVA, 2019, p. 176).

Paiva (2019, 176) prossegue sua narrativa afirmando que “a aludida simbiose entre interesses do Estado e do partido teve consequências contraditórias para o próprio Nkrumah.” Para Paiva, Nkrumah acabou reproduzindo tratamentos contra os movimentos que expressam um modo operante típico da esquerda política, “visto que agora as próprias demandas dos trabalhadores que estivessem contra o partido estariam, por consequência,

contra o próprio Estado”. Essa análise equivocada foi decisiva para o “tratamento que Nkrumah dispensou aos sindicatos e às greves em seu governo.” Paiva destaca como atuou Nkrumah ao tomar conhecimento da greve dos trabalhadores das regiões de Sekondi e Takoradi, ocorridas em 1960: “ao tomar ciência do que se passava, Nkrumah pôs Adamafo, seu braço direito àquela época, para lidar com o evento em sua ausência. Imediatamente, o acólito de Nkrumah embargou a imprensa (rádio e jornais), impedindo-os de noticiar o que se passava, conseguindo isolar os grevistas e pondo fim à sua insubordinação.” (PAIVA, 2019, p.177).

Pelos escritos de Paiva (2019), Nkrumah foi implacável não só com sindicatos e sindicalistas que julgava inimigos do estado. Sua atitude “com os membros do governo que haviam sido menos rígidos com a greve” foi típica de ditadores. Todos foram imediatamente removidos; respectivamente Gbedemah (ministro das finanças) e Botsio (ministro do trabalho). Mas, segundo Paiva, ele foi mais longe. Ao ser informado por um dos líderes da paralisação sobre quem estava contribuindo com a oposição para desestabilizar o seu governo, “Nkrumah ordenou imediatamente a detenção, incluindo nisto jornalistas que não ocupavam cargos públicos. Dentre os presos estavam: Kessie-Adu, J. B. Danquah, Obetsebi Lamptey, Joe Appiah, Victor Owusu, S. G. Antor, além de membros do próprio governo, como P. K. K. Quaidoo, ex-ministro do bem-estar social. (PAIVA, 2019, p. 177).

Apesar desta narrativa negativa sobre a atitude de Nkrumah, Paiva, não imputa isso a uma característica pessoal do líder ganês, mas como fruto de uma domesticação das teorias revolucionárias daquele momento. Paiva afirma que a crítica de caráter pessoal a Nkrumah “seria tomar parte no movimento pouco crítico que se apossou das esquerdas europeias quando a revolução do terceiro-mundo mostrou sua face autoritária. Nada mais do que parte do amplo processo de domesticação institucional das teorias revolucionárias que fez com que o teórico militante cedesse espaço ao acadêmico profissional. (PAIVA, 2019, p. 178).

Encontramos na Publicação “África: colonialismo, genocídio e reparação” (2019) de Adriana Gomes Santos, Antônio Fernandes Neto e Hertz Dias (org.) uma crítica mais forte a Nkrumah, estendida também ao movimento Pan-Africanista. Nesta obra, os autores reconhecem que Nkrumah foi o mais avançado dos pan-africanistas.

Entretanto, mesmo reconhecendo que no período em que governou Gana, Nkrumah realizou várias lutas internacionais buscando a unificação do continente

africano, apoiando lutas emancipatórias, escrevendo livros sobre a teoria pan-africanista, substituiu os livros didáticos que faziam referências elogiosas aos europeus por livros que contam a história da África, tornou o ensino gratuito e obrigatório, criou cotas para mulheres no parlamento e aumentou o número de mulheres na direção do seu partido, afirmam que ele deve ser considerado apenas um nacionalista, progressista burguês e autoritário que não teve a coragem de romper de fato com o imperialismo inglês. (DIAS, 2019, p. 84-86).

Uma das explicações, que se percebe pela leitura da obra citada, para o aburguesamento de Nkrumah é o fato do mesmo haver estudado em escolas de brancos em Gana e nos EUA, e ter realizado visitas diplomáticas ao Presidente dos Estados Unidos John Kennedy, além de ter reprimido severamente a greve dos ferroviários, já relatado anteriormente pela letra de Felipe Paiva.

A primeira consideração sobre as críticas mais ácidas ao líder ganês é que de fato não se percebe nenhum indício sobre enriquecimento pessoal e isso também não foi percebido na pesquisa bibliográfica de vários autores pesquisados. Quanto a outras considerações de ordem mais política, é possível perceber um certo exagero se considerarmos à época em que viveu Nkrumah, o momento, e em que conjuntura estavam ocorrendo os processos de libertação nacional.

Ficam algumas indagações. Gana, em dados atuais, não passa de setenta por cento (70%) de alfabetizados e isso graças a políticas inicialmente implementadas durante o período em que Nkrumah governou aquele país. Diante dessa realidade, questiona-se: seria possível ao líder ganês estudar em outra escola que lhe promovesse formação de qualidade tanto em Gana como fora de lá que não fosse junto ou em escola de brancos?

Podemos considerar apenas progressistas à época: apoiar lutas emancipatórias pela unificação do continente africano, divulgar a teoria pan-africanistas e o marxismo, substituir os livros didáticos que narravam a história do colonizador, – e não apenas “referências elogiosas aos europeus”, haja vista que mesmo hoje em dia eles vão além e distorcem a história dos oprimidos – por livros que narram história do colonizado, criar cotas para mulheres no parlamento na direção do seu partido? Em pesquisas futuras, podem ser respondidas ou não tais indagações. Dito isso, retomemos o conteúdo do trabalho em tela.

Vimos anteriormente que Nkrumah rompeu com uma parte da burguesia africana e aliou-se com os trabalhadores para chegar ao poder como Presidente de Gana entre 1963 e 1966, mas isso não o impediu que ele fosse derrubado por um golpe de estado,

orquestrado pela CIA norte-americana sob argumentos de que ele desejava promover o socialismo e tornara-se autoritário e corrupto.

Ao longo das leituras, quanto à crítica de corrupto, na sua vertente de acumulação de bens pelo menos, não se verificaram evidências fortes e comprovadas. O que se percebe das leituras é que Nkrumah sofrera um golpe de estado menos pelos seus erros de gestão administrativa e mais pelo perigo que ele representava para o neocolonialismo e setores importantes da burguesia interna ao liderar a bandeira do socialismo e a unificação do povo africano.

Os argumentos utilizados pelos golpistas contra Nkrumah (1970, p. 56) e outros líderes nos processos de descolonização, são sempre de que eles estão lutando contra as potências estrangeiras. Para Nkrumah eles são apenas antissocialistas e, quando assumem o controle do estado, as condições de vida do proletariado urbano e rural não se modificam. Se antes eram explorados pelos colonialistas, agora o são pela burguesia indígena, que se traveste de nacionalista. O assassinato de dirigentes africanos é uma constante neste teatro de luta entre os imperialistas e as massas africanas, afirma o ganhês:

A África é atualmente o teatro de lutas que opõem imperialistas e massas africanas. A agressão imperialista não tem apenas assumido a forma de golpes de Estado, manifesta-se também através do assassinato de dirigentes revolucionários e do estabelecimento de centros de informação. Além disso, têm sido intensificadas as já existentes redes de informação do capitalismo ocidental, que trabalham em estreita colaboração com os governos neocolonialistas a fim de impedir o avanço do socialismo. Os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a Alemanha Federal, a França, Israel, Portugal, a Rodésia e a África do Sul mantêm ativamente este tipo de cooperação. (NKRUMAH, 1970, p. 57).

Paiva (2019) descreve que a partir do segundo quartel dos anos de 1960, muitos dos principais líderes independentistas africanos haviam sido assassinados (como o queniano Tom Mboya, morto em 1969; o marroquino Medi Ben Barka, desaparecido em 1965 ou o congolês Patrice Lumumba, assassinado ainda em 1961); depostos (como o próprio Nkrumah em 1966; o argelino Ahmed Ben Bella em 1965 e o nigeriano Nnamdi Azikiwe também em 1966); ou se encontravam desnorteados, colecionando derrotas tanto na política interna quanto na externa (a exemplo do egípcio Gamal Abdel Nasser). Em suma, em fins de 1960, Nkrumah estava deposto e amargava um exílio que o condenava a cumprir o papel de leão sem dentes, guardião de lápides. (PAIVA, 2019).

O papel das agências de espionagem das potências imperialistas, segundo Nkrumah (1970, p. 57), é fundamental para a existência dos golpes de estados nos países do continente africano. Explica ainda o ganhês que nas regiões onde a polícia, o exército e

os serviços de informação são dirigidos pelos oficiais brancos das antigas potências coloniais não se observa qualquer tentativa de golpe de Estado.

Esta escalada de golpes, segundo Nkrumah (1970, p. 57) faz reaparecer lutas socialistas revolucionárias em África, o que “...demonstra a resistência cada vez maior das massas camponesas e operárias aos regimes reacionários, assim como a multiplicação dos movimentos de resistência clandestinos por todo o continente africano. ” A quantidade de golpes num espaço curto de sete anos chega à marca de vinte e cinco denúncias contra Nkrumah. Para o líder político, estes golpes são manobras das potências neocolonialistas:

Todos estes golpes de Estado são consequência de uma mesma situação: existem, por um lado, as potências neocolonialistas que manobram os Estados neocolonialistas dando o seu apoio às elites reaccionárias burguesas que lutam pelo Poder; por outro, as massas africanas, cuja crescente tomada de consciência revela o impulso cada vez mais forte da revolução socialista africana. Na altura da independência, as massas não podiam discernir a presença do neocolonialismo cuidadosamente escondido por detrás do novo governo. Mas a sua tomada de consciência, que cresce de ano para ano, revela-se uma ameaça para a burguesia indígena e para os seus senhores neocolonialistas, alarmados perante o aumento das actividades revolucionárias por todo o continente africano. (NKRUMAH, 1970, p. 59).

Mesmo onde existem organizações conscientes de operários e camponeses pela necessidade da construção do socialismo nos países do continente em tela, ela não se concretizou. Nesses estados, quando se inicia um processo no sentido do socialismo, logo ocorrem os golpes de estado. Para Nkrumah, falta o proletariado africano assumir a frente desse processo como classe:

Apesar de ter participado nas lutas de libertação, antes da independência, o proletariado africano não assumiu ainda a liderança como classe. Em quase todos os Estados — independentes ou não — existem ou estão-se preparando guerras de guerrilha como única forma de luta contra regimes colonialistas e neocolonialistas. Outros movimentos, sob a direção de membros da burguesia nacional, com o objetivo de libertar os territórios da dominação estrangeira, e não de instaurar um regime socialista, constituem uma ameaça para a revolução africana; porque apenas o socialismo científico realizará a libertação e a unificação total da África. (NKRUMAH, 1970, p. 60).

Em sua obra, o estudioso Nkrumah (1970, p. 61) nos lista uma enormidade de organizações socialistas que estão à frente dos processos de libertação nacional. Na África do Sul temos o PAC - Congresso Pan-Africanista, ANC: Congresso Nacional Africano e PDUSA: União Democrática dos Povos Africanos da África do Sul; no Zimbabwe (Rodésia) existe a ZANU: União Nacional Africana do Zimbabwe e a ZAPU: União Popular Africana do Zimbabwe; no Sudoeste Africano a SWAPO: Organização Popular

do Sudoeste Africano e a SWANU: União Nacional do Sudoeste Africano; em Angola MPLA: Movimento Popular de Libertação de Angola, GRAE: Governo Revolucionário de Angola no Exílio e a UNITA: União Nacional para a Independência Total de Angola; em Moçambique temos a FRELIMO: Frente de Libertação de Moçambique e o COREMO: Comité Revolucionário de Moçambique; em Guiné-Bissau e Cabo verde existe o PAIGC: Partido Africano para a Independência da Guiné e Ilhas de Cabo Verde e por último vem o Tchad com a FROLINAT: Frente de Libertação Nacional Congo-Kinshasa, o CNL: Movimento Congolês de Libertação Nacional Eritreia e a ELF: Frente de Libertação da Eritreia.

Do dito até aqui, verifica-se que o papel de Nkrumah nas lutas pela Libertação Nacional, apesar das críticas quanto aos erros gerenciais cometidos no período em que governou Gana, tem uma importância ímpar. Ele não só libertou seu país do imperialismo inglês como impulsionou lutas em outros países do continente. E o fez empunhando a bandeira do socialismo, o tema do nosso próximo capítulo.

3. O SOCIALISMO AFRICANO EM DEBATE

O debate sobre o Socialismo no Continente Africano começa a se expressar com mais força a partir de George Padmore e depois vai sendo incorporado nos congressos Pan-Africanistas, quando ganha estatura de programa, com mais veemência no congresso de 1945, em Manchester, Inglaterra. Guillermo Navarro Alvarado (2018), em sua tese de doutorado: “África deve se unir? A formação da teórica da unidade e a imaginação da África nos marcos epistêmicos panegiristas e pan-africanos (séculos XVIII-XX)”, nos diz que:

George Padmore (1902-1959) tinha promovido a ideia da necessidade de recuperar a tradição dos Congressos promovidos por Du Bois, que as gerações anteriores organizaram para tentar influenciar na reorganização política do pós-guerra, e no contexto anticolonial que ativamente se articulou ao redor das organizações internacionalistas como a Liga Contra o Imperialismo. Além de ser o representante da nova veia teórico-política, que agora era a mais influente no Congresso, representada por uma tradição internacionalista e socialista, que partia das teses marxistas focadas na teoria do imperialismo e da questão racial. (ALVARADO, 2018, p. 239).

Como se verifica pelo dito anteriormente a ideia de “casar” o socialismo com o pan-africanismo já havia sido gestada antes de congresso de 1945. Guillermo Alvarado (2018) prossegue afirmando que “a relação entre os conceitos Socialismo e Pan-Africanismo é muito antiga, desde 1908, nos estudos e observações de Edward Wilmot

Blyden (1994) das culturas africanas do “interior”, a ideia de uma organização social comunista ou comunal” Ele acentua que essa é uma ideia que ronda no imaginário Pan-africanos e simboliza o terreno sobre o qual é possível construir uma organização social eminentemente autêntica e sem os vícios e as formas das organizações individualistas Europeias.” (ALVARADO, 2018, p. 279).

Este socialismo que está sendo gestado, apesar de ter como vetor o marxismo, Alvarado nos faz entender que não tinha caráter científico o que Marx expressa no Manifesto Comunista. Ele tinha mais a ver com “códigos de conduta comprovados nas sociedades africanas que, ao longo dos tempos, conferiram dignidade ao nosso povo e lhe proporcionaram segurança independentemente do seu momento na vida. ” Prossegue Alvarado afirmando que o socialismo africano trazia referências de uma “caridade universal que caracterizou nossas sociedades, aos processos de pensamento e ideias cosmológicas da África que consideram o homem não como um meio social, mas como um fim e uma entidade na sociedade. ” (ALVARADO, 2018, p. 281).

Este socialismo africano, que pode ser comparado ao socialismo utópico, vai se transmutando ao longo do tempo. Nkrumah vai, por um período de tempo, ser defensor desta forma romântica de socialismo. Só muito do tempo depois adere ao socialismo científico:

Para as lideranças como Nkrumah, Senghor e Nyerere, esta ideia era precisa para reforçar a tese de uma matriz social e cultural diferenciada de Ocidente, uma distinção inscrita em valores e atitudes subjetivas diferentes, um sujeito e um Ser africano radicalmente distinto. Ao contrário do socialismo soviético, que pretendia construir o “homem novo” – como superação do ser capitalista –, para o Socialismo Africano isso já existe, a cultura é contida no Ser e é precisamente de ali que se parte, de uma atitude mental individual que é comunal e não individualista e que encarna os conjuntos dos valores africanos (ALVARADO, 2018, p. 283).

Guillermo Alvarado (2018, p. 288) enfatiza que o Socialismo Africano era desprovido de um caráter classista, pois aceita “a inexistência de um conflito e tensão interna, seja de classes, seja racial, ou seja, em termos gerais, social. Tal “socialismo Africano [...] não teve o ‘benefício’ da Revolução Agrária ou da Revolução Industrial. Não partiu da existência de ‘classes’ conflitantes na sociedade.” O autor em tela põe em dúvida “que o equivalente da palavra ‘classe’ exista em qualquer língua africana indígena; pois o idioma descreve as ideias daqueles que o falam e a ideia de ‘classe’ ou ‘casta’ era inexistente na sociedade africana.” (ALVARADO, 2018, p. 282).

Nos próximos subitens, à luz dos escritos de Nkrumah, isso ficará mais claro do que já foi dito aqui como introdutório. No primeiro subitem vamos caracterizar como se chegou no socialismo científico pela pena de Marx e Engels. Depois, no tópico intitulado “A Independência dos países africanos: socialismo ou capitalismo?”, vamos demonstrar como este tipo mais avançado de socialismo vai impactar nos processos de luta pela independência nacional no continente.

3. 1 Do socialismo utópico ao socialismo científico no Ocidente europeu

O socialismo Científico tal como conhecemos hoje é uma categoria que nasce na Europa desenvolvida por Engels e Karl Marx quando do lançamento do Manifesto do Partido Comunista, que se tornou um livro conhecido como Manifesto Comunista. No capítulo que se dedicam a relatar as etapas anteriores ao socialismo científico, começam pelo Socialismo Feudal. Dizem (Marx e Engels, 1998, p. 97) que esta modalidade de socialismo nasce de uma luta literária da aristocracia inglesa e francesa que “[...] viram-se chamadas a lançar libelos contra a sociedade burguesa”. Agindo assim, criavam simpatias no meio da classe operária ao fingir que abriam mão de seus interesses e atacavam a burguesia em nome da defesa dos interesses da classe operária explorada. A partir dessa cantoria satírica, Marx e Engels dizem que:

Assim nasceu o socialismo feudal, onde se mesclavam jeremiadas e libelos, ecos do passado e ameaça sobre o futuro. Se por vezes a sua crítica amarga, mordaz e espirituosa feriu a burguesia no coração, sua impotência absoluta de compreender a marcha da História moderna terminou sempre por um efeito cômico. À guisa de bandeira, estes senhores arvoraram a sacola do mendigo, a fim de atrair o povo; mas logo que este acorreu, notou suas costas ornadas com os velhos brasões feudais e dispersou-se com grandes gargalhadas irreverentes. Uma parte dos legitimistas franceses e a "Jovem Inglaterra", ofereceram ao mundo esse espetáculo divertido. (MARX e ENGELS, 1998, p. 97).

Eles igualam o socialismo feudal ao socialismo clerical. Dizem que “padre e o senhor feudal marcharam sempre de mãos dadas com o socialismo feudal. Nada é mais fácil que recobrir o ascetismo cristão com um verniz socialista.” O cristianismo ao não se erguer contra a propriedade privada, o matrimônio e o Estado verifica-se que “[...] não passa de água benta com que o padre consagra o despeito da aristocracia.” (MARX e ENGELS, 1998, p. 98).

Para Marx e Engels (1988), o crescimento da burguesia destruiu não só os interesses da aristocracia feudal, mas atingia em cheio os pequeno-burgueses e os

pequenos camponeses da Idade Média. Esta nova categoria que oscila entre o proletariado e a burguesia vai criar o que chamaram de socialismo pequeno-burguês:

Nos países como a França, onde os camponeses constituem bem mais da metade da população, é natural que os escritores que se batiam pelo proletariado contra a burguesia, aplicassem à sua crítica do regime burguês critérios pequeno-burgueses e camponeses e defendessem a causa operária do ponto de vista da pequena burguesia. Desse modo se formou o socialismo pequeno-burguês. Sismondi é o chefe dessa literatura, não somente na França, mas também na Inglaterra. Esse socialismo analisou com muita penetração as contradições inerentes às relações de produção modernas. Pôs a nu as hipócritas apologias dos economistas. Demonstrou de um modo irrefutável os efeitos mortíferos das máquinas e da divisão do trabalho, a concentração dos capitais e da propriedade territorial, a superprodução, as crises, a decadência inevitável dos pequenos burgueses e camponeses, a miséria do proletariado, a anarquia na produção, a clamorosa desproporção na distribuição das riquezas, a guerra industrial de extermínio entre as nações, a dissolução dos velhos costumes, das velhas relações de família, das velhas nacionalidades. (MARX E ENGELS, 1998, p.99).

Os autores do Manifesto Comunista reconhecem o avanço dos socialistas pequeno-burgueses em relação aos anteriores (socialistas feudais e clericais). Eles revelaram a concentração de capitais, os efeitos do uso da maquinaria que estava impulsionando a revolução industrial, a superprodução de mercadorias, a anarquia da produção, enfim, várias categorias que caracterizam o capitalismo moderno. No entanto, se eram progressistas na compreensão analítica do capitalismo, eram reacionários e utópicos na solução. Para Marx e Engels, o objetivo final “desse socialismo pequeno-burguês é ou restabelecer os antigos meios de produção e de troca e, [...] ou então fazer entrar à força os meios modernos de produção e de troca no quadro estreito das antigas relações de propriedade que foram destruídas e necessariamente despedaçadas por eles. (MARX e ENGELS, 1998, p. 100).

Em seguida ao socialismo utópico, os estudiosos nos apresentam o socialismo alemão conhecido também como “verdadeiro” socialismo. Nasceu da literatura socialista e comunista da França. Era formado por filósofos, semifilósofos e impostores alemães. Apesar de reivindicarem a primeira revolução francesa, “o trabalho dos literatos alemães limitou-se a colocar as ideias francesas em harmonia com a sua velha consciência filosófica ou, antes, a apropriar-se das ideias francesas sem abandonar seu próprio ponto de vista filosófico”. Para os autores do Manifesto Comunista, o socialismo alemão não é uma teoria socialista de verdade, mas “uma interpolação da fraseologia filosófica nas teorias francesas” e:

Desse modo, emascaram completamente a literatura socialista e comunista francesa. E como nas mãos dos alemães essa literatura deixou de ser a expressão da luta de uma classe contra outra, eles se felicitaram por ter-se elevado acima da "estreiteza francesa" e ter defendido não verdadeiras necessidades, mas a "necessidade do verdadeiro"; não os interesses do proletário, mas os interesses

do ser humano, do homem em geral, do homem que não pertence a nenhuma classe nem a realidade alguma e que só existe no céu brumoso da fantasia filosófica. (MARX E ENGELS, 1998, p. 101)

Outra vertente anterior ao aparecimento do socialismo científico foi chamada pelos autores de socialismo conservador ou burguês (MARX E ENGELS, 1998, p.103). Aqui se iniciam os primeiros ataques aos anarquistas de nacionalidade francesa. São formados por um setor da burguesia que deseja remediar os males sociais para consolidar a sociedade burguesa. São “economistas, os filantropos, os humanitários, os que se ocupam em melhorar a sorte da classe operária, os organizadores de beneficências, os protetores dos animais, os fundadores das sociedades de temperança.” Sua máxima representação intelectual naquele período era o anarquista francês Proudhon, com sua obra a Filosofia da Miséria. Marx e Engels afirmam que estes desejavam uma sociedade burguesa sem o proletariado revolucionário:

Os socialistas burgueses querem as condições de vida da sociedade moderna sem as lutas e os perigos que dela decorrem fatalmente. Querem a sociedade atual, mas eliminando os elementos que a revolucionam e a dissolvem. Querem a burguesia sem o proletariado. Como é natural, a burguesia concebe o mundo em que domina como o melhor dos mundos possível. O socialismo burguês elabora em um sistema mais ou menos completo essa concepção consoladora. Quando convida o proletariado a realizar esses sistemas e entrar na nova Jerusalém, no fundo o que pretende é induzi-lo a manter-se na sociedade atual, desembaraçando-se, porém, do ódio que ele vota a essa sociedade (MARX E ENGELS, 1998, p.103).

Apresentadas todas as fases que antecedem o socialismo científico, cabe agora apresentar o que Marx e Engels chamam de Socialismo Científico. Em primeiro lugar, o debate sobre o tipo apropriado de socialismo que melhor expresse o pensamento dos citados autores tem a ver com um programa sobre qual o socialismo deve seguir. Em segundo lugar, quando os autores criticam as formas menos elaboradas de socialismo anterior à formulação científica que eles defendiam, não significava negá-las. Sandra Siqueira e Francisco Pereira, na obra *Marx e Engels: luta de classes, socialismo científico e organização política*, explicam como os autores viam os socialistas utópicos:

Significa dizer que as ideias dos socialistas utópicos são indiferentes ao socialismo científico, que nada têm a ver com os desenvolvimentos posteriores na esfera do movimento socialista internacional? De modo algum. A genialidade dos socialistas utópicos consiste em ter expressado a crítica à nascente sociedade burguesa, às suas contradições. As ideias de Fourier sobre a condição da mulher sob o capitalismo e a necessidade de sua emancipação são formidáveis. Entretanto, são parte da infância do movimento socialista e devem ser estudados, para que possamos compreender como o socialismo científico os superou. Não à toa, Engels adverte: “Quanto a nós, admiramos os germes geniais de ideias e as ideias geniais que brotam por toda parte sob essa capa de fantasia que os filisteus são incapazes de ver” (SIQUEIRA; PEREIRA, 2014, p. 129).

Os citados autores prosseguem, tomando por base o entendimento expresso por Engels, explicando o que separa o socialismo científico do utópico:

Não obstante, continua Engels, para “converter o socialismo em ciência era necessário antes de tudo, situá-lo no terreno da realidade”. E para fundamentar a luta socialista nas condições materiais de existência social, foi preciso que Marx e Engels realizassem uma verdadeira revolução no plano do conhecimento científico nas Ciências Sociais, a partir da assimilação dos conhecimentos historicamente elaborados pela humanidade. Essa revolução está, evidentemente, ligada ao próprio desenvolvimento da Ciência e da Filosofia até a primeira metade do século XIX. Engels estuda esse desdobramento dos conhecimentos humanos tanto no Prefácio à edição inglesa da obra, datado de 1892, quanto no próprio corpo do livro, em particular na segunda parte, quando trata do processo de avanço do conhecimento filosófico-científico, que culmina na Alemanha com o aparecimento da filosofia idealista de Hegel e o resgate da dialética. (SIQUEIRA; PEREIRA, 2014, p. 129).

Pela citação anterior, fica claro que o grande marco, e talvez o principal, que separa o socialismo científico dos anteriores é a aplicação da ciência. Isso incluía aplicar o materialismo dialético nas análises da nova realidade e renunciar à metafísica. Siqueira e Pereira afirmam que o socialismo científico desenvolvido por Marx e Engels, tendo por base a concepção materialista da história associada a “uma análise científica das condições materiais (econômico-sociais) e das contradições do próprio capitalismo,” além de ser uma “superação dos vários sistemas e correntes do socialismo utópico,” também é uma “fusão do movimento socialista com o movimento da classe operária, por meio de suas organizações e, especialmente, por intermédio da constituição do proletariado em partido político independente dos partidos da burguesia.” (SIQUEIRA; PEREIRA, 2014, p. 133).

No entanto, há outra diferenciação importante que resultou da forma dialética de pensar que Marx e Engels adotaram. Tem a ver com qual o tipo de relação que os socialistas devem ter com o Estado Burguês. Os socialistas anteriores não viam o estado como inimigo declarado e nem viam a necessidade de destruí-lo. Já Marx e Engels, segundo Siqueira e Pereira, tinham claro que o proletariado deve tomar o Poder Estatal para converter os meios de produção em propriedade do Estado. E durante esse processo o proletariado deve se autodestruir, assim como “toda diferença e todo antagonismo de classes, fazendo assim o Estado se converterá num representante de toda a sociedade e com isso ele passará a ser supérfluo. (SIQUEIRA; PEREIRA, 2014, p. 132).

De forma resumida, podemos considerar que o socialismo científico é uma elaboração para a classe trabalhadora, com base científica, e que tem como objetivo final a destruição do Estado para, como ato seguinte, construir uma sociedade comunista. Nkrumah vai aderir a esse pensamento também.

3. 2 A Independência dos países africanos: socialismo ou capitalismo?

O processo de descolonização do continente africano que possibilitou um amplo processo de libertação de nações do referido continente, bem como o aparecimento de vários líderes populares, tem a ver muito com o declínio do eurocentrismo. Muniz Ferreira, em seu artigo “A África contemporânea: dilemas e possibilidades” assim escreveu:

Uma das implicações históricas mais significativas da Segunda Grande Guerra (1939- 1945) foi o declínio da centralidade europeia no sistema de poder mundial. Até então, as potências do chamado “velho continente” haviam exercido uma duradoura supremacia sobre as demais regiões do mundo, principalmente nos aspectos econômico, político, diplomático e militar. Do topo de tal preeminência, os estados nacionais e os homens de negócio europeus submeteram, pela força e pelo logro, povos e civilizações; exportaram mercadorias, capitais e as regras da economia de mercado e impuseram suas línguas, religiões, concepções de mundo e valores culturais. Como corolário de tais processos, o continente africano experimentou a escravidão e o colonialismo, a subordinação de seus sistemas tradicionais de organização social às leis da valorização do capital e testemunhou a constituição de ordenamentos políticos internacionais, nos quais desempenhava o simples papel de “área de influência” e “reserva estratégica” à disposição dos poderes coloniais. Fora assim desde os tempos do Tratado de Tordesilhas (1494), primeiro tratado internacional moderno, passando pelo sistema internacional da Convenção de Viena (1815-1817) – em cuja vigência sofreu a partilha territorial em benefício das nações européias, pactuada na Conferência de Berlim (1884-1885) –, até à época da Liga das Nações (1919-1939), cujo objetivo de reordenar a vida internacional sobre os princípios da soberania nacional e da não-intervenção não contemplou as aspirações dos povos africanos e asiáticos à autodeterminação (FERREIRA, 2013, p.2).

Como explica o autor, a segunda grande guerra teve importância expressiva para o fortalecimento dos processos de libertação nacional. No entanto, outros fatores também contribuíram e, entre estes, pode-se citar a bipolarização entre a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e os Estados Unidos das Américas (EUA):

Ademais, dois novos fatores concorriam para a erosão das bases da legitimação do colonialismo europeu no mundo: a) o crescimento do prestígio das concepções e dos movimentos democráticos e progressistas (por definição anticolonialistas) no mundo, que se seguiu à derrota das forças do eixo nazi-fascista; b) a ascensão, ao primeiro plano, da política internacional de duas novas

grandes potências, as quais, devido a motivações diferentes, encontravam-se descomprometidas com a preservação dos domínios coloniais europeus na África e na Ásia: os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Excluídos da partilha da África na Conferência de Berlim e, conseqüentemente, marginalizados no acesso aos mercados, matérias-primas e áreas de influência no continente africano, aos Estados Unidos interessava, num primeiro momento, uma alteração no status quo internacional que lhe concedesse liberdade para realizar seus interesses econômicos e estratégicos na África, sem os inconvenientes gerados pelo exclusivismo colonial europeu (FERREIRA, 2013, p.3).

A influência da URSS dava um matiz mais socialista e isso não era visto com bons olhos pelos EUA. Assim, as duas potências se dividiam na forma de condução do processo de descolonização. Enquanto a URSS apoiava e assim se posicionava contra as potências europeias, os EUA faziam o contrário.

Muniz Ferreira esclarece que para a União Soviética, descolonizar os países do continente africano levaria ao enfraquecimento dos países imperialistas do ocidente e aumentaria a sua influência internacional junto aos movimentos de libertação nacional. Esse movimento, para os citados autores, vai criar a chamada Guerra Fria e assim os EUA irá se aproximar “das antigas potências coloniais europeias” e estes irão se unir para combater “os movimentos de libertação nacional do continente, sobretudo daqueles cuja radicalidade anticolonial e ênfase nas definições anti-imperialistas contribuiram para uma aproximação com as posições soviéticas (FERREIRA, 2013, p.4).

O apoio dos EUA às potências europeias não foi suficiente para barrar a enormidade de libertação alcançada pelas nações africanas. Veja:

Teríamos assim, nos anos 50, a independência da Tunísia (1950), da Líbia (1951), do Sudão, do Marrocos (1956), de Gana (1957) e da Guiné (1958). No emblemático ano de 1960 — ano da independência da África, segundo as Nações Unidas — verificar-se-iam as libertações de Camarões, Togo, Madagascar, Zaire, Somália, Mali, Benin, Nigéria, Níger, Alto Volta (atual Burkina Faso), Costa do Marfim, Chade, República Centro-Africana, Congo, Gabão, Senegal e Mauritânia; em 1961, Serra Leoa; em 1962, Ruanda, Burundi, Argélia e Uganda; o Quênia em 1963; Malauí, Zâmbia e Tanzânia em 1964; Gâmbia em 1965; Botsuana e Lesoto em 1966; Ilhas Maurício e Guiné Equatorial em 1968. Na década de 70, Guiné Bissau em 1973; São Tomé e Príncipe, Moçambique, Cabo Verde, Comores e Angola em 1975; Ilhas Seychelles em 1976; Djibouti em 1977; Suazilândia em 1978. Já nos anos 80, Zimbábue, em 1980 e, finalmente, a Namíbia, em 1990. (FERREIRA, 2013, p.4).

Vendo a lista de países que conquistaram a independência das colônias, pode nos parecer que foi um processo rápido e fácil, mas não foi. As táticas diferenciadas usadas pelas principais potências europeias detentoras do controle de grande parte dos territórios africanos colonizados foram uma represa forte para o processo de descolonização, em que

França e Inglaterra se destacam. Enquanto Inglaterra usava “... um sistema de colonização que procurava conservar a autoridade das elites nativas nos escalões intermediários e inferiores da administração colonial, cooptando o mais amplamente possível as aristocracias tradicionais para um sistema de parceria subordinada.” (FERREIRA, 2013, p. 5), a França, segundo o autor, adotava tática contrária.

O seu método era o da “dominação colonial direta e à prática ostensiva da assimilação cultural.”. Isso levou a um embate mais acirrado e violento entre “as administrações coloniais e os movimentos de libertação nacional,” em destaque a guerra de independência da Argélia e o conflito do Vietnã.” Percebendo que este método lhe era desfavorável, tempos depois a França seguirá a mesma tática do Reino Unido e assim vai “reintegrar suas antigas colônias africanas à sua área de influência econômica (e, por conseguinte, militar e diplomática), investindo na criação de uma zona comercial e financeira estruturada em torno de sua moeda (o franco) e no desenvolvimento da chamada “Comunidade Francófona” (FERREIRA, 2013, p.5).

Em que pese o enfrentamento violento francês haver causado uma opressão fortíssima aos povos e líderes que lutavam contra a colonização, isso não se compara com o uso da força pelo governo Belga. Para Ferreira:

A experiência belga na África simboliza o sistema colonial europeu no continente em seu paroxismo de paternalismo autoritário, assimilacionista e discriminador. Em nenhum outro lugar a espoliação econômica colonial se manifestou tão cruamente como nos casos das colônias belgas do Congo, Burundi e Ruanda. Em nenhum outro lugar o esforço de devastação cultural, as ingerências abertas no sentido de garantir a preservação dos interesses econômicos e estratégicos da antiga metrópole colonial foram levados tão longe. Se a dominação colonial francesa, em seu processo de declínio, legou ao mundo os exemplos sangrentos da Argélia e do Vietnã mencionados acima, o legado colonial belga no Congo foi marcado pela deposição e assassinato do líder nacionalista Patrice Lumumba, a deflagração de uma longa guerra civil e a instauração da ditadura de Mobutu, uma das mais truculentas e corruptas conhecidas pela África pós-colonial. . (FERREIRA, 2013, p.5).

O processo de Libertação Nacional, mesmo depois de expulsar os colonizadores, não estava completo em seu sentido amplo, pois ainda enfrentaria entraves na ótica econômica, na existência de poucos quadros técnicos e grande subdesenvolvimento econômico. Assim o autor se expressa:

A África se viu às voltas com a necessidade de lutar por sua independência econômica antes mesmo de concluir o processo de luta por sua emancipação política. Carentes de quadros técnicos, de tecnologia industrial, de capitais e até de mercados, uma vez que o processo de dissolução das economias tradicionais não acarretou necessariamente a formação de um contingente significativo de consumidores com efetivo poder de compra, a virtual totalidade dos países africanos já despertou para a vida independente submetida a uma situação de subalternidade no âmbito da economia internacional. Premidos pelas

necessidades urgentes de populações intensamente espoliadas durante séculos pelo sistema colonial, a primeira geração de dirigentes dos jovens estados africanos teve de equacionar, como primeiro item de sua agenda pós-colonial, o problema do subdesenvolvimento econômico e social. (FERREIRA, 2013, p.5)

Os principais líderes africanos, que se formaram fora do continente, tinham a compreensão exata das dificuldades. Alguns de seus líderes mais esclarecidos, como o ganense Nkrumah, o tanzaniano Nyerere, o queniano Kenyatta, e o congolês Lumumba, diagnosticaram adequadamente as possibilidades e os constrangimentos para o enfrentamento bem-sucedido dos desafios econômicos apresentados pela realidade. Compreendiam que a África possuía riquezas naturais extraordinárias, capazes de propiciar as bases de seu crescimento econômico, como as maiores reservas de ferro e carvão mineral do mundo, enormes jazidas de petróleo e um notável potencial hidrelétrico. Por outro lado, eram capazes de identificar também os obstáculos ao progresso material de suas sociedades: a grande fragmentação político-territorial, a dependência tecnológica, a falta de capitais para a exploração de suas próprias riquezas, as rivalidades étnicas internas, a falta de competitividade econômica de sua produção agropecuária e o próprio controle de seus principais recursos pelas grandes empresas ocidentais. (FERREIRA, 2013, p. 7).

Diante destas dificuldades econômicas, era preciso buscar prioridades a enfrentar para não dividir forças. Assim foi que buscaram definir, no ambiente interno (FERREIRA, 2013, p.7), qual o formato ideal deste novo estado que estava sendo construído e, no ambiente externo, com quais aliados não alinhados e, nesse sentido, propiciou uma maior aproximação com estados asiáticos e latinos. Nas palavras de Ferreira:

Coerente com tais constatações, a parcela mais engajada desta primeira geração de líderes procurou adotar procedimentos práticos capazes de otimizar as condições para a superação das mazelas deixadas pela dominação colonial, no âmbito interno: definição do estado, enquanto ator fundamental do processo de desenvolvimento econômico, através da regulação da atividade do capital estrangeiro e nacionalização, sempre que possível, de setores estratégicos da economia; implementação de políticas de fomento à atividade industrial e modernização da produção agropecuária. No âmbito externo, tratava de somar-se aos esforços de estruturação de um movimento de países não-alinhados, juntamente com outros estados da Ásia e América Latina, que tinham entre suas principais reivindicações a revisão das regras do comércio mundial; a facilitação do acesso dos países emergentes às tecnologias, mercados e capitais para exportação de seus produtos; o assessoramento técnico e o apoio institucional das Nações Unidas aos seus programas de desenvolvimento econômico; em resumo, uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI). (FERREIRA, 2013, p. 7).

Essas ações, porém, não reduziram as dificuldades e nem possibilitaram soluções para os maiores problemas econômicos enfrentados. Aliado a isso, o peso econômico do dólar americano como equivalente geral das trocas obtidas após a segunda guerra mundial e o apoio militar dos EUA a grupos de oposição levaram os líderes anticolonialistas a um alinhamento com os países que reivindicavam o socialismo. Dessa forma, assim diz Ferreira:

Como resposta a tais ações de desestabilização, os governos africanos de orientação mais anticolonialista e anti-imperialista investiram em uma aproximação maior com a União Soviética e Cuba, de modo a obterem apoio diplomático e militar contra seus inimigos internos e externos. Tal fato aumentou ainda mais a tensão diplomática e militar e as divisões entre os estados africanos, deflagrando um longo e destrutivo ciclo de conflitos intercontinentais e militarização. O acirramento das rivalidades interafricanas inviabilizou a cooperação e o desenvolvimento do comércio entre os países do continente, deteriorou as bases já frágeis da união continental e, em vários países, desorganizou a economia e dilapidou as riquezas naturais. (FERREIRA, 2013, p.8).

Para aprofundar ainda mais as dificuldades enfrentadas no processo de descolonização, veio a nova globalização, acompanhada da terceira revolução industrial. Isto fez com que se acentuasse:

“a subalternidade econômica dos países africanos no comércio mundial, através da perda de relevância relativa de suas importações, da sobrevalorização dos produtos exportados pelos países industrializados no comércio bilateral, aumentando também o abismo que separa as precárias economias do continente das indústrias high tech do mundo desenvolvido.” (FERREIRA, 2013, p.9).

Estas dificuldades econômicas e políticas impulsionaram os líderes africanos comprometidos com a descolonização a criar vários coletivos para contribuir na superação dos problemas apresentados. Esse foi o caso, segundo Ferreira, da criação, em 2002, da:

União Africana, em substituição à Organização da Unidade Africana, fundada em Adis-Abeba (Etiópia), em 25 de maio de 1963. As tarefas da OUA foram as mesmas da primeira geração de líderes africanos pós-independência e dos condutores dos processos de libertação nacional. Seu objetivo principal consistiu em proporcionar apoio econômico, militar e diplomático aos movimentos de luta pela descolonização, contribuir para sua unidade e divulgação de suas atividades, no que foi, em geral, bem-sucedida. Quanto a outros objetivos inscritos na agenda da entidade, quando de sua instauração, os resultados foram, de modo geral, bem mais modestos, a saber: o desenvolvimento de políticas comuns e da cooperação econômica entre os países africanos, a consolidação da influência internacional dos estados do continente, a proteção da soberania, da integridade territorial e da independência dos estados e a coordenação das atividades destes em matéria de política externa, economia, defesa e cultura. (FERREIRA, 2013, p.10).

Diante dos grandes desafios a enfrentar, não é pouca coisa a criação desta como ferramenta coletiva, mas é acima de tudo, segundo Ferreira (2013, p. 11) “uma oportunidade absolutamente original de reconciliar a África consigo mesma, com suas belezas e seus defeitos, com seus valores e tradições, com sua riqueza e diversidade”. É uma chance de encarar seu passado sem as pressões do colonialismo e das rivalidades interestatais, na perspectiva de uma melhor compreensão de seu complexo presente e ante o horizonte da construção de um grande futuro.

A resposta à pergunta do subtítulo deste capítulo “A Independência dos países africanos: socialismo ou capitalismo?”, não pode ser conclusiva, pois se a opção teórica escolhida pela maioria dos líderes à época dos processos de libertação foi a via socialista na prática isso não se confirmou, seja por derrotas sofridas pelos imperialistas com apoio das burguesias autóctones, por desvios dos dirigentes africanos mesmo sem interferência do neocolonizador ou por dificuldades econômicas diante do cenário econômico mundial para sua implementação. Por último, podemos apontar a luz das leituras até aqui realizadas, que desde o início existiam dúvidas quanto ao tipo de socialismo seguir: o científico ou africano? No cenário atual fica claro que a ideia do capitalismo vem prevalecendo em grande parte do continente africano.

No próximo capítulo mais argumentos, a luz da obra de Nkrumah, serão apresentados que fundamentaram melhor as dificuldades encontradas pelos líderes africanos para a implementação do socialismo e o porquê da manutenção do capitalismo nos dias de hoje em grande parte os países do continente em tela.

4. LUTA DE CLASSES NA VISÃO DE NKRUMAH

O debate sobre a Luta de Classes não é novo nos movimentos de emancipação e nem dentro da academia. Podemos considerar que ele tem uma demarcação no tempo quando Marx e Engels lançam, em 1848, o Manifesto do Partido Comunista, demarcando, logo no início da obra citada, que “a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes.” (MARX & ENGELS, 1988, p. 75).

Esta afirmação ecoa até hoje em estudiosos de vertentes diversas, tanto para corroborá-la como para negá-la. Ela é centrada numa análise histórica da Europa e talvez

não contemple a situação do continente africano para muitos africanistas. Porém, para Kwame Nkrumah, ela é válida quando vem acompanhada da questão racial, como demonstra em sua obra intitulada *Luta de classes em África*.

O estudo faz, de início, uma análise das classes sociais existentes no continente africano. De imediato, ainda como introdução da obra citada, já nos alerta para a insuficiência de seu trabalho, na medida em que toda generalização política e social sobre a África é sempre difícil “devido à diversidade existente em África de condições políticas, sociais e económicas, não é tarefa fácil generalizar em termos políticos e socioeconômicos”. Acrescenta ainda o fato de encontramos “ainda vestígios dum estágio comunitário e feudal e, em determinadas regiões do continente”. Ele continua dizendo que apesar da diversidade econômica e política derivadas de um passado tradicional, sob o jugo do colonialismo, e do neocolonialismo não existe um pedaço do território africano que não tenha vivido a opressão e exploração moderna e, devido a isso, deva fazer parte do processo revolucionário africano tendo como horizonte o socialismo (NKRUMAH, 1970, p. 7).

Como se verificou ao longo da parte introdutória sobre a visão de Nkrumah relativa ao tema da luta de classes, era impossível a qualquer dirigente africano que desejasse liderar qualquer processo de libertação à época não levantar a bandeira do socialismo. Vamos prosseguir com este tema a seguir.

4. 1 O Socialismo no Continente Africano: a luta de classes em debate

Percebemos que se ainda hoje é inapropriado generalizar questões relativas à África, Nkrumah (1970, p. 7) já nos alerta sobre isso no período da colonização. Outro ponto importante que podemos destacar da citação contida na parte introdutória do capítulo em tela é que, apesar de existirem algumas regiões em estados comunitários que pouco sofreram alterações e a existência de regiões em estados industrializados avançados, é possível perceber problemas e situações comuns dos Estados africanos derivados das relações com o imperialismo, colonialismo e neocolonialismo, por tudo isso “[...] chegou a altura de passar à fase decisiva do processo revolucionário, em que a luta armada que há pouco começou deve ser agora intensificada e coordenada a níveis estratégicos e táticos” devido à intensidade de Golpes de Estado ocorridos principalmente na África Ocidental e Central.

Segundo Nkrumah (1970), o debate sobre a Luta de Classes em África torna-se central para análise dos problemas políticos do continente. De imediato, ele critica os

comentaristas políticos que tiraram conclusões distorcidas quanto à aplicação de critérios econômicos sobre o continente africano:

Os comentadores políticos e sociais tiraram durante demasiado tempo conclusões erradas, postulando que a África constituía uma entidade distinta, à qual não se aplicavam os critérios económicos e políticos válidos para o resto do Mundo. Espalharam-se mitos tais como os do «socialismo africano» e do «socialismo pragmático», sugerindo a existência de uma ou mais variedades de socialismo exclusivamente africano; e quanto à nossa história, escreveram-se teorias sócio-antropológicas e históricas, em termos que pareciam ignorar que a África teve um passado histórico pré-colonial. Uma destas distorções sugeria que a luta de classes, existente noutras partes do Mundo, não se verificava em África. Nada está mais longe da verdade. A África é atualmente o cenário duma violenta luta de classes. (NKRUMAH, 1970, p. 8).

Esta descoberta de Nkrumah sobre a centralidade da luta de classes para a compreensão do processo político é uma mudança significativa do seu pensamento observado em obras anteriores, principalmente quando governava Gana na década de sessenta. Reconhecer que “...A revolução africana é parte integrante da revolução socialista mundial, assim como a luta de classes é base do processo revolucionário mundial, está também na base da luta dos operários e camponeses de África.” (NKRUMAH, 1970, p. 8).

Para ele, a inspiração para a tese da inexistência da luta de classes no período que antecede os processos de independência na África deu-se em virtude da ilusão de uma unidade nacional contra o poder colonial nesse período. Ele enfatiza que tais processos de libertação no continente africano fizeram ressurgir com maior força as divisões sociais:

Durante o período precedente à independência, as divisões de classe foram momentaneamente esquecidas, período esse em que parecia existir unidade nacional e todas as classes se ligaram com o objetivo de expulsar o poder colonial. Foi esta época que inspirou a tese segundo a qual a África não conhecia divisões sociais e não havia luta de classes numa sociedade tradicional africana comunitária e igualitária. Esta teoria provou-se falsa. A independência fez emergir de novo, por vezes até com maior intensidade, as divisões sociais, temporariamente esquecidas na luta pela liberdade política, sobretudo nos Estados recentemente independentes de tendência socialista. (NKRUMAH, 1970, p. 9).

A explicação para a existência de classes sociais antes e depois da independência de nações africanas se justifica, segundo Nkrumah (1970), pela existência de uma burguesia africana presente tanto no colonialismo como no neocolonialismo. Diz também que os interesses desta burguesia na manutenção das estruturas socioeconômicas capitalistas verificadas na “sua aliança com o neocolonialismo e o capital financeiro monopolista internacional” colocam-na em conflito direto com as massas africanas, cujas aspirações só serão alcançadas por meio do socialismo científico.

Para Nkrumah, essa burguesia é egoísta e vulnerável. Se essa conexão oportuna com o neocolonialismo for rompida, ela perderá seus privilégios:

A África possui, assim, um núcleo central de burguesia, pouco diferente do dos colonizadores pelas posições privilegiadas que ocupa, e que constitui uma minoria egoísta, interesseira, reacionária, entre vastas massas exploradas e oprimidas. A despeito do seu aparente poder, que repousa no apoio que recebe do neocolonialismo e do imperialismo, esta burguesia é extremamente vulnerável. Basta que este elo vital seja rompido para que perca as suas posições privilegiadas. E perante a tomada de consciência da luta de classes na África e o levantamento crescente das massas operárias e camponesas, a burguesia africana e seus acólitos disfarçados, neocolonialistas e imperialistas, vacilam. (NKRUMAH, 1970, p. 10).

Feitas essas considerações introdutórias, Nkrumah passa a descrever as origens das classes em África. Inicia seu primeiro capítulo da obra intitulada a “Luta de Classes em África” na construção da origem das classes sociais em África. Para apresentar a grandiosidade territorial do continente africano explica, de forma quase irônica, que “[...] Os Estados Unidos caberiam facilmente no deserto do Saara.” (NKRUMAH, 1970, p. 12). Geograficamente o continente africano ocupa quase dois terços do planeta Terra.

Para Nkrumah (1970, p.12), o continente africano, mesmo antes do colonialismo, convivia com um desenvolvimento econômico desigual, mas já se observava a existência de sistemas políticos muito complexos. Prosseguindo na ideia de explicar o nascimento das classes sociais no continente africano, Nkrumah (1970) vai nos dizer em que contexto foi formada a consciência política das massas do continente em tela:

Não seria inexato afirmar que a consciência política das massas africanas nasceu, de certo modo, das estruturas socioeconômicas tradicionais. Na sociedade de tipo comunitário, por exemplo, a terra e os meios de produção pertenciam à comunidade. Era a época da propriedade pública. O trabalho era não só uma necessidade, mas também um hábito. Quem quer que alugasse uma parcela de terra para seu uso pessoal não era livre de fazer o que lhe apetecesse com ela, porque, na realidade, a terra pertencia à comunidade. [...] Os chefes estavam submetidos ao controle rigoroso dos conselheiros e podiam ser demitidos. (NKRUMAH, 1970, p 12).

Valendo-se, possivelmente, do afirmado por Marx em “Contribuição a Crítica da Economia Política”, Nkrumah (1970, p. 13) mostra a sequência de modos de produção até então existentes – para depois localizar o contexto africano – “[...] o comunismo primitivo, a escravatura, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo. Mais adiante ele afirma que é o socialismo que nos leva ao comunismo (NKRUMAH, 1970, p. 13) e que “a luta de classes é o resultado do aparecimento da propriedade privada e do declínio da sociedade de tipo comunitário, em proveito das sociedades escravagista e feudal.”

A passagem das sociedades africanas de um estágio superior de sociedade comunitária ocorreu, segundo Nkrumah (1970, p. 13), pela dissolução da democracia tribal e também pelo nascimento de relações feudais e de sistemas hereditários tribais e monárquicos.

Este processo, para Nkrumah, foi potencializado pelo surgimento do imperialismo e do colonialismo que, após dissolver as estruturas socioeconômicas existentes com a introdução da produção para servir ao processo de exportação, fez com que os países do continente africano entrassem no mercado mundial do capitalismo e isso provocou o aparecimento do individualismo e foi base fundante para o desenvolvimento da propriedade e dissolução da sociedade comunitária primitiva, culminando com o declínio do espírito coletivo que existia antes.

Esta mudança para um novo modo de produção (NKRUMAH, 1970, p. 14) será decisiva para os europeus se apropriarem das terras públicas do continente africano. Agora os povos originários do continente africano passaram de donos coletivos da terra para rendeiros ou locatários e isso apenas em terras que os colonizadores julgavam pouco rentáveis para eles próprios. Quanto às terras de boa qualidade, eram passadas para os colonos via títulos de propriedade e aquelas que não pertenciam a “ninguém” tornavam-se “propriedade da Coroa”. Este exemplo, que ele observa no Malawi, era repetido em outras partes da África colonizada.

Para Nkrumah (1970, p. 14), este processo de abolição da propriedade comunal provocou o surgimento da propriedade privada na África e transformou os chefes indígenas em instrumentos e agentes a serviço do poder colonial. O processo de desenvolvimento da nova realidade produtiva em África vai provocar o aparecimento de dois setores econômicos importantes para o surgimento da luta de classes. Nas palavras de Nkrumah:

A alienação da terra e dos seus recursos naturais, isto é, dos meios de produção, provocou o aparecimento de dois setores econômicos: os setores africano e europeu, o primeiro submetido à exploração do segundo. A agricultura de subsistência desapareceu pouco a pouco e os Africanos viram-se obrigados a oferecer os seus serviços aos colonialistas, que capitalizaram os proveitos que daí tiraram. Foi nestas condições que surgiu a luta de classes, que era também uma luta de raças. (NKRUMAH, 1970, p. 14).

Como se observa até aqui, Nkrumah já traçou o caminho embrionário da burguesia africana. A base para esse processo está centrada no desenvolvimento da produção de mercadorias pautada na exportação, que transformou as economias de monocultura do

continente africano em economias dependentes do capitalismo. Esta burguesia produzida por esse processo era composta, segundo Nkrumah, em primeiro lugar, por uma pequena burguesia e, em segundo lugar, por uma “burguesia urbana, composta por burocratas, intelectuais reacionários, comerciantes... que se ligaram cada vez mais a estruturas socioeconômicas coloniais.” (NKRUMAH, 1970, p. 14).

Para Nkrumah (1970, p. 15), todo esse processo narrado até aqui impediu o progresso social e cultural nas colônias e provocou profundas mudanças sociais, assim como o aparecimento de uma burguesia e de uma *intelligentsia* nacionais. Esta situação posta fez com que “os trabalhadores africanos vissem nas companhias estrangeiras e nos colonos europeus os seus exploradores”.

Ele complementa que o fato de a luta de classes ser dirigida no primeiro momento contra o imperialismo e não contra a burguesia local retardou o entendimento para as massas compreenderem, desde cedo, que o seu inimigo de classe real era a burguesia local.

O fim do período colonial fez surgir, segundo Nkrumah (1970, p. 15) nos Estados Africanos uma máquina administrativa e também uma democracia parlamentar que escondia um Estado coercitivo dirigido por uma elite burocrática todo-poderosa. A atuação do movimento operário era praticamente inexistente.

Para a sustentação desse Estado nascente nas colônias africanas, segundo Nkrumah (1970, p.16), era preciso formar nas academias ocidentais um exército, uma polícia e dirigentes preparados para uma administração de tipo colonial. Contudo, desses quadros de sustentação dos estados colonialistas vão surgir, na esteira das contradições das lutas sociais, dirigentes que, ao compreenderem quem são seus inimigos reais e imediatos, serão os líderes dos diversos processos de liberação nacional do continente africano. Quase que parodiando Marx, Nkrumah nos diz que a metrópole, ao criar seus defensores internos, fez nascer seus coveiros:

Contudo, e felizmente, é preciso notar o aparecimento, no decorrer das lutas de libertação nacionais, de dirigentes saídos das massas e das quais tinham todo o apoio. Os seus objetivos não se limitavam apenas à libertação política, mas também e sobretudo visavam uma transformação radical da sociedade. Se estes dirigentes revolucionários se aliaram à burguesia nacional, durante as lutas para a independência nacional, separaram-se dela imediatamente a seguir à conquista da independência, firmemente decididos a lutar pelos seus ideais socialistas. A luta ainda continua. (NKRUMAH, 1970, p. 16).

Marx e seus seguidores descreveram com muita clareza que a posição que o indivíduo ocupa na produção vai definir a que classe ele pertence. No manifesto comunista, de maneira bem direta, Marx e Engels (1990, p. 76) afirmam que “[...] a

sociedade divide-se cada vez mais em dois vastos campos opostos, em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado.” Trotsky vai acrescentar a classe média como categoria intermediária.

Nkrumah (1970, p. 17), quando inicia o conceito de Classes Sociais, reconhece que a luta de classes é um tema histórico de importância fundamental para se entender qualquer sociedade não socialista. Ele utiliza as categorias de *classes dirigentes* e *classes dominadas* para nomear os polos centrais dentro do processo econômico em sociedades não socialistas. O ganês destaca que as classes dirigentes são detentoras dos “instrumentos económicos de produção e distribuição e os utiliza como meios de estabelecer a sua dominação política.” Quanto às classes dominadas, elas apenas servem aos interesses “das classes dominantes, de quem dependem no plano político, econômico e social. O conflito que opõe dirigentes e dominados é o resultado do desenvolvimento das forças produtivas.” (NKRUMAH, 1970, p. 17).

Fazendo coro com Marx quando diz em sua obra *Contribuição à crítica da economia política* (2008, p. 276) que “[...]em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes”, Nkrumah (1970, p. 17) no final da citação acima nos diz que o conflito entre as classes dirigentes e dominadas é engendrado pelo desenvolvimento das forças produtivas.

Tornando mais claro o seu conceito de classes, Nkrumah (1970) chega à burguesia e ao proletariado tal qual enunciado por Engels e Marx no Manifesto Comunista quando nos diz que, ao surgir no continente africano a propriedade privada e a exploração capitalista, “os capitalistas tornam-se uma nova classe – a burguesia – e os trabalhadores explorados formam a classe operária...” Essa formulação de classes sociais com interesses contraditórios se expressará em qualquer forma de poder político, assim no regime socialista isso também aparecerá, mas os interesses de classes se alteram, mudam de posição.

Nkrumah (1970, p.18) nos diz que em um governo socialista serão expressos “...os interesses dos operários e camponeses, enquanto que um governo capitalista representa a classe exploradora. “assim, ele mais uma vez concorda com outro marxista a-histórico eu um dos intelectuais que ele seguia, Lenin. Este líder da revolução bolchevique diz em sua obra *O Estado e a Revolução*:

O Estado não é, de forma alguma, uma força imposta, do exterior, à sociedade. Não é, tampouco, "a realidade da Idéia moral", "a imagem e a realidade da Razão, como pretende Hegel. É um produto da sociedade numa certa fase do seu desenvolvimento. É a confissão de que essa sociedade se embarçou numa insolúvel contradição interna, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não pode desvencilhar-se. Mas, para que essas classes antagonicas, com interesses econômicos contrários, não se entre devorassem e não devorassem a sociedade numa luta estéril, sentiu-se a necessidade de uma força que se colocasse aparentemente acima da sociedade, com o fim de atenuar o conflito nos limites da "ordem". Essa força, que sai da sociedade, ficando, porém, por cima dela e dela se afastando cada vez mais, é o Estado. (LENINE, 1918, p. 3)

Na esteira de apresentar diferenças entre governo socialistas, e também entre aquilo que os aproxima, ele traz o debate que é muito contemporâneo: partido único versus bipartidarismo ou multipartidarismo. Para Nkrumah (1970, p.18), como os partidos políticos expressam as diferentes classes, podemos ser levados a conceber que num Estado de partido único não existam classes sociais. Para ele, essa inexistência só ocorrerá quando o Estado em questão seja dirigido pelo povo.

Nkrumah (1970) diz que é ilusório acreditar que o multipartidarismo é a negação do partido único. Usando Estados Unidos como exemplo, a partir dos Partidos Republicano e Democrático, nos diz que os dois são apenas “duas tendências dum único e mesmo partido: o das classes possuidoras. “No Caso da Inglaterra, afirma que “os Partidos Conservador e Trabalhista são, com efeito, a expressão dos interesses da burguesia, de quem refletem a ideologia.” (NKRUMAH, 1970, p. 18).

Nkrumah (1970, p. 19), ao citar ilusão da democracia capitalista baseada no conceito de multipartidarismo, nos alerta para as dificuldades de conquistas reais pela via democrática burguesa. Para ele “...a única solução possível para o problema da desigualdade social é a abolição do sistema de classes”. Para ele, o fato de sermos numericamente superiores não altera a realidade, pois a dominação pela “consciência como sustentáculo da dominação” é muito forte.

Em geral, é difícil, se não impossível, a um indivíduo evadir-se do seu meio de origem. Mesmo quando se fala de «igualdade de oportunidades», a desigualdade subsiste, quando a intenção de «oportunidade» é aspirar a uma posição mais elevada numa sociedade estratificada. As classes dirigentes não têm somente uma força de coesão: estão também conscientes da sua posição dominante, assim como do fato de que terão de defender os seus interesses e a sua posição, perante a ameaça da revolta — cada dia mais premente — do proletariado africano. Porque em África a classe dirigente constitui apenas 1% da população total, contra os 90% que representam as massas rurais e os 5% do proletariado urbano. (NKRUMAH, 1970, p. 19)

Nkrumah (1970, 19) nos diz que o mesmo motivo que levou as classes trabalhadoras a entrar em luta contra a burguesia local, ou seja, a centrar suas forças contra

os estrangeiros e seus representantes, será também responsável pelo aparecimento tardio de partidos políticos em África.

Prosseguindo, Nkrumah (1970, p. 21) vai explicar, a partir do exemplo da Rodésia, como o desenvolvimento desigual da economia africana deve-se à diversidade das estruturas sociais, tanto nos territórios colonizados como nos novos Estados. Em suas palavras:

Assim, na Rodésia, 4 milhões de africanos são obrigados a viver num espaço muito inferior à metade da superfície total do território. Noutros termos, mais de metade do território está nas mãos de uns 500.000 europeus. É este estado de coisas a origem do fosso que separa brancos ricos e camponeses e trabalhadores africanos pobres, politicamente paralisados. Como em todas as regiões sob dominação colonial, trata-se, antes de tudo, dum problema racial. Os senhores são brancos, e os desprovidos, negros, e todos os argumentos habituais – o mito da inferioridade racial, o direito de dominação dos mais capazes – foram apresentados para justificar o sistema de dominação racial e o seu reforço. (NKRUMAH, 1970, p. 21).

Ele conclui a análise do conceito de classes sociais (1970, p. 23), afirmando que “A burguesia é declaradamente aliada dos neocolonialistas, colonialistas e imperialistas, na vã esperança de manter as massas africanas num estado de permanente sujeição.” A manutenção tanto do colonialismo como do neocolonialismo se sustenta por diversos fatores, mas um muito importante é o da Ideologia. Na obra em tela, Nkrumah debate isso com muita competência, como veremos a seguir.

Ao discorrer sobre as ideologias de classe, Nkrumah (1970, p. 24) destaca, inicialmente, a existência de uma relação muito próxima entre “desenvolvimento sócio-político, luta de classes e história das ideologias.” Acrescenta que, enquanto os movimentos intelectuais sofrem influências com base nas tendências fundamentais dos desenvolvimentos econômicos, nas sociedades de tipo comunitárias, pela inexistência de classes sociais, são as atividades humanas, dentro do processo produtivo, que influenciam de forma direta a psicologia dos indivíduos.

Nkrumah (1970, p. 24) aponta que, como cada classe possui “... os seus hábitos sociais e de vestuário, as suas instituições e as suas organizações [...] a partir da aparência geral, comportamento e vestuário, é possível identificar o meio de origem de um indivíduo.” Aqui ele acrescenta novo elemento para identificar a classe a que o indivíduo pertence, além da forma clássica leninista quanto ao local que ocupa na produção. O comportamento e o vestuário são, aqui, um diferencial na análise da questão.

Nkrumah (1970, p. 25) afirma que as Classes Sociais também criam suas instituições próprias. Enquanto organizações de trabalhadores criam cooperativas e sindicatos, a burguesia cria as associações profissionais, câmaras de comércio, bolsas de valores, clubes Rotary. Aqui é importante lembrar que os patrões também criam sindicatos e cooperativas, evidentemente que com objetivos opostos aos dos trabalhadores.⁴

Com o intuito de apresentar os elementos que distinguem as classes sociais no capitalismo, Nkrumah (1970, p. 25) nos diz quais são as ideologias de cada classe em disputa no capitalismo. As ideologias burguesas são o liberalismo, o individualismo, o elitismo e a “democracia” burguesa, assim como o fascismo, o imperialismo, o colonialismo e o neocolonialismo. No campo da ideologia dos trabalhadores temos o socialismo, o comunismo.

Exemplo prático da ideologia burguesa para Nkrumah (1970, p.25) vemos no conceito da teoria da liberdade econômica, o *laissez faire*, a livre iniciativa, o “cada um por si”, que vem associado ao ponto de vista segundo o qual a riqueza e a pobreza correspondem respectivamente a habilidade e inépcia [...] e ao culto burguês de “Lei e Ordem”, sem levar em consideração quem faz a lei” e para que interesses de classe.

Nkrumah (1970, 25) nos mostra como a burguesia africana assimilou a ideologia colonial europeia. Embarcou no mito da maioria silenciosa e do cidadão médio que são exemplos “[...] que se aplicam a um espírito contrarrevolucionário e a favor do status quo”, na medida em que os trabalhadores, “[...] que são a maioria nas sociedades capitalistas, estão longe de ser silenciosos: gritam bem alto a sua intenção de levar a cabo uma transformação radical da sociedade”. Para Nkrumah (1970, p. 26) por não saber a distinção entre Raça e Classe, a burguesia africana adotou os hábitos e modo de vida dos antigos senhores coloniais.

Prosseguindo na apresentação das formas de expressão da ideologia burguesa, ele nos chama atenção para o elitismo impregnado na sociedade africana. Ele nos diz quem são os criadores desta ideologia:

O elitismo é uma ideologia burguesa nascida durante a segunda metade do século XIX, dos trabalhos de dois sociólogos italianos, Vilfredo Pareto (1840-1923) e Gaetano Mosca (1858-1941). Nesta época, a burguesia, que acabava de arrancar

⁴ Nota do autor da monografia, visto que Nkrumah não faz menção à criação de sindicatos pelos patrões.

o poder político das mãos da aristocracia, via-se, por sua vez, ameaçada por uma classe operária cada vez mais ativa e imbuída dos princípios marxistas. Pareto e Mosca pretendiam refutar a doutrina marxista e desmentir formalmente a possibilidade de uma revolução socialista que eliminaria o sistema de classes. Opondo-se a Marx, afirmavam que o talento político designava os verdadeiros dirigentes e que, por outro lado, toda a sociedade seria sempre governada por uma ou mais elites (NKRUMAH, 1970, p. 33).

O centro desta ideologia do elitismo, segundo Nkrumah (1970, p. 33), é nos afastar do debate da luta de classes e nos apresentar uma elite como os verdadeiros dirigentes de uma luta transformadora. Eles repetem que “...a coesão das elites é a sua força principal. Ainda que numericamente fracas em comparação com o conjunto da nação, possuem um poder desproporcional com o seu tamanho.” Dessa forma, Nkrumah não deixa dúvidas ao afirmar que “a ideologia elitista é, portanto, perfeitamente ajustável à doutrina capitalista e justifica a dominação da burguesia numa sociedade de classes.”

Nkrumah (1970, p. 34) diz que a ideologia do elitismo reforça a defesa do mito da superioridade e inferioridade racial e intensifica os preconceitos raciais. Ele explica que em tempos recentes surgiu uma multiplicidade de teorias elitistas e no momento explodem processos revolucionários no mundo inteiro. Essas teorias, para o líder ganês, pretendem justificar a continuidade da exploração capitalista e, desse modo, “negam a estrutura das classes económicas, assim como a existência da luta de classes no seio da sociedade capitalista (NKRUMAH, 1970, p. 34).

Outro desdobramento catastrófico do elitismo, segundo Nkrumah, está centrado no debate sobre o poder. Esta tese desloca o poder de classe para o poder das elites e afirmação da apatia das massas.

Um dos princípios fundamentais da teoria elitista pretende que o poder gera o poder, e que, no que diz respeito à política, as massas são apáticas, submissas e diferentes. A democracia foi definida como um conflito de oligarquias rivais. Está na moda, hoje em dia, falar-se de homens com poder de decisão e dissenter que grupo ou grupos exercem realmente o Poder no seio de um Estado. Pergunte-se: «Existe concentração ou difusão do Poder? Como são tomadas as decisões políticas? São tomadas por uma elite no Poder? Qual é o grau de influência das massas?» Ou ainda: «As decisões políticas são o resultado do concerto entre várias elites? É verdade que os governos não governam, mas se limitam a controlar o aparelho estatal, estando eles próprios sob o controle duma autoridade oculta?» (NKRUMAH, 1970, p. 34).

Nkrumah (1970, p. 35) diz que, segundo os pluralistas, o Poder não está nas mãos de uma elite, mas de um conjunto de elites. Diz-se então que o Poder é cumulativo (sendo intervenientes a fortuna, o estatuto social e o poder político). Desta forma, eles têm a pretensão de nos fazer compreender que “[...] pretensas democracias, o povo ou a maioria do povo não governa, e que, pelo contrário, isso é trabalho de uma elite. Indo mais longe,

afirmam que participar no governo não é uma característica da democracia e não é um ideal essencial.” O autor ganês discorda desta tese, pois para ele as classes são únicas e dentro dela mesma não existe divisão. É impossível existir várias elites no seio de uma só classe, pois “... as elites são o resultado do desenvolvimento e da formação de uma classe.” Após caracterizar a visão enganosa do que seriam essas várias elites, ele passa a caracterizar a burguesia africana:

Para ele, a burguesia africana foi formada pelas elites, que se reforçaram após a independência. Nkrumah afirma que essa burguesia africana foi formada pelas elites europeias, que “estavam à cabeça dos conselhos legislativos e dos serviços administrativos, ou nas profissões jurídicas, médicas, administrativas, ou que desempenhavam altos cargos no exército e na polícia. A sua posição foi reforçada após a independência.” Essa burguesia já não estava mais “submetida a uma autoridade colonial. Nos Estados novos, os membros das profissões liberais se beneficiaram da política de africanização.” (NKRUMAH, 1970, p. 36)

A esta burguesia africana com conteúdo europeu incorporou-se outra, segundo Nkrumah, de caráter partidário:

Foi também nesta época que surgiram o que se pode chamar «os novos ricos do partido». É uma elite que se desenvolveu no seio do próprio partido que arrancou a independência política ao colonialismo. As tendências de direita e de esquerda entraram em conflito, porque, uma vez conquistada a independência e o partido no Poder, os elementos de direita não ambicionavam senão o seu enriquecimento pessoal. Serviram-se das suas posições privilegiadas para se entregarem ao nepotismo e à corrupção, descreditando assim o partido e abrindo o caminho a golpes de Estado reacionários. (NKRUMAH, 1970, p. 36)

Esse segmento corrupto nascido das hostes partidárias, assim como o outro originado dentro da burocracia das colônias, segundo Nkrumah (1970, p. 36), ao se aproveitarem da aplicação de planos de desenvolvimento econômico e encorajados pelas empresas comerciais, esses potenciais capitalistas autóctones viram isso como oportunidade para aumentar seus negócios. Porém, os mesmos não deixariam de ser “os subalternos do imperialismo.” Viviam das migalhas obtidas dos lucros das empresas estrangeiras.

Usando as estatísticas dos ativos, ele mostra a insuficiência do poder meritocrático propagado pelos defensores do pluralismo democrático:

O capitalismo africano está assim em relação direta com os grandes monopólios capitalistas. Segundo alguns, o papel dos homens de negócios em política é nos

Estados Unidos cada vez mais importante, porque são eles os responsáveis pela elaboração das grandes medidas políticas. Compreende-se então o papel de poderosas companhias, tais como a Ford, Du Pont de Nemours e General Motors, por exemplo. Em 1953 havia nos Estados Unidos mais de 27 000 milionários, e a concentração de riquezas aumenta cada vez mais. Calcula-se que 1,69% da população possuem pelo menos 32% dos ativos e quase todos os ativos extraídos dos investimentos. Mas cerca de metade da população não tem praticamente nada. Não se pode dizer que nos Estados Unidos o Poder esteja nas mãos dos mais qualificados, pois a fortuna é hereditária, mas não necessariamente meritória. (NKRUMAH, 1970, p. 37).

Ao final deste capítulo, Nkrumah (1970, p. 39), vai concluir que “...o elitismo é essencialmente um preconceito de classe [...] que reforça o capitalismo e o racismo.” Sendo isso, ele é também é inimigo do socialismo e do proletariado.

Outra corrente elitista nascida do seio da burguesia africana que será apontada por Nkrumah é a dos intelectuais de formação ideológica ocidental. Esta nova corrente nasce no período colonial com a pretensão de ser o elo entre o poder colonial e as massas. Nas palavras do líder ganês, ela é “originária em grande parte das famílias de chefes tradicionais e das classes possuidoras, limitava-se a um mínimo de elementos capazes de assegurar o bom funcionamento da administração colonial. Esta *intelligentsia* tornou-se uma elite hábil em oportunismo, tanto de direita como de esquerda.” (NKRUMAH, 1970, p. 40).

Aqui Nkrumah entra num debate sobre o processo de assimilação dos autóctones que ocorreu e ocorre tanto no continente africano como em todos que sofreram e sofrem nas mãos do imperialismo. Ele se origina na oferta educacional e consiste em um elemento importante para a perpetuação da dominação conforme Nkrumah (1970) nos traz. Para ele, na chamada “África francófona os esquemas sociais nasceram de divisões particulares nesta zona de colonização. Havia primeiramente os «cidadãos franceses» e os colonos franceses, depois, os «assimilados» — ou *seja*, os mulatos e a *intelligentsia* negra —, os africanos que conseguiram entrar no Exército e na Administração à custa dos seus próprios esforços.” E por último, “restavam os *sujets*, compreendendo as grandes massas populares.” Para ser cidadão, a pessoa teria que primeiro ser «assimilado», mas no caso do *sujet* ele teria que ser «assimilado» para depois reclamar o diploma de cidadão. Isto era comum nas colónias francófonas, mas também se observava nos territórios sob dominação colonial espanhola e portuguesa. Nkrumah esclarece que pelo “princípio da assimilação, todo *sujets* podia naturalizar-se francês.” Ao aceitar o título de cidadão do colonizador, automaticamente o colonizado teria que aceitar suas leis e instituições, e, “por conseguinte, a monogamia e o direito de sucessão. Tais obrigações não fazem mais

do que sublinhar o insucesso da política de assimilação, que não se mostrava já rendível. E, fora das «quatro comunas», o termo «cidadão francês» permaneceu sinónimo de «francês branco e metropolitano.» (NKRUMAH, 1970, p. 21).

Em artigo publicado com o título “A rejeição revolucionária do colonialismo: Amílcar Cabral e a luta de libertação na Guiné-Bissau e em Cabo-Verde”, Danúbia Mendes Abadia, valendo-se de Albert Memmi, explicita as contradições contidas no processo de assimilação e os riscos que o colonialismo corria:

Como bem demonstrou Albert Memmi, convencido da superioridade do colonizador e por ele fascinado, o colonizado, além de submeter-se, faz do colonizador seu modelo, procura imitá-lo, coincidir, identificar-se com ele, deixar-se por ele assimilar (1977, p.8). Para essa “desafricanização”, trabalhou muito bem o sistema educacional herdado do colonizador, onde a percentagem mínima a ter acesso aos estudos passava a identificar-se com o colono, afastar-se das suas raízes africanas. Essa classe assimilada, segundo Cabral, é a expressão clara da contradição sociocultural vivida pela pequena-burguesia e não necessariamente pelas massas populares, que vivem a cultura local como parte intrínseca da sua própria identidade. É essa parcela social que perde a identidade africana, já que, continua Cabral, *a pequena-burguesia é a primeira a perceber a natureza do poder colonial, logo também o primeiro estrato social a poder tomar iniciativas* para mobilização das massas populares contra a dominação estrangeira (ABADIA, 2016, p.117).

Essa assimilação também é percebida por Frantz Fanon, segundo a autora. Geralmente, usando as palavras de Frantz Fanon, “o intelectual colonizado se tem lançado com avidez à cultura ocidental, numa tentativa de europeização de sua cultura (FANON apud ABADIA, 2016, p. 199).” Ao aderir à educação ocidental, ocorria uma subtração do “modelo comunitário das sociedades africanas modelo, baseado no individualismo, no núcleo familiar, na propriedade privada e na acumulação de bens.” Desta forma, a elite africana ao ser instruída pelo colonizador “começava [...] a não mais atribuir valor algum à história da África, às suas ideias religiosas, aos seus costumes indumentários, à sua culinária, à sua arte, à sua música, aos seus modos de vida em geral. (ABADIA, 2016, p. 117).

Como vimos, tanto Amílcar Cabral como Fanon têm o mesmo entendimento que Nkrumah sobre o papel contrarrevolucionário contido nos benefícios educacionais ofertados pelo colonialismo. No entanto, de forma dialética, estes benefícios traziam contradições que foram fundamentais para as lutas de Libertação Nacional no continente. Nkrumah (1970, p. 40) em sua obra nos diz que:

[...] com o aumento da alfabetização, as características tribais e étnicas amenizam-se e a divisão em classes acentua-se. Existe – e muito particularmente entre os que fizeram os estudos no estrangeiro – um certo espírito de corpos. Os

que o possuem tornaram-se estranhos ao seu meio de origem e não têm, geralmente, outra ambição que não seja a de fazer uma brilhante carreira política, ter uma posição social elevada e adquirir um estatuto profissional. Com efeito, logo que um grande número de Estados africanos passam a contar com estabelecimentos de ensino e universidades, milhares de africanos preferem, no entanto, ir fazer os seus estudos ao estrangeiro. Atualmente, cerca de 10 000 estudantes africanos habitam em França, e outros tantos na Grã-Bretanha. Nos Estados Unidos há cerca de 2000. (NKRUMAH, 1970, p. 40).

Este crescimento educacional nas colônias imperialistas era direcionado, segundo Nkrumah (1970, p. 42), “aos filhos de chefes e aristocratas”. No entanto, ao longo do tempo, os trabalhadores começaram a pressionar e o direito foi se ampliando e como resultado, apareceu uma geração de jovens que se rebelaram contra os colonizadores.

Os que romperam com o colonialismo são vários e em sua grande maioria não só lideraram os processos revolucionários de ruptura com as metrópoles como se tornaram dirigentes políticos em seus países de origem. Em destaque, Agostinho Neto em Angola, Leopold Senghor no Senegal, Amílcar Cabral em Cabo Verde e Guiné Bissau, Nkrumah e muitos outros.

No entanto, as mulheres também tiveram papel importante neste processo. Jacimara Souza Santana, em artigo intitulado “A Participação das Mulheres na Luta de Libertação Nacional de Moçambique em Notícias”, publicado na Revista Tempo nos fala de Josina Machel, assinala:

Josina Machel morreu em sete de abril de 1971 durante a Luta Armada e se tornou um exemplo memorável na história de Moçambique. Sua importante contribuição durante a guerra foi reconhecida por outras guerrilheiras e, segundo notícias da Tempo, foi delas a iniciativa de solicitar ao Comitê Central da Frente que o dia da morte dessa destacável líder se tornasse uma data histórica na vida do país. Em resposta à solicitação, a Frente decidiu eleger, em sua 5ª sessão realizada em dezembro de 1972, o 7 de abril como o dia nacional das mulheres moçambicanas (Tempo, abril. 1999, P. 19). Porém, Josina Machel não foi a única a combater durante a guerra de libertação nacional e nem foi esta a forma exclusiva de contribuição feminina, quer durante a luta armada, quer após a independência. (SANTANA, 2009, p. 73).

Ana Maria de Sá, segunda companheira de Amílcar Cabral, era uma entre tantas outras mulheres que estavam na luta. Nkrumah explica onde se localizavam esses homens e mulheres intelectuais que romperam com o colonialismo, que ele classifica como “os intelectuais revolucionários”, são responsáveis por enquadrar “as massas na sua luta para o verdadeiro socialismo.” Acrescenta que mesmo sendo “formados, na sua maioria, nas escolas coloniais, reagiram fortemente ao processo de assimilação, tornando-se assim autênticos socialistas revolucionários e nacionalistas.” (NKRUMAH, 1970, p. 44).

No entanto, Nkrumah nos diz que, mais à frente, muitos deles não permaneceram com a mesma energia revolucionária:

Os intelectuais estudantes, professores, etc., das sociedades capitalistas e neocolonialistas são, na sua maioria, membros de uma elite burguesa susceptível de tornar-se uma força política revolucionária, ou contra-revolucionária, a despeito do facto de terem sido, antes da independência, dirigentes nacionalistas. Estão presentemente divididos em vários grupos. Em primeiro lugar, os que tomaram parte na luta nacionalista revolucionária e estão agora no governo, dando a sua preferência quer aos «novos ricos» do partido, quer aos revolucionários socialistas. Vêm a seguir os que estão na oposição, ou os que se não interessam pela política, ou ainda os que são a favor de uma política de compromisso. Há por fim os intelectuais «de má fé», que embora reconheçam a irracionalidade do capitalismo, não rejeitam os seus benefícios e o seu modo de vida. Esses estão prontos a prostituírem-se e a tornarem-se os agentes e aliados do privilégio e da reação, para defenderem os seus interesses. Os intelectuais saídos dos meios proletários são geralmente mais determinados do que os que provêm dos sectores privilegiados da sociedade. Mas a elite intelectual é a menos capaz de coesão e homogeneidade. Nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e na Europa Ocidental, a maioria dos intelectuais são direitistas. Do mesmo modo, as aspirações da maioria dos intelectuais africanos são características da classe média: aspiram ao poder, ao prestígio, à riqueza e a posições sociais elevadas, para eles próprios e para os membros das suas famílias. A maior parte dos que vieram de meios operários aspiram a pertencer à classe média e evitar os trabalhos manuais, tornando-se assim estranhos ao seu meio de origem. (NKRUMAH, 1970, p. 44).

Nkrumah (1970, p. 45) diz que os intelectuais revolucionários que se mantiveram na luta, chegando a desempenhar cargos nos governos e aplicaram pelo menos uma administração progressista, deveu-se “... à adopção dos princípios marxistas como base política e à formação de partidos comunistas e outras organizações, pondo-os constantemente em contato direto com as massas.”

Para Nkrumah, se esses revolucionários “quiserem desempenhar um papel na revolução africana, a *intelligentsia* e os intelectuais devem estar conscientes da luta de classes que se desenrola em África e se por ao lado das massas oprimidas.” O líder ganês reconhece que é uma tarefa difícil se libertar “do doutrinamento dos conceitos burgueses divulgados pelo poder colonial, por meio do ensino e da propaganda.” Para ele, aderir à ideologia da revolução africana significa fazer parte da “luta de classes conduzida pelas massas africanas aos movimentos socialistas revolucionários mundiais e ao socialismo internacional.” (NKRUMAH, 1970, p. 45).

No entanto, os revolucionários que romperam o processo de assimilação não eram a maioria. Os que se adaptaram ou aceitaram a política do colonizador eram muitos. Nkrumah aponta quem são esses e onde estavam localizados:

Em África, a maioria das forças armadas e da polícia foram formadas pela administração colonial. Raros são os membros que participaram nas lutas de libertação nacional. Tomaram antes parte nas operações policiais levadas a cabo para a eliminação desses movimentos de libertação. Nesta mesma época, a maioria dos exércitos estava sob as ordens de oficiais europeus. Com a independência, quando as políticas de africanização foram postas em prática, devido à falta de candidatos qualificados, um grande número de africanos que não tinham, no entanto, recebido a formação necessária receberam o grau de oficiais. Muitos deles, que tinham exercido cargos de professores no exército, pertenciam à pequena burguesia instruída. Tinham recebido, simultaneamente com os antigos oficiais dos exércitos atualmente em serviço em África, uma formação militar, quer dos próprios colonialistas, quer nas academias militares europeias. Uma tal formação não podia senão torná-los cúmplices das normas e ideais do Ocidente. Devido à sua posição na sociedade, poder-se-iam colocar na mesma categoria que a burguesia burocrática, com quem partilham a preferência por um modo capitalista de produção. (NKRUMAH, 1970, 47)

Apesar de que há alguns “[...] jovens oficiais que durante a adolescência participaram nas lutas de libertação nacional”, Nkrumah (1970, p. 48) nos diz que “a maioria dos oficiais superiores sucumbiu ao mesmo doutrinamento burguês que os antigos oficiais assimilaram.” Estes foram formados em estabelecimentos particulares tanto na África como fora do continente e vão servir como lideranças contrarrevolucionárias nos vários Golpes de Estado ocorridos pós processos de descolonização.

Quando se dá um golpe de Estado, o exército, a polícia e a burocracia trabalham em conjunto. Isso não quer necessariamente dizer — embora tenha sido por vezes o caso — que tenham sido eles os autores do golpe de Estado. Mas, como partilham os mesmos interesses, tornam-se dependentes uns dos outros. Com efeito, os burocratas só por si não podem derrubar um governo; e nem os militares nem a polícia têm a competência necessária para administrar um país. Assim, combinam os seus esforços de modo a produzir uma situação impressionantemente semelhante à época colonial, em que o governo se apoiava na administração, no exército e na polícia, assim como nos chefes tradicionais. (NKRUMAH, 1970, p.48).

Nkrumah (1970, p. 49) aponta que “[...] a maioria dos golpes de Estado foram perpetrados sem a participação das massas.” Após os Golpes ocorre, junto com queda da qualidade das condições de vida das massas, a restauração do poder dos chefes tradicionais. As prisões das lideranças fazem parte das primeiras ações do aparelho repressor nos Estados neocolonialistas. O apoio dos indivíduos advindos das classes pobres é um apoio importante para os contrarrevolucionários:

Os elementos subalternos do exército e da polícia são, em geral, camponeses. Sem cultura, na sua maioria, aprenderam a nunca discutir as ordens e a servir os interesses capitalistas da burguesia. Estão portanto afastados da luta empreendida pelas massas, donde, no entanto, saíram. Porque, se a obediência cega às ordens superiores é uma das regras fundamentais da disciplina militar, esta regra pode ser perigosamente interpretada pela minoria privilegiada que está

à altura de a fazer aplicar por sua conta. Por outras palavras, o simples soldado, assim como o simples polícia, podem tornar-se o instrumento de suporte dos regimes reaccionários. É assim que o camponês ou o operário se tornam adversários da sua própria classe. (NKRUMAH, 1970, p. 49).

Nkrumah (1970, p. 57) tinha clareza de trazer este segmento camponês e operário para o lado correto da luta. Para isso ocorrer dizia que era preciso “[...] a politização do exército e da polícia, que devem ficar sob o controle restrito do partido socialista revolucionário e de comissões dirigidas por verdadeiros militantes revolucionários socialistas.” Só dessa forma, seria possível pôr fim ao espírito mercenário reinante nesse segmento da classe trabalhadora e abrir a possibilidade de “[...] criar um exército nacional, assim como uma milícia popular...” e assim sustentar a revolução socialista.

Nkrumah (1970, p. 62) conclui o capítulo sobre os Golpes de Estado afirmando que “enquanto os meios de produção não forem controlados pelas massas” será necessária a existência dos movimentos de guerrilha nos Estados africanos. Mas para que se tenha garantias de que não haverá retrocessos, é preciso que os dirigentes destes processos abracem a causa do socialismo científico. O estudioso estava consciente do papel da burguesia africana como redutora do avanço de movimentos socialistas.

Prosseguindo sua análise sobre classes sociais, ele nos apresenta um tema importante, o tribalismo. Para Nkrumah (1970, p. 69), “é necessário distinguir entre tribos e tribalismo.” Enquanto “a tribo é a extensão étnica do clã através de um território, [...] o tribalismo é um produto do colonialismo.” e só veio a existir na modernidade. Este novo fenômeno, que sobreviveu dos resquícios do feudalismo e das tribos, é utilizado pelo imperialismo na luta contra os movimentos de libertação nacional. Amílcar Cabral concorda também:

Entre os Fulas, os Manjacos, os Mandingas, havia toda uma estrutura tradicional de sucessão de chefes que os portugueses não respeitaram porque muitos destes chefes não correspondiam às exigências do colonialismo. Então os portugueses substituíram aquele que devia ser o chefe pelo seu primo ou instalaram mesmo um outro sem qualquer parentesco com o chefe ou o grupo e criaram assim toda uma situação que retira a palavra tradicional todo o seu verdadeiro significado. (SOUSA, 2008, p. 164).

A manutenção artificial de estruturas patriarcais e feudais teve como objetivo, segundo Nkrumah (1970, p. 69), impedir o aparecimento de um proletariado politizado e consciente. Dessa forma, o tribalismo serve de instrumento de poder. Amílcar Cabral tinha acordo com Nkrumah neste ponto:

Mas Cabral estava convencido de que em África, o tempo do tribalismo, que tinha estado por detrás de muitos conflitos pelo controlo das terras e das pastagens, tinha passado, o que se deveu à criação de Estados que foram capazes de “juntar gente de diversas tribos”. Com o advento do colonialismo, apenas se conservou a superestrutura política das tribos (isto é, as chefias tradicionais), que passaram a exercer o papel de intermediários no quadro da administração colonial. Contudo, o líder do PAIGC reconhecia que podia haver ainda, no seio de alguns grupos étnicos da Guiné, lembranças dos conflitos passados, mas que precisavam de ser incitadas para ganharem a dimensão de conflito inter-étnico. (SOUSA, 2008, p. 167).

Nkrumah (1970, p. 74) prossegue o capítulo apontando vários exemplos que comprovam a aliança da burguesia africana com o imperialismo, o colonialismo e o neocolonialismo. Ele é categórico ao afirmar que “é impossível dissociar os interesses da burguesia africana dos do capitalismo monopolista internacional”. Ao derrotar a burguesia africana, em segundo ato o imperialismo também cairá. Esta afirmativa anterior de Nkrumah não vai ocorrer de fato, pois se verifica que mesmo depois dos processos de libertação nacional, esta aliança não permaneceu como destruiu as conquistas avançadas em benefício do povo.

O autor encerra este capítulo denunciando a burguesia africana e conclamando o proletariado a lutar contra ela, ele diz claramente que “é necessário denunciar e pôr termo à ação da burguesia africana. É o objetivo da luta do proletariado, que pretende a libertação total e a socialização do continente africano, contribuindo assim para o progresso da causa da revolução socialista mundial.” (NKRUMAH, 1970, p. 75).

Antes de caminhar para o fechamento de sua obra, ele dedica dois capítulos importantes para dois sujeitos sociais que ele considera de maior importância na luta de Classes em África: o proletariado e o campesinato.

Os trabalhadores africanos desempenharam um importante papel nas lutas de libertação nacional. Através de uma sucessão de greves, conseguiram perturbar a vida económica e a administração. Nos anos que precederam a independência, assistiu-se a greves gerais no Quênia, na Nigéria, no Ghana e na Guiné. A África colonial conheceu um número incalculável de greves que afetaram determinados sectores da economia; a greve dos mineiros do Rand, em 1946, e as greves que afetaram a indústria do sisal, de 1957 a 1959, no Tanganica são exemplos clássicos. Graças a todas estas greves, e outras ainda mais eficazes, os trabalhadores adquirem uma consciência de massa, que se tornou, de certo modo, uma consciência de classe. (NKRUMAH, 1970, p. 77)

Diz que no pós Segunda Guerra Mundial houve um desenvolvimento importante desta ferramenta social para a luta dos trabalhadores. Os sindicatos, segundo o líder ganês, foram peças ativas em muitos Estados africanos nos processos de luta pela libertação nacional. Fizeram greves, boicotes e outras formas de luta e isso trouxe uma oposição

muito forte do imperialismo contra ação sindical fazendo “[...] vacilar o poder dos dirigentes sindicalistas pela introdução de políticas reformistas e de um socialismo de direita.”. Mesmo assim não barraram o crescimento das organizações sindicais:

Em maio de 1961, por iniciativa dos sindicatos do Ghana, do Mali, a Conferência Sindical Pan-Africana reuniu-se em Casablanca. 45 organizações sindicais e 38 países estiveram aí representados. Aí foram lançadas as bases da União Sindical Pan-Africana (USP) segundo os princípios da solidariedade proletária e do internacionalismo. Em Janeiro de 1962, no seguimento de uma conferência realizada em Dakar, foi fundada uma organização sindical, a Central Sindical Pan-Africana (CSP), na presença de delegados das organizações africanas ligadas à Confederação Internacional de Sindicatos Livres e de oito organizações sindicais independentes. Na Carta da Confederação dos Sindicatos Africanos não foi feita nenhuma alusão aos monopólios estrangeiros ou ao internacionalismo proletário. (NKRUMAH, 1970, p. 83)

Percebe-se pelo dito anteriormente que o movimento pan-africano buscava ampliar suas fronteiras e com coerência. Deixou de ser aquele movimento limitado dos seus primórdios do século vinte com seu caráter apenas religioso.

Voltando para a análise do proletariado, vemos Nkrumah (1970, p. 87) nos revelar mais um importante exército na luta da libertação nacional e do socialismo. Trata-se do “...O proletariado rural, que é composto de pequenos agricultores e trabalhadores das plantações de algodão, sisal, cacau, café, borracha, citrinos, etc., [...], faz parte da estratégia da luta do proletariado africano.” Feita toda essa caracterização do proletariado urbano e rural no continente, ele passa a debater com aqueles que insistiam em negar a existência

[...] de uma classe operária em África. Em áreas onde é impossível negar a sua existência, como nas regiões mineiras da África do Sul, do Congo-Kinshasa e da Zâmbia, esforçaram-se por integrá-la no sistema capitalista e neocolonialista de exploração, pondo à cabeça dos sindicatos dirigentes reformistas e garantindo um certo número de benefícios. Em certos países africanos, e particularmente naqueles onde a indústria mineira está muito desenvolvida, as políticas de africanização são utilizadas para apaziguar o descontentamento dos operários e elevar os salários a um escalão extranacional. Isso permitiu, em certos casos, tornar os operários menos desejosos de prosseguirem atividades revolucionárias. (NKRUMAH, 1970, p. 87).

Nkrumah (1970, p. 80) considera que os camponeses representam a parcela de trabalhadores mais expressiva inserida dentro da classe trabalhadora. São fundamentais para a revolução socialista, mas por serem dispersos e desorganizados, não são revolucionários. Cabe aos membros mais avançados do proletariado e da *intelligentsia* fazê-los avançar para uma consciência revolucionária.

Nkrumah (1970, p. 90) nos diz que enquanto os camponeses e o trabalhador rural inserem-se no domínio dos explorados do campo, temos no domínio dos exploradores

quatro categorias. Na cabeça da pirâmide social dos exploradores estão os proprietários feudais de terras, responsáveis pela exploração dos camponeses; os proprietários capitalistas, que ele chama de absentistas⁵, são aqueles que sobrevivem da exploração da mão-de-obra assalariada. Os proprietários capitalistas que compõem a burguesia rural ainda têm no seu interior o clero, que é oriundo das diversas seitas e religiões. Esta burguesia rural é possuidora de grandes propriedades e sua especialidade é a produção para exportação. Por último, no rol dos exploradores, ele apresenta os pequenos agricultores “que se poderiam colocar na categoria de pequena burguesia rural, possuem um pequeno capital e cultivam a terra que lhes pertence e a alugam. Ele sintetiza assim essa divisão de classe no campo: “**Os exploradores:** os proprietários das plantações; os proprietários absentistas; os agricultores (que possuem terras relativamente grandes); os pequenos agricultores; **Os explorados:** os camponeses; o proletariado rural”. Outra divisão que ele ainda faz é relativa aos exploradores estrangeiros e locais:

A maioria dos proprietários das plantações são estrangeiros (como na Nigéria, nos Camarões, no Congo-Kinshasa, na África do Sul e na Rodésia). Essas plantações são as extensões dos monopólios em África. O sistema das plantações é conforme aos princípios fundamentais do capitalismo: assenta na exploração dos trabalhadores agrícolas. Esta exploração é tornada possível pelo nível de vida pouco elevado dos trabalhadores, o que permite aos monopólios pagar-lhes salários nominais irrisórios. Mas, devido à crescente subida dos preços dos produtos de consumo, os salários reais desses trabalhadores não cessam de baixar. O resultado é a gravidade crescente do conflito que opõe capital e trabalho. Os monopólios estrangeiros pertencem aos proprietários absentistas estrangeiros. Mas existem também absentistas locais. (NKRUMAH, 1970, p. 91).

Na categoria dos exploradores locais estão, segundo Nkrumah (1970, p. 92), “os grandes agricultores, que são normalmente proprietários indígenas, por vezes mais ricos que os proprietários absentistas.” Eles vivem nas suas próprias terras, são prósperos, suas terras são férteis e em geral pessoas muito importantes na região e costumam ter grandes famílias. Utilizam métodos de produção semifeudais e praticam por vezes o pagamento em gêneros. São fiéis aos chefes ou anciãos de uma aldeia mais importante e sua produção é também destinada à cultura de exportação. Abaixo desta escala social dos exploradores vêm os proprietários de pequenas quintas:

⁵Os absentistas locais são geralmente proprietários africanos que vivem na cidade, luxuosamente, controlando, graças aos seus capitais, vastas extensões de terras nas regiões rurais. Vivem da exploração dos trabalhadores agrícolas. A exploração reside no tipo de pagamento: o trabalhador agrícola não recebe salário fixo e trabalha ao dia. O conflito que opõe capital e trabalho é tão intenso nestas propriedades como nas plantações. Frequentemente, o proprietário absentista explora também na cidade, exigindo preços exorbitantes pelas casas que aluga aos trabalhadores (NKRUMAH, 1970, p. 92).

A seguir aos grandes agricultores vêm, na escala social, os possuidores de pequenas quintas. São pequenos proprietários que possuem também as suas máquinas e o seu gado. Segundo a psicologia revolucionária marxista, são instáveis e hesitantes. Empregam os membros das suas famílias e alugam os serviços de jornaleiros na época das colheitas e das lavouras. Aspiram a tornar-se prósperos, o que lhes permitiria ter uma mão-de-obra permanente e obter uma grande propriedade. Preocupam-se sobretudo com a produção local para consumo imediato. (NKRUMAH, 1970, p. 93)

Nkrumah (1970) encerra a análise sobre as classes no campo com os dois expoentes dos explorados. Trata-se do camponês, que é o pequeno proprietário de terras, às vezes com ou sem gado. Seu trabalho está sempre carregado de insegurança, pois é dependente das condições atmosféricas. Se o tempo não lhe favorecer será “...obrigado a alugar os seus serviços nas plantações e nas grandes propriedades.” A suas possibilidades de lucro são diminuta, pois quase toda sua produção é para consumo familiar.

Devido a todas essas dificuldades, Nkrumah (1970) diz que ele “pode tornar-se um elemento revolucionário, sob a condição de ser enquadrado pelo proletariado rural e urbano.” Ele conclui a apresentação dos explorados no campo com o proletariado rural que é “constituído por trabalhadores, no sentido marxista do termo. São parte integrante da classe operária e são a camada social mais revolucionária do mundo rural africano.” Os laços desses dois sujeitos sociais dos explorados, ao se unificarem, podem contribuir no processo de libertação nacional e construção do socialismo:

Durante as lutas de libertação nacional, os camponeses bateram-se pela independência e contra o feudalismo, nos movimentos políticos criados por dirigentes sindicalistas, operários e intelectuais revolucionários. Porque é indispensável que as massas camponesas recebam o apoio dos seus aliados naturais, na luta revolucionária pelo socialismo. Nos países onde as lutas revolucionárias socialistas resultaram no derrube de governos burgueses — como na China, Cuba, Vietname e Coreia — as massas camponesas foram aliadas de outras forças sociais, enquadradas por partidos marxistas. Os laços estreitos que unem o proletariado e as massas camponesas são os mesmos que unem os movimentos de guerrilha urbanos e rurais. Fazem todos parte integrante da luta revolucionária socialista, e nenhum poderá alcançar a vitória final sem o outro. (NKRUMAH, 1970, p. 95).

Nkrumah (1970, p. 96) conclui o capítulo sobre os camponeses alertando que a luta revolucionária socialista não pode prescindir das massas camponesas e do proletariado rural. Como se vê, o líder ganês estava convicto de que a transformação real do continente passa pelo socialismo e, por isso, dedica o último capítulo que antecede a conclusão da sua obra para apresentar sua visão de revolução socialista.

4. 2 Socialismo Africano ou Científico? Um dilema para Nkrumah

O debate sobre a revolução socialista nasce na Europa quando da publicação do *Manifesto Comunista* por Marx e Engels. O Manifesto Comunista (ou Manifesto do Partido Comunista) foi publicado pela primeira vez em 1848. A primeira experiência concreta de uma revolução, que se aproximou das consignas socialistas, foi a Comuna de Paris e ocorreu na capital francesa, durando de 18 de março a 28 de maio de 1871. Foi liderada por um setor bastante expressivo da classe operaria daquele país. Depois tivemos outras experiências já no século XX. Rússia, em 1917, é a de maior destaque. Na América Central Cuba ainda serve como farol até hoje, em que pese não mais expressar a sua originalidade. Na Ásia, a China é outro importante exemplo. Outras tentativas no continente americano foram abortadas, algumas pela forte repressão dos exércitos locais com apoio da CIA a exemplo do Chile. Outras pela vacilação de seus dirigentes, como na Nicarágua, que foi derrotada pela burguesia local, conhecida como os contras, ainda que a mesma contasse com o apoio extraoficial da agência internacional americana, a CIA.

A aplicação dessa ideia advinda da Europa torna-se mais difícil no continente africano primeiro porque será aplicada a partir de ideia construída em países colonizadores, mesmo que tais ideias sejam contrárias as classes dominantes do imperialismo. Segundo porque em África terá que incorporar elementos raciais. Tudo isso sem considerar o debate da negritude, do pan-africanismo e da cultura e com que língua ele deve se expressar diante da imensidão linguística do continente africano. É por esse motivo que a obra de Nkrumah ganha relevância.

Quando Kwame Nkrumah decide escrever, em 1967, o artigo intitulado “O Socialismo Africano Revisitado”, ele estava fazendo mais que uma adesão ao socialismo científico. Estava travando uma batalha interna com sua consciência, que antes adotara o socialismo africano como via ideal a ser aplicada durante os processos de libertação nacional. Assim, podemos dizer que seu artigo é uma demonstração do seu revisionismo sobre o que antes ele defendia. Em outras palavras e com muitas aspas, o socialismo africano era depositário no objetivo final das ideias do socialismo burguês:

Em síntese o Socialismo Africano se instala como um reto de manutenção, ao aceitar a inexistência de um conflito e tensão interna, seja de classes, seja racial, ou seja, em termos gerais, social. A matriz concentra seus princípios para as condições da incorporação da modernidade, seu motor é a realização de uma unidade interna e externa que lhe permita articular o mundo na sociedade africana, procurando uma unificação interna e uma unificação regional, mas o foco de sua teoria se centra na tensão resolutiva do colonialismo como fenômeno

exterior, que é preciso bloquear e controlar. De aqui sua meta-teoria de uma sociedade harmônica interna e uma sociedade contraditória exterior. (ALVARADO, 2018, p. 288).

Nkrumah diz que “não foi por acaso, [...], que o Colóquio de Dakar, em 1962, valorizou tanto o “Socialismo Africano”, mas as incertezas quanto ao significado e políticas específicas do “Socialismo Africano” levaram alguns de nós a abandonar o termo, porque ele falha em expressar o seu significado original e porque tende a obscurecer o nosso compromisso socialista fundamental. (NKRUMAH, 1967, p.2)

O autor reconhece, de início, que todos que desejam construir os Estados Nação pós processo de descolonização, ainda que tenham posições divergentes, devem ter o socialismo como horizonte. No entanto, para Nkrumah (1967, p.1), é preciso adequar o termo, pois o “...socialismo na África de hoje tende a perder seu conteúdo objetivo em favor de uma terminologia diversionista e em favor de uma confusão geral. A discussão centra-se mais sobre os vários tipos possíveis de socialismo do que sobre a necessidade de desenvolvimento socialista.”

Ele reivindica tal precisão do termo socialismo, pois tem líderes africanos que defendem o Socialismo Africano (SA) e não o Socialismo Científico (SC). Nkrumah diz precisamente que “para tais líderes, o objetivo é remodelar a sociedade africana na direção do socialismo; repensar a sociedade africana de tal maneira que o humanismo da vida tradicional Africano reafirme a si próprio em uma comunidade tecnicamente moderna.” (NKRUMAH, 1967, p.2) Estes líderes são para ele os socialistas africanos:

Consequentemente, o socialismo na África introduz uma nova síntese social em que a tecnologia moderna é reconciliada com os valores humanos, na qual a sociedade tecnicamente avançada é realizada sem os espantosos malefícios sociais e profundas cisões da sociedade capitalista industrial. Isso porque um verdadeiro desenvolvimento econômico e social não pode ser promovido sem a socialização real dos processos produtivos e distributivos. Os líderes africanos que acreditam nestes princípios são os socialistas na África. (NKRUMAH, 1967, p.2).

Defensor no passado do Socialismo Africano, o autor admite que tal termo não pode ser mais usado na nova realidade do continente africano. Para Nkrumah, a utilização do termo “Socialismo Africano” no sentido de identificar as formas concretas para o socialismo em África utilizadas no passado por alguns líderes era equivocada. Diante da nova realidade econômica no continente, tal nomenclatura, fica sem sentido, é irrelevante. Tem um caráter mais antropológico do que de economia política. Esta expressão já

chegou a adquirir alguns dos seus maiores divulgadores na Europa e América do Norte precisamente por causa de seu charme predominantemente antropológico. Acrescenta ainda Nkrumah que tal termo fora abandonado em 1962 no Colóquio de Dakar, em 1962, devido “as incertezas quanto ao significado e políticas específicas do “Socialismo Africano” levaram alguns de nós a abandonar o termo, porque ele falha em expressar o seu significado original e porque tende a obscurecer o nosso compromisso socialista fundamental. (NKRUMAH, 1967, p. 3)

Ele diz que o termo Socialismo Africano deve ser abolido, pois suas bases não correspondem ao que existe de verdade na maior parte do continente. A afirmação de uma sociedade sem classe e comunal torna o termo próximo de um socialismo antropológico:

Hoje, a expressão “Socialismo Africano” parece se alinhar à visão de que a sociedade tradicional africana era uma sociedade sem classes, imbuída do espírito de humanismo, e expressa uma nostalgia por esse espírito. Tal concepção do socialismo produz uma imagem fetichista a sociedade comunal africana. Mas essa idílica sociedade sem classes africana (em que não havia ricos nem pobres) que desfrutaria de uma anestesiada serenidade, é certamente uma simplificação fácil; não há nenhuma evidência histórica ou mesmo antropológica da existência de tal sociedade. Temo que a realidade das sociedades africanas fosse um pouco mais sórdida (NKRUMAH, 1967, p.3).

O estudioso justifica ainda mais sua tese quando afirma que “todas as evidências disponíveis da história da África até a véspera da colonização europeia mostram que a sociedade africana não era nem “sem classes” nem desprovida de uma hierarquia social. “Fala que mesmo existindo o feudalismo em partes da África antes da colonização, ele envolvia uma estratificação social profunda e exploradora baseada na propriedade da terra. Que apesar da existência da escravidão antes da colonização europeia, foi com os europeus que ela mostrou suas características mais cruéis. Afirma ainda que os africanos antes do colonialismo europeu já “estavam dispostos a vender, muitas vezes por não mais de trinta moedas de prata, companheiros de tribo e até mesmo membros da mesma “família alargada” e clã.” Enfim, o autor que nos dizer que apesar dos estragos causados pelo colonialismo em África o continente africano não vivia em “um paraíso. Um retorno às sociedades africanas pré-coloniais não é, evidentemente, algo digno da criatividade e dos esforços de nosso povo.” (NKRUMAH, 1967, p.3).

Para o autor, acreditar numa sociedade de classes em África não implica negar, filosoficamente, um certo comunalismo em certas comunidades daquele continente: Não obstante, ainda se poderia argumentar que a organização básica de muitas sociedades

africanas em diferentes períodos da história manifesta um certo comunalismo e que a filosofia e os propósitos humanistas estão por trás dessa organização

O socialismo, para Kwame Nkrumah, além de ser uma passagem para o comunismo, tem raiz em seu projeto de emancipação continental na forma de uma união pan-africana. Durante o processo de independência da Costa do Ouro, ele funda o Convention People's Party (CPP), em 1949, para se opor à política de libertação gradualista da colônia de outras organizações. Com o lema “autogoverno já”, Nkrumah enxergava a necessidade de tornar o CPP um partido de massas, junto ao qual deveria exercer o papel de orientador na libertação. A influência das teses de Lênin sobre a centralidade do partido na organização socialista é presente ao longo de todo o livro *Africa Must Unite* (1963), em que Nkrumah apresenta o programa de construção nacional de Gana – independente em 1957 – e afirma a necessidade do socialismo para uma futura integração de todos os Estados africanos. (MELLO, 2016, p.3).

Vimos ainda, segundo Mello (2016), que o Nkrumah defendia uma luta anticolonial “partindo da análise da independência de Gana até seu projeto de união continental. Nele, Nkrumah narra como o CPP estava promovendo a planificação da economia nacional e assumindo a responsabilidade de, no longo prazo, transferir para “as mãos do povo os principais meios de produção e distribuição” (MELLO, 2016, p.5).

Mello identifica muito bem que no passado Kwame Nkrumah já fora defensor da inexistência do conflito de classes no continente. Depois de perceber na vivência prática de sua governança que “as alianças do imperialismo europeu e estadunidense com diferentes elites nacionais locais, que teriam convertido projetos de emancipação em correias de transmissão do sistema global de dominação capitalista, “ele muda de posição e passa a admitir “que a saída ao neocolonialismo estava na união das forças anticoloniais restantes numa oposição ao imperialismo estrangeiro e seus representantes locais, em uma jornada que inevitavelmente envolveria a luta armada em dimensões internacionais.” Para Mello trata-se de uma mudança notável a nova reformulação do socialismo em Nkrumah. O ganês mesmo tendo, segundo Mello, “um espírito comunitário que serviu de inspiração à busca por autonomia, “sua importância é acessória à organização revolucionária anti-imperialista, que ganha particularidade na África devido ao posicionamento periférico do continente no sistema capitalista mundial.” (MELLO, 2016, p. 9).

Outra mudança significativa, segundo Mello, que se verifica em Nkrumah é quanto ao tema dos Estados Unidos da África. Essa formulação de unificação africana

significava que o continente deveria ser uma só “nação integrada política e economicamente, o que se tornaria realidade com a progressiva fusão dos microestados num governo centralizado pan-africano. O resultado seria o progresso econômico, que traria bem-estar para toda a população continental e permitiria que a África fizesse frente às grandes potências mundiais.” (MELLO, 2016, p.10). Posteriormente, segundo Mello, Nkrumah muda de posição:

Diante da resistência de certos países que julgava cooptados pelas antigas metrópoles, Nkrumah deixou de lado a projeção dos Estados Unidos da África na fase posterior de sua produção intelectual, que, como assinalado anteriormente, assume tom crescentemente revolucionário. Há nesse processo a mudança de uma visão eminentemente estadista e institucional sobre a constituição de uma identidade africana para outra fenomenologicamente militante, isto é, que enxerga a identidade como algo delineado no ensejo da luta. Sua concepção de comunidade africana é então redimensionada e atrelada ao desafio de oposição ao neocolonialismo, contemplando “os vários movimentos de libertação lutando em diferentes territórios ao invés de tentativas pouco realistas de formar um governo continental (MELLO, 2016, p.10).

Argumenta ainda que “é a eliminação das fantasias de cada ação socialista que faz do socialismo científico. Supor que existem socialismos tribais, nacionais ou raciais é abandonar a objetividade em favor do chauvinismo”. Ele (Nkrumah, 1970, p. 97) inicia o capítulo deixando claro quem é o sujeito social que deve comandá-la e qual o modelo de partido é ideal que serve de direção para a classe trabalhadora. Neste sentido, ele é fiel ao marxismo. O sujeito social principal é o proletariado, o partido é de vanguarda e o socialismo é científico, e não mais o africano que ele já defendera no passado.

Nkrumah prossegue demonstrando que dois elementos são fundamentais para que ocorra a revolução: a vontade das massas de derrubar a estrutura que o oprime e a violência:

As bases duma revolução são lançadas logo que as estruturas orgânicas e condições numa determinada sociedade levaram as massas a desejar ardentemente o derrube completo das estruturas dessa sociedade. Embora não haja dogmas estabelecidos rigorosamente quanto à revolução socialista, já que a história não se repete, a experiência provou que, nas condições da luta de classes, a revolução socialista não se pode realizar sem recorrer à violência. A violência revolucionária é um princípio fundamental das lutas revolucionárias. Porque as elites privilegiadas não cederão o Poder a não ser que a isso sejam obrigadas; mesmo quando aceitam efetuar reformas, não cederão nunca apenas porque a sua posição está ameaçada. Somente a ação revolucionária as poderá derrubar. (NKRUMAH, 1970, p. 97)

Sendo coerente com o marxismo mais uma vez Nkrumah (1970) diz que o objetivo da revolução socialista tem dois pontos fundamentais a serem atingidos: a abolição das classes sociais e um estado que expresse as aspirações das massas trabalhadoras. No

entanto, ele acrescenta um terceiro que deve ser tão importante quanto os dois descritos anteriormente e que não fazia parte dos socialistas eurocêntricos, a abolição do racismo. Ele entende que não se pode abandonar o conceito de Raça, que para ele tem origem na exploração capitalista:

Qualquer situação histórica produz a sua própria força dinâmica. Na África, os estreitos laços entre os problemas sociais e raciais nasceram da exploração capitalista: a escravatura, as relações senhor-servo e a mão-de-obra barata são disso exemplos fundamentais. [...] Um exemplo clássico é a África do Sul e a dupla exploração, de classes e racial, que sofrem os Sul-Africanos. Esta situação repete-se nos Estados Unidos, nas Antilhas, na América Latina e por toda a parte onde o desenvolvimento das forças de produção engendrou uma estrutura social racista. Nestes países, a posição social é função do grau de pigmentação da pele. A cor serve. (NKRUMAH, 1970, p. 28).

Fica claro que, para Nkrumah (1970, p. 28), “[...] a exploração social está baseada numa discriminação racial; nestas sociedades, a exploração capitalista e a opressão racial andam de mãos dadas. Para pôr fim a isso, é preciso abolir um desses tipos de exploração” e afirma que “...no mundo moderno, a luta das raças tornou-se parte integrante da luta de classes.” Ele não deixa dúvidas, quando se trata do binômio classe e raça, quem deve ser o principal a ser destruído. Ele é categórico: “[...] só com a abolição do capitalismo, do colonialismo e do neocolonialismo e com a instauração mundial do comunismo se poderão estabelecer as condições para a eliminação definitiva do problema racial.” (NKRUMAH, 1970, p. 32). Acrescenta que esse papel revolucionário só pode ser conduzido pela ação revolucionária das massas e não por uma minoria dirigente. Mais uma vez ele utiliza a África do sul como exemplo, para ilustrar seu pensamento:

Não será nunca uma dádiva da minoria dirigente, porque é impossível separar as relações raciais das relações de classe que as sustentam. Aqui, ainda, poderia citar-se o exemplo da África do Sul. Nos começos da colonização holandesa, a distinção era feita, não entre brancos e negros, mas entre cristãos e pagãos. Somente a partir da introdução da economia capitalista é que apareceram as relações feudais de tipo capitalista e a discriminação racial conhecida pelo nome de apartheid. O apartheid é o sistema mais intolerável e o mais iníquo jamais engendrado pelo Ocidente burguês capitalista: 80% da população da África do Sul, não sendo branca, não tem direito de voto. (NKRUMAH, 1970, p. 30).

Como se percebe, Nkrumah tinha clareza sobre a necessidade de que a luta para eliminar o racismo tem que estar associada à luta de classe e também que o fim do racismo não será possível sem a destruição do capitalismo, pois foi no desenvolvimento deste sistema que se engendrou o racismo. Afirmava que “A escravatura e a dominação racista colonial são, portanto, a causa, e não a consequência, do racismo. [...] A mão-de-obra africana foi então comprada a baixo preço. Com o tempo, tornou-se necessário justificar

a exploração e a opressão dos trabalhadores africanos. Assim nasceu o mito da inferioridade racial.” (NKRUMAH, 1970, p. 31).

A difícil tarefa de abolir o capitalismo como condição básica para dar início a abolição das classes sociais e o racismo, segundo Nkrumah, não seria possível sem a violência revolucionária:

Não há nenhum acontecimento histórico que não tenha sido conseguido à custa de violentos esforços e vidas humanas. Ficarão desiludidos aqueles que esperam que a passagem do modo de produção capitalista ao modo de produção socialista se fará sem o recurso à violência. Porque a mudança qualitativa inerente à revolução socialista é muito mais profunda do que a que provocou a passagem do feudalismo ao capitalismo. Os revolucionários socialistas querem uma transformação total da sociedade e a abolição do sistema de classes. Pelo contrário, o declínio do feudalismo trouxe a introdução de novas estruturas sociais, através das quais o dinheiro, e não os títulos de propriedades, se tornou a condição fundamental do poder e do privilégio. A revolução socialista opõe-se aos conceitos elitistas e pretende a abolição do sistema de classes, assim como a abolição do racismo. Os revolucionários socialistas lutam pela instauração de um Estado que garanta a realização das aspirações das massas e lhes assegure uma participação em todos os escalões do governo. (NKRUMAH, 1970, p. 97).

Nkrumah escreve a obra em análise em 1970, portanto depois de sua experiência como governante de Gana e no pós-golpe que sofrera em 1966 orquestrado pela CIA norte-americana. Talvez por isso tenha mudado suas posições ao longo do tempo, o que comprova que sabia usar bem a dialética e que não era preso a uma ideia, mas a dinâmica da história e do movimento social. Uma importante mudança é sobre com quem deveria contar os trabalhadores para instaurar o socialismo. Ele é categórico quanto aos limites da burguesia e da classe média no processo de construção do socialismo científico.

Mas a luta revolucionária não poderia contar com a participação da burguesia e da pequena classe média, porque, a despeito da sua participação nas lutas de libertação nacional, elas tentarão sempre impedir a criação de um Estado socialista, para conservar os seus haveres. São fiéis ao capitalismo e a sua sobrevivência depende do apoio que recebem do imperialismo e do neocolonialismo. Uma transformação total da sociedade só será realizada com o derrube da burguesia pela revolução socialista. (NKRUMAH, 1970, p. 98).

Nkrumah (1970) descreve os fatores que possibilitam acelerar o processo da revolução socialista. Em destaque, “o desenvolvimento capitalista e a industrialização, o abandono das classes dirigentes pelos intelectuais, os governos ineficazes e a incompetência política da classe burguesa no Poder”. Por último, vem a influência dos conflitos sociorraciais e dos antagonismos de classes. Como se vê, ele nunca via a revolução socialista no continente africano dissociada da questão racial. No entanto, ele deixa claro que a primazia está na luta de classes:

O emburguesamento de certos sectores da classe operária internacional e o economismo de certos dirigentes proletários socialistas tornam as lutas revolucionárias socialistas dos países em vias de desenvolvimento extremamente importantes; assim, de certo modo, a luta revolucionária socialista desenvolveu um elemento sócio-racial. Ora, se seria perigoso não reconhecer um tal fator, é no entanto preciso não perder de vista o objetivo fundamental da revolução socialista: a luta de classes. (NKRUMAH, 1970, p. 100).

Outro ponto identificado na análise de Nkrumah sobre a revolução no continente africano que está em consonância com o pensamento revolucionário socialista eurocêntrico é o internacionalismo. Deixou claro em seus escritos que “a causa da revolução proletária internacional é parte integrante das lutas de libertação do mundo em vias de desenvolvimento, centro dos antagonismos de classes na época contemporânea. Os países do Terceiro Mundo tornaram-se os «pontos quentes» da revolução mundial, dando golpes diretos e mortais no imperialismo.” (NKRUMAH, 1970, p. 100).

Apesar de utilizar o termo Terceiro Mundo em seus escritos, Nkrumah fazia um alerta sobre o perigo de se internalizar o conceito “Terceiro Mundo”, pois estes países assim chamados, em sua grande maioria, dependem do imperialismo. Dessa forma, a luta não é imperialismo versus “Terceiro Mundo”, mas entre o socialismo e o capitalismo, tendo como eixo a luta de classes conectada com o sistema socialista mundial.

Ainda na parte conclusiva da sua obra, Nkrumah faz a ligação do pan-africanismo com a luta socialista:

A África é o centro da revolução do Mundo Negro; enquanto não for unificada sob a direção de um governo socialista, os homens negros do mundo inteiro não terão uma nacionalidade. É à volta da luta dos povos africanos pela libertação e unidade do continente que tomará forma uma autêntica cultura negro-africana. A África é *um* continente, *um* povo, *uma* nação. A teoria segundo a qual uma nação não tem razão de ser se não tiver um território comum, uma língua comum e uma cultura comum não conseguiu sobreviver ao teste do tempo, que define cientificamente a realidade objetiva. Porque, se de fato esses elementos podem constituir uma nação, a presença desses três elementos não é necessária à sua existência. Um território comum e uma língua comum podem ser suficientes para a formação de uma nação, assim como um território comum e uma cultura comum. Às vezes até um só destes elementos é suficiente. Um Estado pode existir sobre bases multinacionais; porque é a economia que reúne os indivíduos num mesmo território. É nesta base que os Africanos de hoje se reconhecem a si próprios potencialmente como uma nação, cujo domínio é todo o continente africano (NKRUMAH, 1970, p. 106).

No último parágrafo do livro, ele mostra o quanto sua revolução socialista tinha aproximações como o pensamento revolucionário eurocêntrico, mas também estava conectado com as ideias do pan-africanismo. Para Nkrumah, devia ser um objetivo

primário dos revolucionários do continente africano libertar e unificar toda a África, tendo à frente um governo pan-africano socialista. Tal objetivo “satisfará as aspirações dos povos africanos de todo o Mundo. Fará, ao mesmo tempo, triunfar a revolução socialista internacional e contribuirá para encaminhar o Mundo para o comunismo para o qual tendem todas as sociedades segundo o princípio: de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades.” (NKRUMAH, 1970, p.107).

O último parágrafo da citação é uma reprodução fiel da obra de Marx intitulada “O Programa de Ghota”: numa sociedade comunista, dizia Marx, a forma de distribuição da produção social será com base no princípio de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades. Isso demonstra que Nkrumah tinha clareza quanto ao projeto estratégico para uma sociedade comunista.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central deste trabalho foi apresentar uma discussão em torno da luta de classes e do socialismo africano a partir da obra de Kwame Nkrumah. Esse é ponto central do trabalho. Como consequência o trabalho acabou por descrever o pensamento de Nkrumah para o conhecimento dos povos africanos e para comunidade acadêmica em geral, bem como sua contribuição na luta pela libertação das colônias africanas.

A realização de tal trabalho tornou-se possível pela existência da Lei n. 10.639/03 e da Lei 11.645/08, com a finalidade de incluir o ensino da cultura e história sobre os povos africanos e indígenas no currículo oficial da rede de ensino no Brasil. Ambas alteraram a Lei 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Tais leis também serviram de suporte jurídico para criação do curso de Licenciatura em Estudos Africanos na Universidade Federal do Maranhão.

Além das questões objetivas citadas para o nascimento do referido trabalho, contribuíram ainda a constatação, em debates na sala de aula, da inexistência na academia e principalmente no seio da esquerda mundial, de autores africanos como formuladores de ideias e de ações concretas para o avanço social da humanidade.

Para além das questões introdutórias, vimos no primeiro capítulo o papel de Nkrumah na História e as influências sofridas por ele pelas correntes de pensamento da Negritude, do Pan-Africanismo, do Marxismo, além da sua importância no processo de libertação nacional das colônias africanas.

Ficou claro na pesquisa realizada que é impossível retratar a história dos pensadores africanos, seja em trabalho de graduação, pós-graduação, sem a presença intelectual de Nkrumah. Vamos encontrá-lo nos debates sobre o pan-africanismo, negritude, Libertação Nacional e sobre líderes mundiais que levantaram a bandeira do socialismo. Só na leitura do primeiro capítulo fica clarividente a importância histórica de Nkrumah para o Continente Africano e para o mundo.

Kwame é detentor de uma expressiva produção intelectual, com destaque para as obras *A África deve se unir* (1963), *Neocolonialismo: último estágio do imperialismo* (1965), *Consciencismo: filosofia e ideologia para a descolonização* (1964) e *Luta de Classes na África* (1970), todas como resultado de seus estudos entre os anos de 1935 e 1945 em Sociologia, Educação e Teologia na Universidade da Pensilvânia e na Lincoln University nos Estados Unidos da América, somadas às experiências vividas em diversas conferências e debates em torno dos temas da Negritude e Pan-Africanismo e em suas relações de vida no continente africano. Kwame Nkrumah teve uma atuação política importante como agente público. Foi primeiro-ministro de Gana entre 1957 e 1960 e Presidente nos anos de 1960 e 1966, cargos que perdeu após um golpe militar, quando estava em viagem oficial no Vietnã.

Conforme exposto no segundo capítulo, que trata sobre o Socialismo Africano, evidenciamos que o socialismo em debate é oriundo do pensamento europeu. Foi a partir de Marx e Engels que os líderes africanos partiram para consolidar ou divergir sobre qual socialismo optar em substituição ao capitalismo. Verifica-se que o tema do socialismo, que existia de forma embrionária e periférica nos primeiros debates sobre a questão do reconhecimento dos povos africanos, aos poucos será incorporado nos congressos pan-africanistas até ganhar status de programa político, tudo isso com participação abissal de Kwame Nkrumah.

Daí a constatação de que o processo de Libertação no continente africano não tinha como se afastar do tema do socialismo como alternativa ao capitalismo, haja vista que os processos de libertação irão ocorrer após a segunda guerra mundial e com o declínio do eurocentrismo e, em seguida, a bipolarização mundial entre a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e os Estados Unidos das Américas (EUA) vira uma realidade.

O primeiro ator desta polarização, a URSS, expressava uma matiz mais socialista, e o segundo, os EUA e seus seguidores ocidentais, uma perspectiva liberal/capitalista.

Assim, tínhamos de um lado a URSS apoiando os processos de libertação em África enquanto, do outro lado, os EUA com as potências europeias faziam o contrário. Nkrumah torna-se um aliado das causas socialistas e como intelectual marxista vai liderar a causa do socialismo científico. Por ter essa opção, seu governo será derrubado pela aliança entre a burguesia africana descontente com seu governo e a Agência Central de Inteligência (CIA) norte-americana.

Percebe-se no capítulo que encerra este trabalho “A Luta de Classes na Visão de Nkrumah”, que ele faz uma radiografia sociológica dos atores que conformavam a sociedade africana, ainda que focada em Gaana. Mesmo buscando os conceitos oriundos do marxismo para a explicação de categorias como classe, proletariado, camponês, burguesia entre outras, ele o faz com os pés firmes no território africano. E o mais importante é que Nkrumah não desenvolve o conceito de classes sociais em África dissociado da questão racial. Para ele, isso é central, ainda que a sua centralidade racial não seja puramente de cunho biológico. Ela não deixa dúvida sobre como o imperialismo usou e usa a luta de classe no continente africano para dividir o povo e se fortalecer na maioria das vezes. Deixa claro também que o imperialismo não está fazendo isso só no continente africano, mas que seus tentáculos chegam a toda a América Latina. Não só por isso ele não deixa dúvida de que o socialismo a defender deve ter um caráter internacional.

O tipo de socialismo a defender para o continente africano e demais povos atingidos pelo capitalismo, para Nkrumah, não pode ser o conceito abstrato de socialismo africano, mas o socialismo científico tal qual elaborado pelos autores eurocentristas, Marx e Engels. No entanto, não o adota de forma cega e sem levar em consideração as nuances do continente africano e deslocada da questão de raça. Ao fazer menção ao “Programa de Ghotá”, escrito por Karl Marx, na conclusão da sua importante obra “A Luta de Classes em África”, Nkrumah não deixa dúvida sobre ser um comunista.

Em que pese a importância positiva do líder ganês para a luta dos povos oprimidos, ao longo da pesquisa verificaram-se várias críticas que apontam desvios na prática política do mesmo, o que nos leva a constatar um afastamento, mesmo que periférico, da verdadeira ação comunista. Sua ação contra o movimento sindical utilizando os mesmos argumentos e práticas existentes até hoje pelo imperialismo mundial contra a organização dos trabalhadores é uma delas. A denúncia de prisão de opositores, muito destes que estiveram ao seu lado na derrubada do poder colonial,

também fica evidente. No entanto, nenhuma delas deixa claro que Nkrumah o fez ou praticou em nome de enriquecimento pessoal ou de sua família. As denúncias de corrupção utilizadas como argumento para sua derrubada não foram encontradas em nenhuma literatura ou pesquisa pela rede mundial de computadores, acessadas nesta pesquisa.

Diante do exposto, o trabalho aqui apresentado representa uma contribuição à academia no sentido de aprofundar o estudo sobre a vida de intelectuais e líderes mundiais fora do contexto eurocêntrico e das grandes potências ocidentais. Serve como ferramenta para expansão da epistemologia do sul, reivindicada pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos. Também ficou evidente a importância do pensamento de Kwame Nkrumah para o avanço social da humanidade como um todo e em particular para a luta com vistas à emancipação dos povos oprimidos, tanto da África como das Américas.

REFERÊNCIAS

ABADIA, Danúbia Mendes. A rejeição revolucionária do colonialismo: Amílcar Cabral e a luta de libertação na Guiné-Bissau e em Cabo-Verde. **Revista Espaço Acadêmico**. mar. 2016. p. 113-125. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/31254/17072>. Acesso em: 15 abr. 2020.

ALVARADO, Guillermo Navarro. **África deve se unir?** A formação da teórica da unidade e a imaginação da África nos marcos epistêmicos panegiristas e pan-africanos: séculos XVIII-XX. (Tese de doutorado), UFBA, 2018.

ARCARY, Valério. **Controvérsias marxistas sobre o papel do indivíduo na História**. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo8915Arcary.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.

BLAY, J. Benibengor. **Legend of Kwame Nkrumah**. (Trad. José Luiz Pereira da Costa). 1973. Disponível em: https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/j._beningor_blay_-_nkrumah._o_pan_africano.pdf. Acesso em: 19 mar. 2020.

BRUNSCHWIG, Henri. **A partilha da África negra**. (Trad. Joel J. da Silva). Coleção Kronos 6. São Paulo: Perspectiva, 1974.

COSTA, Homero de Oliveira. **Democracia e participação pluralista**. Rev. Cronos, v. 8, n. 1, p. 215-228, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3175/2565>. Acesso em 18 mar. 2020.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento da Negritude: uma breve reconstrução histórica. Mediações. **Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 10, n.1, p. 25-40, jan.-jun. 2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/africa/article/view/74041/77683>. Acesso em 13 de abril de 2020.

DURÃO, Gustavo de Andrade. A atualidade da Négritude. **Revista Cult**. jul. 2007. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/a-atualidade-da-negritude/> Acesso em: 14 mar. 2020

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. 1880. Disponível em: <http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/Friedrich%20Engels-2.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2019.

_____. **Sobre a autoridade.** Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1873/03/autoridade-pt.htm>. Acesso em 30 de março de 2020.

FERREIRA, Muniz Gonçalves. A África contemporânea: dilemas e possibilidades. 2013. Disponível em: <http://docplayer.com.br/3898335-A-africa-contemporanea-dilemas-e-possibilidades.html>. Acesso em: 14 de abril de 2020.

FIGUEIREDO, Fábio Baqueiro. **Entre raças, tribos e nações: os intelectuais do Centro de Estudos Angolanos, 1960-1980**, Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/17799/1/FBFIGueiredo.pdf>. Acesso em 25 de março de 2020.

KERN, Daniela. Hayden White e o pluralismo histórico. **História**. v. 29, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v29n1/16.pdf>. Acesso em: 18/03/2020.

LÉNINE, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução: a doutrina do Marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução.** 1917. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/08/estado-e-a-revolucao.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.

MACEDO, JR., org. **Desvendando a história da África [online]**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Diversidades series, 240 p. ISBN 978-85-386-0383-2.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** (Tradução Florestan Fernandes) 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. Disponível em: https://gpect.files.wordpress.com/2013/11/contribuicao_a_critica_da_economia_politica.pdf. Acesso em: 27 mar. 2019.

MELLO, Fabrício Cardoso de. Socialismo, modernidade e identidade regional em Mariátegui, Senghor e Nkrumah. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 31, nº 92, out. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092016000300509&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 12 de abril de 2020.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. **A descolonização da África: nacionalismo e socialismo.** Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/158261>. Acesso em 10 de abril de 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NDOMBELE, Eduardo David T. Negritude: contributo para o resgate da identidade cultural em África. **Revista Fórum Identidades**. Ano 9, Volume 17. jan. - abr. de 201. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/4737>. Acesso em 13 de abril de 2020.

NKRUMAH, Kwame. **Luta de classes.** (Tradução de Maria Nazaré Campos). 1970. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/nkrumah/1970/luta/index.htm>. Acesso em: 23 abr. 2019.

_____. **O Socialismo Africano Revisitado.** Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/nkrumah/1967/mes/socialismo.htm>. Acesso em: 24 jul. 2020.

PAIM, Márcio. Pan-africanismo: tendências políticas, Nkrumah e a crítica do livro Na Casa de Meu Pai. **Sankofa.** Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana. Ano VII, Nº XIII, Julho/2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/88952/91815>. Acesso em 10 abril de 2020.

PAIVA, Felipe. O mestre subterrâneo: as afinidades eletivas entre Marcus Garvey e Kwame Nkrumah. **Rev. História da Historiografia**, v. 11, n. 28, set-dez, 2018, p. 82-103. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1377/754>. Acesso em 18 de março de 2020.

_____. **A Biblioteca do Selvagem: Leitura e Revolução na África: Os casos de Gamal Abdel Nasser e Kwame Nkrumah.** Tese (doutorado), Universidade Federal Fluminense, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/40320777/A_Biblioteca_do_Selvagem_Leitura_e_Revolu%C3%A7%C3%A3o_na_%C3%81frica. Acesso em: 14 de março de 2020.

_____. Ecos africanos de outubro: Kwame Nkrumah e a sombra de Lênin. **Rev. Lutas Sociais**, v. 21, n. 38, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/33251>. Acesso em 15 mar. 2020.

_____. **Aprendendo a voar: James Aggrey e os anos de formação de Kwame Nkrumah.** Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/138760/149346>. Acesso em 10 de abril de 2020.

PEREIRA, Júnia Sales. **Reconhecendo ou construindo uma polaridade étnico-identitária?** Desafios do ensino de história no imediato contexto pós-lei nº 10.639. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862008000100002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 15 abr. 2019.

SANTANA, Jacimara Souza. A Participação das Mulheres na Luta de Libertação Nacional de Moçambique em Notícias, **Revista Tempo.** Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/88746>. Acesso em 18 mar. 2020.

SANTOS, Adriana Gomes (org.); NETO, Antonio Fernandes; DIAS, Hertz. **África: colonialismo, genocídio e reparação.** São Paulo: Sunderman, 2019.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. **Os efeitos dos discursos: saber e poder para Michel Foucault e Pierre Bourdieu.** Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/plural/article/view/77125>. Acesso em: 15/03/2020.

SIQUEIRA, Sandra M. M.; PEREIRA, Francisco. **Marx e Engels: luta de classes, socialismo científico e organização política.** Salvador: LeMarx, 2014.

SOUSA, Julião Soares. O fenômeno tribal, o tribalismo e a construção da identidade nacional no discurso de Amílcar Cabral. **Comunidades Imaginadas: Nação e Nacionalismos em África.** (Coord. Luís Reis Torgal, Fernando Tavares Pimenta e Julião Soares Sousa). 2008. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/32161/1/12%20juliao%20soares%20sousa.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

SOUZA, Ricardo Silva Ramos de. **Memória, pan-africanismo e revisão crítica da história no poema “Australidades (Na Madrugada dos Sons)”, de José Luis Hopffer C. Almada.** Cadernos Cespuc. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoscespuc/article/view/7874>. Acesso em: 18 abr. 2020.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **UFMA recebe nota 4 no curso de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, o primeiro do Brasil.** São Luís, 15 abr. 2019. Disponível em: <https://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=53957>, Acesso em: 21 abr. 2020.

VIANA, Nildo Silva. **O papel do indivíduo na história.** Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2013v14n21p118/7044>. Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 14, n. 21, 2013.